



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

FRANCISCO UÉLISON DA SILVA

**SURDOS/AS QUE SE CONSTROEM SURDOS/AS: O DESPONTAR DO
MOVIMENTO LINGUÍSTICO-CULTURAL SURDO NA CIDADE DE
CAJAZEIRAS/PB**

JOÃO PESSOA – PB
2017

FRANCISCO UÉLISON DA SILVA

**SURDOS/AS QUE SE CONSTROEM SURDOS/AS: O DESPONTAR DO
MOVIMENTO LINGUÍSTICO-CULTURAL SURDO NA CIDADE DE
CAJAZEIRAS/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais da Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Dorziat Barbosa de Mélo

JOÃO PESSOA – PB
2017

S586s Silva, Francisco Uélison da.
Surdos/as que se constroem surdos/as: o despontar do
movimento linguístico-cultural surdo na cidade de
Cajazeiras/PB / Francisco Uélison da Silva. - João Pessoa,
2017.

126 f.: il. -

Orientadora: Ana Dorziat Barbosa de Mélo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHL

1. Educação. 2. LIBRAS - Ensino. 3. Surdos - Inclusão.
I. Título.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

FRANCISCO UÉLISON DA SILVA

**SURDOS QUE SE CONSTROEM SURDOS: O DESPONTAR DO MOVIMENTO
LINGUÍSTICO-CULTURAL SURDO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS/PB**

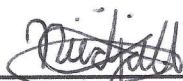
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Dorziat Barbosa de Mélo
Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Orientadora



Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Examinadora Externa



Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Examinadora Interna

Agradecimentos

Ao Deus onipotente, Ser Absoluto que rege todas as coisas e conhece a nossa vida, nosso caminhar e nossas dificuldades. Hoje, posso dizer-lhe: obrigado Senhor, por estar sempre presente, me dando força e coragem para seguir em frente, mesmo sabendo que sou frágil e tão pequeno diante da tua magnitude.

Aos meus pais, Serafim da Silva (em memória) e a Maria José Tavares da Silva, que me deram a vida, sob a confiança e permissão de Deus. A eles, minha eterna gratidão.

As pessoas Surdas, sujeitos que estão em constante processo de construção, fonte não só de mensagens e ensinamentos, por meio da Língua de Sinais, mas de construção deste trabalho acadêmico. Obrigado pelo apoio e participação na pesquisa, autorizando o uso de suas falas sinalizadas para fins científicos. Espero que tal produção contribua significativamente para a educação e Cultura Surda locais.

A minha esposa, Regilane Alexandre Soares, pelo apoio, incentivo e dedicação de esposa. O amor que sentimos um pelo outro foi o suporte essencial para os momentos de estudo, materializado no cuidado, desde o oferecimento da garrafa de café à massagem para o alívio do cansaço. A você, meu muito obrigado!

A minha orientadora, Ana Dorziat, pela aceitação em orientar-me, pelas ricas e consistentes contribuições dadas ao texto, sugestões e paciência nas correções, principalmente na espera pelas produções. A ela, meu muito obrigado, de coração. Deus lhe retribua com muito mais sabedoria.

Às instituições nas quais trabalho, pelo incentivo, compreensão das ausências para realização das aulas presenciais e outros momentos, a exemplo das orientações de pesquisa e outras atividades relacionadas ao PPGE.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma forma, dirigiram seus esforços para me ajudar nesta caminhada, pela compreensão e confiança depositadas, ofertando ânimo e força para a concretização deste trabalho, o meu muito obrigado!

“[...] nesse campo de Estudos Culturais, a cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção, da forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar. Essa nova marca cultural transporta para uma sensação a cultura grupal, ou seja, como ela diferencia os grupos, no que faz emergir a diferença” (STROBEL, 2013, p.23).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar o despontar do Movimento Surdo na cidade de Cajazeiras/PB, a partir das iniciativas realizadas antes, durante e após o movimento intitulado Setembro Azul/2015. Esse objetivo foi possível de ser alcançado devido à ação investigativa, em forma de pesquisa-intervenção, a qual viabilizou a existência do Setembro Azul/2015, movimento conhecido nacionalmente como agregador da comunidade Surda, primeiro a ser realizado na cidade de Cajazeiras/PB. Desse modo, o evento teve dupla finalidade: servir de objeto para a presente pesquisa e buscar incentivar as pessoas Surdas a se organizarem em torno de seus direitos linguístico-culturais. Para tanto, estipulamos como objetivos específicos: verificar a percepção dos/as participantes sobre seus processos de inclusão; identificar suas formas de comunicação - se eram usuários da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ou se a comunicação se dava por meio de gestos espontâneos; avaliar o *status* dado à LIBRAS pelos Surdos/as, observando as categorias teóricas cultura, identidade e diferença. O escopo teórico da dissertação se insere no campo de conhecimentos dos Estudos Culturais da Educação, o qual procura deslocar a discussão das minorias das margens para o centro, focando as diferenças como categoria fulcral a ser considerada na ressignificação das práticas sociais e escolares. Os dados revelados, por meio de observações sistemáticas dos momentos que envolveram o Setembro Azul/2015 e discussões em grupo-focal, mostraram que foi no espaço da escola especial onde ocorreram os primeiros contatos com os sinais, oportunidade interrompida com o fechamento da referida escola; as pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB estão em processo de construção de suas Identidades Surdas, fato constatado pelo desejo de estarem juntas com seus pares, com a fundação de uma Associação de Surdos e o chamamento para participar do grupo os/as Surdos/as que vivem isolados. No que diz respeito ao direito à educação, faz parte de suas reivindicações: a criação de uma Escola Bilíngue, onde a LIBRAS se constitua a L1, na interação com pessoas Surdas, alunos/as e professores/as; e a disponibilidade de intérpretes nos espaços públicos diversos.

Palavras-chave: LIBRAS; Cultura; Identidade; Diferença; Comunidade Surda.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the emergence of the Deaf Movement in the city of Cajazeiras, in the state of Paraíba, Brazil, based on initiatives carried out before, during and after the movement called Setembro Azul (Blue September), a movement known nationally as an aggregator of the Deaf community. Through action research, as a research-intervention process, it was possible to hold the first Setembro Azul in 2015 in Cajazeiras. Therefore, the event had two purposes: to serve as an object of research, and to encourage Deaf people to organize themselves around their linguistic-cultural rights. The specific objectives were: to verify participants' perceptions about their inclusion processes; to identify their forms of communication - whether by LIBRAS (Brazilian Sign Language) or by spontaneous gestures; and to evaluate the status given to LIBRAS by the Deaf, observing theoretical categories such as culture, identity and difference. Therefore, the theoretical scope of this dissertation is in the field of Cultural Studies in Education, which seeks to shift the discussion of minorities from the margins to the center, focusing on differences as a central category for re-signification of social and school practices. Data generated through systematic observation of the moments involving Setembro Azul/2015, and by discussions in a focus group showed that the first contacts with sign language occurred in the special school, an opportunity interrupted when the school was closed. The Deaf people of Cajazeiras/PB are in the process of building their Deaf Identities, a fact evidenced by their desire to be together with their peers, the founding of a Deaf Association, and the invitation to isolated Deaf persons to join the group. Regarding the right to education, their demands are: the creation of a Bilingual School, where LIBRAS is the First Language enabling interaction among Deaf people, students and teachers; and the availability of interpreters in various public spaces.

Keywords: LIBRAS; Culture; Identity; Difference; Deaf Community.

LISTA DE ABREVIATURAS

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

CIRECAM – Obras Sociais dos Cireneus do Caminho

CONAE – Conselho Nacional de Educação

EDAC – Escola de Áudio comunicação de Campina Grande

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SESC – Serviço Social do Comércio

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos Sujeitos da Pesquisa

Quadro 2 – O convite

Quadro 3 – Primeira parte interna do convite

Quadro 4 – Segunda parte interna do convite

Quadro 5 – A maquete da Escola Especial

Quadro 6 – A planta da maquete

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PESQUISA	20
2.1 A educação de Surdos em Cajazeiras antes de 2008	21
2.1.1 Segundo a ex-diretora	21
2.1.2 Segundo uma ex-professora.....	23
2.1.3 Rumo dos/as Surdos/as após o fechamento da escola especial, segundo a Secretaria Municipal de Educação	26
2.2 Os sujeitos da Pesquisa	29
2.3 Os Passos Metodológicos	31
2.3.1 O Momento Preparatório	31
2.3.2 O Evento Setembro Azul/2015.....	32
2.3.3 O Grupo Focal.....	37
2.4 A Pesquisa-intervenção	39
2.5 A Organização e Análise dos Dados	41
3 SETEMBRO AZUL: EM BUSCA DOS DIREITOS LINGÜÍSTICO-CULTURAIS.....	43
4 SETEMBRO AZUL/2015 EM CAJAZEIRAS: “VENDO VOZES”	52
4.1 A entrega de convites do Setembro Azul/2015	52
4.2 As pessoas Surdas e a LIBRAS: O antes e o depois.....	59
4.3 Os/As Surdos/as, os/as ouvintes e a comunicação	78
4.4 A comunicação com a família	86
4.5 A inclusão na percepção dos/as Surdos/as	91
4.6 O olhar sobre o intérprete	104
4.7 Direito de ser Surdo/a: o desejo de reconhecimento	108
4.8 O que desejam no futuro	113
4.9 As diferenças identitárias do grupo	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

A minha curiosidade investigativa e a escolha pelo problema tiveram suas raízes em 2003, quando trabalhava como professor no projeto SESC Ler do Serviço Social do Comércio – SESC, na cidade de Cajazeiras/PB. Naquela ocasião, havia recebido dois alunos *Surdos*¹ que não usavam a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Como eles apenas se comunicavam por gestos, na maioria das vezes, eu não os entendia. Essa experiência foi angustiante para mim, pois não conseguia encontrar uma forma de fazer com que aqueles indivíduos interagissem com os/as demais alunos/as da sala.

Ao saber da existência de uma Escola Especial que era mantida por um grupo de espíritas da cidade de Cajazeiras/PB, decidi conhecer as pessoas Surdas e a forma como eram educadas. Passei, então, a ter contato com a professora da referida escola, que usava sinais, gestos e a oralização na educação desses/as alunos/as. A partir desse contato, tornei-me amigo de alguns/mas Surdos/as, bem como convidei a professora para ministrar um curso de LIBRAS na instituição onde eu trabalhava, o SESC. Esse contato me motivou a procurar cursos, estudar sobre essas pessoas e buscar alternativas para atender os/as alunos/as que eu recebia.

O primeiro curso de LIBRAS que fiz se deu pelo contato com a professora da Escola Especial, escola esta que era mantida pelas “Obras Sociais dos Cireneus do Caminho” – CIRECAM, do grupo espírita já mencionado. O curso, ministrado pela então intérprete e primeira professora dos sujeitos da pesquisa, aconteceu de 30 de janeiro a 03 de fevereiro de 2006, com uma carga horária de 30 horas aula. A partir daí, passei a me dedicar mais à área, buscando materiais e outros cursos, já imbuído da paixão por esta língua viva, que verbaliza o pensamento através das mãos. Porém, fui convencido de que não bastava apenas conhecer a língua, mas as pessoas que a usam. Assim, o interesse pelo conhecimento sobre a Cultura Surda também me consumia.

¹ Utilizaremos o “S” maiúsculo para distinguir os Surdos formadores de uma comunidade linguística e cultural que são culturalmente “Surdos” dos que não são culturalmente surdos (SACKS, 2010).

Primeiro, pensei em uma Graduação na área, chegando a tentar o vestibular por duas vezes, tendo êxito na última tentativa. Foi, então, no Curso de Licenciatura em LETRAS/LIBRAS, na modalidade a distância, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que passei a pensar nas pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB. A importância desse grupo estar unido, conhecendo seus direitos e defendendo uma educação bilíngue, tinha caráter de urgência.

Cada vez que as teorias mostravam as diferenças culturais entre as pessoas Surdas e as ouvintes, eu aprofundava a reflexão acerca das pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB. Elas se aceitavam Surdas? Usavam a língua de sinais? Encontravam-se para partilhar experiências visuais? As escolas onde estavam inseridas lhes asseguravam o direito linguístico? Como acontecia a educação delas nessa cidade do interior da Paraíba?

Em meio a essas inquietações, surgiu a ideia do trabalho de conclusão de curso na Licenciatura em LETRAS/LIBRAS. A partir de pesquisas já existentes, as quais afirmavam que as pessoas Surdas aprendem e apreendem o mundo de forma visual, busquei entender como se constrói um projeto pedagógico em uma escola, com proposta bilíngue. Debrucei-me, portanto, nos Estágios Supervisionados, disciplinas ofertadas pelo curso de LETRAS/LIBRAS, realizados na Escola de Audiocomunicação de Campina Grande/PB (EDAC).

Pesquisando sobre cursos a distância, encontrei um anúncio da Faculdade Internacional da Lapa – FAEL, do Estado do Paraná, divulgando uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização, em Educação e inclusão – Linha de Formação: LIBRAS. Foi a graduação em LETRAS/LIBRAS e essa Pós-Graduação que me permitiram ingressar em três Faculdades particulares da cidade, a Faculdade Santa Maria – FSM, Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, ministrando a disciplina de LIBRAS.

Com a intensificação do interesse na área, passei a conviver com algumas pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB e percebi o desejo de algumas em estudar, participar de uma Associação de Surdos e conhecer outros Surdos/as politicamente organizados/as. Observei uma heterogeneidade linguística no grupo:

alguns/mas faziam uso da LIBRAS, outros/as uma mistura de gestos espontâneos, advindos do convívio social e familiar.

Estava clara, para mim, a ideia de que os/as Surdos/as são pessoas que, para se firmarem socialmente e desenvolverem as capacidades cognitivas, precisam fazer parte de um grupo culturalmente engajado com língua própria. No entanto, estava consciente de que dois fenômenos estavam em curso: o da exclusão, que se manifestava por meio da negação dos direitos linguísticos e culturais desse grupo, fruto de um modelo inclusivo de educação que não enxerga o outro enquanto cultura e identidade; e o da resistência, em que as Comunidades Surdas têm se organizado, criando movimentos de fortalecimento da Cultura Surda e crítica a atual política de Educação Especial, que tem como prioridade o modelo inclusivo, solicitando que a Educação de Surdos seja equiparada à educação indígena. A este movimento em defesa de Escolas Bilíngues para Surdos deu-se o nome de Setembro Azul.

O Setembro Azul é realizado, no Brasil, na semana do dia 26 de setembro, quando, em suas localidades e/ou articuladamente, as pessoas Surdas de todos os Estados e municípios brasileiros se reúnem para discutir sobre as políticas em defesa dos direitos das pessoas Surdas. Durante as comemorações, são lembradas conquistas e recordados fatos históricos que tiveram repercussões negativas na vida dos Surdos, a exemplo do Congresso de Milão de 1880, quando o Oralismo foi determinado como o melhor método para a educação dos Surdos e as Línguas de Sinais foram banidas completamente das escolas.

Uma grande mobilização nacional ocorreu em setembro de 2011, ocasião considerada marco na luta das pessoas Surdas em favor da criação de Escolas Bilíngues para Surdos. Esse Movimento Surdo ganhou força e cresceu a partir de dois acontecimentos. O primeiro foi a reunião do Conselho Nacional de Educação (CONAE), realizada de 28 de maio a 1º de abril de 2010, quando foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 – 2020; e o segundo foi a tentativa de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Apesar da mobilização dos Surdos, gerada por esses acontecimentos, as pessoas Surdas saíram vitoriosas em parte. No primeiro caso, não foram acatadas as reivindicações de Surdos, intérpretes e defensores da causa dos Surdos no PNE, fato denunciado, posteriormente, em carta elaborada pela Federação Nacional de

Educação e Integração do Surdo (FENEIS), em 19 de maio de 2011, dirigida ao Ministério da Educação (MEC). O posicionamento generalista contra as escolas especiais ocasionou a exclusão das manifestações em defesa de uma política voltada para a Comunidade Surda. Defensores da inclusão duvidaram da idoneidade e atuação dos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, causando repúdio e revolta nos Surdos e defensores da Cultura Surda.

Quanto ao risco de fechamento do INES (2010, 2011), em virtude da inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, essa ideia não vingou, em virtude da mobilização nacional em favor desse patrimônio histórico para a Comunidade Surda Brasileira, primeira escola para Surdos no Brasil. Ambos os eventos, motivaram uma organização em forma de caravanas até Brasília, entre os dias 19 e 20 de maio de 2011, e documentos, como a carta dirigida ao MEC.

Em vista da importância desse movimento para a Comunidade Surda, com reivindicação de seus direitos, voltei o meu olhar para situação dos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, com a presente pesquisa. Levantei a hipótese, a partir dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, de que a organização dos Surdos é importante para imprimir poder à Cultura Surda e, conseqüentemente, uma educação mais apropriada.

Sá (2006, p.53) aponta que “os principais objetivos de análise dos estudos culturais são a subjetividade bem como as identidades individuais e coletivas”. Dessa forma, na perspectiva dos Estudos Culturais, tentei empregar uma abordagem hermenêutica às questões relacionadas aos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB. Assim procedendo, pretendi investigar o processo de construção da identidade desses sujeitos.

A ideia de me respaldar nos Estudos Culturais veio do conhecimento de que essa área de pesquisa surgiu em meio a movimentos sociais de grupos minoritários, com sentimentos que rompiam com a ideologia dominante da alta cultura. A visibilidade dos grupos representados pelos considerados pertencentes a baixa cultura, as chamadas “culturas de massa”, inclusive por alguns estudiosos dos Estudos Surdos que já desenvolvem reflexões nesse campo, inspirou-me.

Entendia que, apesar da repetição de discursos que reconhecem a especificidade linguística das pessoas surdas, ao valorizarem o uso da Língua de Sinais na prática escolar, ainda predominavam as manifestações culturais dos

ouvintes, distantes de uma perspectiva intercultural capaz de superar os discursos simplistas de inclusão (Dorziat, 2009). Era preciso desenvolver um novo olhar sobre um currículo que também contemplasse esse público específico, os Surdos.

Segundo Sá (2006), os Estudos Surdos surgiram dos Movimentos Surdos e da influência teórica dos Estudos Culturais. Portanto, passam a ser uma ramificação dos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas por poderes e saberes. Ao abordar algumas formas pelas quais a sociedade define as identidades em normais e anormais, Sá (2006) enfatiza a questão da opressão de um grupo sobre o outro. No que se refere à situação dos Surdos, a autora aponta que:

Especificamente, destaca-se aqui a situação dos surdos, um grupo que tem sido definido socialmente, antes de qualquer outra definição possível, como “deficiente”, “menor”, “inferior” (qualitativamente falando) – um grupo “desviado da norma” (SÁ, 2006, p.65).

Em meio a lutas e conquistas, a Comunidade Surda Brasileira enquanto grupo social marginalizado vem ganhando seu espaço. Por um longo período histórico, os discursos do poder hegemônico vêm inferiorizando esse grupo, colocando-o como formado por pessoas incapazes de realizarem o que as pessoas consideradas “normais” realizam. Tal discurso, reproduzido com frequência nas instituições escolares, é coerente com a opinião de Thompson (2011), de que ainda estamos distantes de um espaço escolar que discuta a cultura surda. Ele afirma que: “as instituições educacionais são consideradas como um dos principais locais onde a ‘contestação’ e as ‘guerras culturais’ estão acontecendo” (THOMPSON, 2011, p. 19).

Para se entender a concepção de identidade, numa perspectiva dos Estudos Culturais, Hall (2015) traz três concepções diferentes: a identidade do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira concebe o indivíduo como ser humano dotado de razão, centrado e unificado em um núcleo interior; considera que, ao nascer, o indivíduo desenvolve suas capacidades e permanece ele mesmo ao longo de sua existência, sendo seu “eu” sua identidade.

Diferente dessa concepção individualista, Hall (2015) traz o conceito de sujeito sociológico, afirmando que o “núcleo interior do sujeito não era autônomo”. Nessa perspectiva, sua constituição depende das relações estabelecidas com as

pessoas que lhe são importantes. Assim, a identidade de uma pessoa é formada num diálogo permanente com as culturas exteriores e as identidades advindas delas, projetando-se a si mesma nessas identidades. Nas palavras de Hall, a identidade:

[...] nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2015, p.11).

Nessa concepção, que traz os resquícios culturais de padronização, os Surdos são representados como grupo homogêneo de pessoas, muitas vezes convidadas a assumir uma identidade única, em que a surdez é o foco. Não considera as diferenças intra-grupo, exercendo outras formas de padronização em oposição a já existente na sociedade.

Esta visão vem sendo contestada, considerando as fragmentações dos sujeitos em contraposição a uma identidade única e estável. Segundo Hall, os sujeitos são compostos de várias identidades, muitas das vezes contraditórias e mal resolvidas. Os indivíduos estão diante de uma pluralidade que lhes dá várias perspectivas de escolha.

Assim, se a cultura é entendida como algo dinâmico, sempre em mutação, as identidades também sofrem seus impactos. Em um mundo sociocultural fortemente marcado pela dinâmica das construções simbólicas, as identidades vêm assumindo o sentido do que é contraditório, múltiplo e mutável.

Segundo Hall (2015, p.11), “esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”. Tais identidades, assumidas pelos sujeitos, ganham significado em volta de um “eu” coerente, mas que está sempre em deslocamento contínuo. Uma confortável e aceitável narrativa de si mesmo leva a uma unificação de uma identidade imposta, padronizada, que nada mais é do que a reprodução da forma como as pessoas são representadas.

Assim se insere o grupo das pessoas Surdas. Embora necessite assumir características próprias da cultura Surda, está envolto também em situações histórico-sociais como qualquer ser humano está.

Quanto ao grupo de Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, após constatada uma total dispersão de sua identidade Surda, senti que podia contribuir para seu reconhecimento como possuidor de uma cultura, por meio da importância de uma educação bilíngue, começando por organizar espaços para vivenciar a LIBRAS e fortalecer a Comunidade Surda local, fazendo ecoar na sociedade o direito de ser Surdo.

Então, para a materialização dessas ideias em forma de pesquisa, organizei-me metodologicamente para desenvolver, no período de 21 a 25 de setembro de 2015, o 1º Setembro Azul da cidade de Cajazeiras/PB, como forma também de motivar os Surdos/as a refletirem sobre a necessidade de empoderamento do grupo.

A Cidade de Cajazeiras, interior da Paraíba onde este grupo de pessoas Surdas residem, teve sua origem em um sítio denominado "Cajazeiras", por possuir numerosos e frondosos pés de cajá. No século XVIII, as terras localizadas à margem da Lagoa de São Francisco foram, por meio de uma sesmaria, cedidas aos proprietários Francisco Gomes Brito e José Rodrigues da Fonseca pelo governador da capitania da Paraíba, Luiz Antônio Lemos Brito.

Passados treze anos, no dia 7 de fevereiro de 1767, essa área foi doada pelo Governador da Capitania, Jerônimo José de Melo, ao pernambucano Luís Gomes de Albuquerque como presente, pois sua filha, Ana de Albuquerque, havia sido prometida em casamento a Vital de Souza Rolim, membro de uma tradicional família cearense vinda de Jaguaribe/CE.

Da união de Vital de Souza Rolim e Ana de Albuquerque, nasceu Inácio de Souza Rolim no sítio Serrote, em 22 de agosto de 1800. Ordenou-se sacerdote no palácio episcopal de Olinda/PE, em setembro de 1825. Mais tarde, volta para o sítio de seus pais, quase quatro anos depois e, em 1829, funda a "Escolinha de Serraria", que tem ligação direta com a fundação de Cajazeiras. Essa pequena escola começou a crescer a partir de 1833, atraindo estudantes do local e de outras regiões. Popularmente, Cajazeiras hoje é conhecida como a terra que ensinou a Paraíba a ler, por ter origem na escola fundada pelo Padre Inácio de Souza Rolim e por ter acolhido e instruído grandes personalidades.

O município de Cajazeiras está localizado no interior do estado da Paraíba, distante 468 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Ocupa uma área de 565,899 km² e sua população, de acordo com o IBGE em 2016, é de 61.816 habitantes, o que a classifica como um dos maiores municípios em população da Paraíba.

A escola Especial, onde os sujeitos da pesquisa estudaram e se conheceram em suas infâncias, era conhecida por muitas pessoas em Cajazeiras como a “Escolinha”. Segundo informações da ex-diretora e da primeira professora dos/as Surdos/as, sujeitos da pesquisa, foi fundada em 30 de agosto de 1983 pela Psicóloga Ilzanete Bandeira e dirigida pela Prof.^a. Lúcia Maria de Brito Gonçalves Siebra. Tinha como órgão mantenedor as Obras Sociais dos Cireneus do Caminho - CIRECAM, um grupo espírita da cidade, que estipulou como objetivo a escola trabalhar o processo psico-sócio-educativo de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Com a política da Educação Especial, passou a atender crianças consideradas normais no ensino infantil e fundamental, tratando-se de uma obra filantrópica, sem fins lucrativos.

Essa história e as demandas das pessoas Surdas de Cajazeiras/PB deram base para a idealização da presente pesquisa, que tem como objetivo geral investigar o despontar do Movimento Surdo na cidade de Cajazeiras/PB, a partir das iniciativas realizadas antes, durante e após o movimento intitulado Setembro Azul/2015, e como objetivos específicos (1) verificar a percepção dos/as participantes sobre seus processos de inclusão; (2) identificar suas formas de comunicação - se eram usuários da LIBRAS ou se a comunicação se dava por meio de gestos espontâneos; e (3) avaliar o *status* dado à LIBRAS pelos Surdos/as, observando as categorias teóricas cultura, identidade e diferença.

Para problematizar essa questão, a presente dissertação foi dividida em quatro seções, distribuídas da seguinte forma: A primeira seção, Introdução, mostrando os motivos pelos quais me interessei pela pesquisa, a contribuição dos Estudos Culturais e dos Estudos surdos e um breve contexto histórico da cidade de Cajazeiras.

A segunda seção, “A Pesquisa”, descreve a abordagem, a natureza e o tipo de pesquisa, apresentando os critérios de escolha dos sujeitos, bem como os instrumentos e os procedimentos utilizados.

A terceira seção, com o título “Setembro Azul: em busca dos direitos linguísticos-culturais”, caracteriza o como se deu esse movimento no Brasil, desde o primeiro ocorrido em 2009 e o segundo em 2011 e em defesa de que a Comunidade Surda brasileira se mobilizava naquele momento. Traremos ainda reflexões em torno do conceito de cultura e identidade, segundo os Estudos Culturais e os Estudos Surdos, possibilitando reflexões que colaborem para análise teórica, ao estabelecer que cultura e identidade sejam temas centrais nesses estudos.

A quarta seção, “Setembro Azul/2015 em Cajazeiras: vendo vozes”, apresenta as discussões em torno dos direitos de ser Surdo no primeiro Setembro Azul, realizado em 2015, na cidade de Cajazeiras/PB. Veremos as vozes dos sujeitos da pesquisa proferidas nesse encontro, desde a visita para entrega de convites à participação nas palestras e no grupo focal.

Por último, trago as “Considerações Finais” acerca das questões abordadas na pesquisa, com destaque para a necessidade de uma Associação de Surdos e o chamamento para participar do grupo os/as Surdos/as que vivem isolados. No que diz respeito ao direito à educação, a criação de uma Escola Bilíngue, onde a LIBRAS se constitua a L1, na interação com pessoas Surdas, alunos/as e professores/as; e a disponibilidade de intérpretes nos espaços públicos diversos.

2 A PESQUISA

A presente seção apresenta o caminho percorrido para a realização da pesquisa, detalhando as ações para a escolha do local, dos sujeitos, dos procedimentos de coleta e de análise dos dados.

As angústias, dúvidas e inquietações, explicitadas de forma breve na introdução, impulsionaram meu interesse em saber como estavam as pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras, em termos linguísticos e organizacionais. Esta e outras questões, que foram aparecendo, conduziram à realização de um projeto de pesquisa de caráter estritamente qualitativo. As contribuições sobre pesquisa qualitativa de Uwe Flick (2009) tornaram-se suporte inseparável para entender tais questões, bem como a vasta produção da Marli André (2010) sobre a Pesquisa em Educação. Para esta autora (2010, p.42), “a intensidade do envolvimento pode variar ao longo do processo de coleta dependendo das exigências e especificidade do próprio trabalho de campo”.

Nesse sentido, a presente pesquisa, ao longo do processo de construção, foi sofrendo modificações. A entrada inicial no campo de pesquisa ratificou a necessidade de envolver os sujeitos da pesquisa em uma discussão mais ampla sobre o ser Surdo e sobre seus direitos linguísticos e culturais, no âmbito do próprio Movimento Surdo, o Setembro Azul².

Com isso em mente, e, a partir das contribuições de Flick (2009), o projeto de pesquisa foi sendo elaborado de forma mais rigorosa, na perspectiva da praticabilidade cotidiana, o que, segundo esse autor, é um procedimento que acarreta uma exigência muito maior das pessoas envolvidas. Para ele:

[...] o contato buscado pelos pesquisadores é o mais próximo ou mais intenso, o que, em resumo, pode ser demonstrado em termos das expectativas associadas a alguns dos métodos qualitativos atuais. Por exemplo, a realização de entrevistas abertas exige um maior envolvimento entre o entrevistado e o pesquisador do que aquele necessário na simples entrega de um questionário (FLICK, 2009, p. 109).

² O Setembro Azul será descrito posteriormente.

A definição do projeto emergiu, portanto, da minha relação, como pesquisador, com o campo de estudo e meu acesso às pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB. As situações ou materiais eram, realmente, o que iriam determinar a qualidade dos dados. A partir desse entendimento, o Setembro Azul/2015 foi organizado para acontecer em uma semana, com discussões em torno da História, Cultura e Identidade Surda.

Visando deixar claro os procedimentos adotados na pesquisa, dividi este capítulo nos seguintes itens: **Os Sujeitos da Pesquisa**, explicitando algumas características importantes sobre os nove Surdos participantes; **Os Passos Metodológicos**, momento em que coloco as três etapas da coleta de dados – O Momento Preparatório, O Evento Setembro Azul/2015 e O Grupo Focal; **A Pesquisa-Intervenção**, refletindo sobre a natureza teórico-pragmática da pesquisa; **A Organização e Análise dos Dados**, quando é detalhado o tratamento que os dados receberam após sua coleta; **Alguns Relatos sobre a Educação na Escola Especial, do município de Cajazeiras/PB, após seu fechamento**, segundo a ex-diretora da escola especial e uma ex-professora dos sujeitos da pesquisa, de modo a ilustrar o contexto educacional dos/as alunos/as; e os/as Surdos/as, após o fechamento da escola especial, segundo a coordenadora da Educação Inclusiva no município, esclarecendo como estes alunos foram recebidos e qual a política voltada para a educação dessas pessoas.

2.1 A educação de Surdos em Cajazeiras antes de 2008

2.1.1 Segundo a ex-diretora

Procurei a ex-diretora da instituição para conversar e obter algumas informações que poderiam confirmar o que estava implícito na fala dos sujeitos. Além dessa informação, teríamos um perfil do ambiente em que esses sujeitos se conheceram, de que forma o conhecimento dos sinais chegaram até eles, se naquele ambiente formavam uma comunidade, como eram suas identidades antes do reencontro no Setembro Azul/2015 e como se encontravam naquele momento.

Depois de muitas tentativas, consegui conversar com a pessoa responsável pela escola, que não quis falar, mas me pediu por escrito as informações que eu queria e me enviaria as respostas por e-mail. As perguntas estavam relacionadas ao

ano de fundação, quem era o público, quantos Surdos/as eram atendidos/as, a pedagogia utilizada e, principalmente, os motivos pelos quais a escola fechou.

O interesse por essas datas se deu pela curiosidade de saber como se encontravam esses sujeitos justamente no mesmo período em que ocorria a Mobilização Nacional, ou seja, o Setembro Azul, que marcava um cenário político e social diferente do vivenciado pelos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB. O objetivo da instituição era a promoção da Educação e das Atividades de Amparo Social e atendia a um público constituído de crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Os idealizadores desse projeto foram: José Murilo Siebra, Lúcia Maria de Brito Gonçalves Siebra e Maria Ilzanetti Bandeira, psicóloga e mãe da professora daqueles/as Surdos/as, hoje intérprete na rede estadual de ensino. Os recursos financeiros eram oriundos do Instituto CAPEMI de Ação Social, Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB, Convênio FNDE/PDDE, doações do Juizado Especial Cível e Criminal, Sócios das Obras Sociais dos Cireneus do Caminho – CIRECAM e Pessoas Físicas.

Nas informações cedidas, a partir da memória da ex-diretora, a Escola Especial Francisco de Assis foi fundada em 30 de setembro de 1983 e deste ano até 2007, era uma Escola Especial. De 2008 a 2011, passou a ser Escola Regular. Isso se deu devido às exigências da lei em fechar as escolas especiais, com vistas a atender as exigências do modelo inclusivo, motivo pelo qual Associações de Surdos, intérpretes e professores de Surdos se mobilizaram em 2009 em todo o Brasil, como veremos adiante.

Desde o início, segundo a ex-diretora, a escola atendia a muitas crianças especiais. Com o advento da legislação, tornou-se Escola Regular, passando a atender tanto alunos considerados normais, como os alunos com deficiência. Relata que um dos fatores que contribuíram para o fechamento da escola foi o fato de que o município já se achava capacitado para receber estes alunos matriculados nesta escola. Assim sendo, os alunos foram conduzidos às salas regulares, separando estas pessoas de seus pares e colocando-os em ambientes diferentes, longe do uso dos sinais.

Inicialmente, a pedagogia utilizada era livre, ensinavam palavras da língua portuguesa com o auxílio do alfabeto manual, dentre outras atividades, mas sem

preocupações voltadas somente para a LIBRAS, pois não havia pessoas capacitadas naquele momento. Com o andamento e o desenvolvimento da escola, foram feitas capacitações de diretores, equipe de apoio e professores na área de LIBRAS.

A partir da falta de repasse das verbas concedidas através de convênio com a Prefeitura Municipal de Cajazeiras que eram disponibilizadas mensalmente, a escola teve que fechar as suas portas. Consequentemente, vieram outras dificuldades como: falta de combustível, falta de pagamento de custeio a alguns colaboradores da equipe de apoio e merenda escolar insuficiente. Dessa forma, os 22 alunos Surdos atendidos tiveram que procurar as escolas municipal e estadual.

Inquieto e curioso para entender como se dava o ensino-aprendizagem nessa escola, resolvi ampliar o contexto em conversa com a intérprete, primeira professora na Escola Especial Francisco de Assis e que estava nos ajudando na interpretação das falas dos sujeitos, para posterior transcrição e análise.

2.1.2 Segundo uma ex-professora

Ao perguntar como se dava o ensino-aprendizagem e qual a metodologia utilizada na escolarização desses alunos, a ex-professora relatou que o modelo adotado pela escola era, no período em que ela estava como professora, que os alunos/as Surdos/as falassem e se comunicassem, única e exclusivamente, por sinais. Porém, no início não era assim. A maioria dos alunos eram crianças com paralisia cerebral, síndrome de Down, e outros, segundo ela, depois foi que começaram a ingressar pessoas Surdas.

Quando estes alunos passaram a fazer parte da escola, a diretora pediu ajuda à FUNAD. Esta enviou uma intérprete para ministrar cursos de capacitação em LIBRAS para professores e funcionários da Instituição. A responsável por ministrar o curso, segundo seu depoimento, deixou claro a todos que, para um surdo aprender, ele precisa interagir com os outros pelo uso da LIBRAS. O curso foi realizado durante três dias e, só a partir daí, o método por sinais passou a ser uma realidade. Essa afirmação confirma o que os sujeitos relatam em seus depoimentos: que chegaram à escola sem o uso dos sinais, usando somente gestos espontâneos e, só depois, aprenderam a língua de sinais. Tudo isso partiu da escola, com ajuda de

peessoas ouvintes. Conforme o relato da professora, todas as pessoas que trabalhavam na escola, desde o motorista até a cozinheira, tiveram que fazer o curso de LIBRAS.

Quanto às atividades realizadas em sala de aula, não usavam apenas LIBRAS, pois os/as alunos/as somente se comunicavam por gestos, que, muitas vezes, nem a própria professora entendia. Ela tinha que pedir o auxílio da família, únicas pessoas que entendiam a forma de comunicação dos/as filhos/as. Segundo a fala da professora: “Chegava um surdo e fazia uma mímica, um gesto qualquer, a gente ficava ‘boiando’ e a mãe dizia: ‘ele tá dizendo isso, isso e isso’. Era um gesto assim que só eles de casa [...] era como se fosse um código, só eles sabiam”.

A professora sentia a necessidade de um método que os ajudasse a aprender Sinais. Alguns até que se adaptaram rápido e aceitaram, enquanto outros ofereceram resistência para aprender, por medo ou por vergonha de serem ridicularizados. Preferiam balbuciar e produzir sons sem sentido algum a usar sinais, conforme relatou a professora. O método que utilizava, segundo ela, tinha como base os gestos que eles já sabiam, combinando com mímica, encenação teatral e LIBRAS, para que entendessem os conceitos e usassem só a LIBRAS posteriormente. Relata ela: “[...] para que eles associassem e vissem que tudo aquilo se resumia em um sinal em LIBRAS. Era bem mais prático eles usarem do que usar aquele artifício todinho”.

Com o passar do tempo, foram se habituando, chegando mais alunos, os profissionais se capacitando e, aos poucos, a LIBRAS começou a fazer parte do cotidiano, mesmo que de forma fragmentada. A professora ia passando os sinais para os/as Surdos/as a cada curso que fazia, sem contar com as pesquisas que fazia na internet, na tentativa de aperfeiçoar seus conhecimentos. Segundo ela, em 2003, não se tinha o acesso que se tem hoje, mas ela buscava saídas, apesar das dificuldades.

O que nos chamou a atenção foi o período em que a escola funcionou. Foi um período marcado por lutas e conquistas da comunidade surda em nível Nacional. Em 2002, a criação da lei No. 10.436 que, em seguida, no ano 2005 é sancionada pelo decreto No. 5626. Para as comunidades Surdas, essa conquista representa empoderamento da Cultura Surda, a partir do reconhecimento da LIBRAS como língua oficial brasileira das pessoas Surdas.

Ao perguntar sobre as primeiras professoras que a antecederam, ela não soube responder, porque segundo a mesma, veio trabalhar na escola com uma nova geração de alunos. Nessa nova geração, estavam os/as Surdos/as envolvidos na pesquisa.

Quando uma das fundadoras da escola faleceu, a professora assumiu a turma que antes era de sua irmã, que se casou e foi morar na cidade de São Paulo/SP. Como havia terminado o pedagógico, a entrevistada ficou com a turma, mesmo oferecendo resistência no início. Percebeu que alguns sabiam sinais soltos, a exemplo de Sônia que veio de uma escola de Surdos de Campina Grande/PB. Os demais eram gestos espontâneos criados no contexto familiar. Mas, segundo seu relato: “[...] aprendi muita coisa com eles, eu apontava e eles diziam em sinais. Fui estudar [...] pegar uns livros para estudar. Pedi a direção da escola e passei uns quatro dias na FUNAD. Quando voltei, vim com uma bagagem, com muita informação”.

A contribuição da intérprete ajudou muito na compreensão de falas posteriores dos/as Surdos/as, pois pairava sobre mim uma nuvem de dúvidas e o medo de influenciar nos relatos dos sujeitos, pois as pessoas sempre comentavam que aqueles alunos nunca tinham tido contato com LIBRAS. Com o depoimento da ex-diretora e o relato de experiência da professora, pude constatar que, naquela escola, os/as Surdos/as começaram a construir suas identidades, se unirem por um mesmo laço, por ter a Língua de Sinais como meio de comunicação naquele ambiente.

A professora me relatou ainda que, quando os sinais, mesmo que fragmentados, passaram a fazer parte do cotidiano, os que tinham vergonha de usá-los começaram a se interessar, pois juntos aprendiam de forma natural. Infelizmente, com o fechamento da escola, os/as alunos/as Surdos/as foram para a rede regular de ensino, onde a LIBRAS ainda não era praticada, pois os pares eram separados. A partir daquele momento, tiveram que se adaptar ao currículo ouvinte, se contentando apenas com as salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, contando somente com professores ouvintes que sequer sabiam sinais.

2.1.3 Rumo dos/as Surdos/as após o fechamento da escola especial, segundo a Secretaria Municipal de Educação

Fui até a Secretaria Municipal de Educação, a fim de coletar dados sobre como se deu o atendimento aos alunos Surdos que vieram da escola especial, quando esta foi fechada. Segundo a responsável pela Educação Inclusiva no município, não era ela quem estava à frente, mas cedeu o telefone de contato da pessoa responsável, na época, pela Educação Inclusiva.

O contato com a referida pessoa se deu via WhatsApp. Através de mensagem de voz, afirmou que, realmente, todos os alunos da escola especial envolvidos/as na pesquisa foram para as escolas do município. Ao perguntar qual era ou qual é a política para a Educação de Surdos, ela respondeu que, ao receber os/as alunos/as da escola especial em consequência da política de inclusão, o município fez o acolhimento de todas as deficiências, incluindo os surdos.

No intuito de incluir sua fala como dado de pesquisa, solicitei sua autorização. Mesmo autorizando verbalmente, resolvi ir até sua residência com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando os fins da pesquisa por escrito e me colocando à disposição para maiores esclarecimentos.

Através de áudio do aplicativo WhatsApp, a coordenadora de Educação Inclusiva no município de Cajazeiras/PB falou sobre as políticas inclusivas para os Surdos. Segundo ela, desde que o município de Cajazeiras/PB fez adesão ao Programa de Educação Inclusiva em 2004, se buscou também abraçar tudo o quanto foi de formação que o MEC oferecia. Ela relatou:

Tivemos cursos de extensão, especialização para os professores que iriam para as salas de atendimento, sempre que surgiam cursos pela FUNAD. Nós também fizemos cursos de LIBRAS e de outras áreas também. Trouxemos um professor surdo que ofereceu uma semana de curso para mais de quarenta professores, na época.

Segundo ela, muitos cursos foram realizados pela FUNAD junto à 9ª Gerência Estadual de Ensino com sede na cidade de Cajazeiras/PB e Secretaria Municipal de Educação. Afirmou que a secretaria sempre buscava essas formações, principalmente quando se tratava da pessoa Surda, pois trabalhar com esse público,

de acordo com seu relato, era muito difícil. “Para que haja o desenvolvimento da pessoa Surda, ela precisa saber LIBRAS”, especificou a coordenadora.

De acordo com seu conhecimento, os/as Surdos/as que foram chegando às escolas, não sabiam LIBRAS, usavam apenas gestos espontâneos que desenvolveram na família. Então, muitos não aceitaram a LIBRAS e tinham vergonha de aprender ou de usá-la no cotidiano. Para a coordenadora, foi um trabalho árduo, e, por este motivo, a secretaria buscava dar o melhor nesse sentido. “Tivemos algumas formações em João Pessoa sobre como ensinar português e libras para os surdos, porém sentimos a resistência dos professores em trabalhar com eles”.

A secretaria até tentava, mas havia resistências. Pelo relato da coordenadora, percebi que a proposta estava chegando como que de “para-quedas”. A falta de conhecimento, por parte dos professores, os levava à resistência em receber estas pessoas em suas salas de aula. Ao afirmar que estes alunos chegaram ao município só usando gestos, o discurso da coordenadora parece ser contraditório ao dos alunos e ao da ex-professora, pois, segundo seus depoimentos, foi na escola especial que começaram a usar sinais. Talvez a vergonha e o medo de sinalizar ou aprender se deva à mudança de ambiente, a separação dos pares e a falta da comunicação e aprendizado pelo uso da LIBRAS.

Outro ponto que me chamou a atenção foi o fato de que, mesmo oferecendo formação para o atendimento a essas pessoas, havia a falta de interesse dos próprios professores. A política inclusiva começava a surgir nas escolas municipais de Cajazeiras/PB “recheada” dos discursos do poder hegemônico, criando um sub grupo de “deficientes auditivos” no interior da escola dita “normal”, que é composta de pessoas sem um corpo danificado. De acordo com Guedes (2012):

Talvez estejamos assistindo a um retorno do período histórico no qual os surdos foram privados da sua língua, mas agora com base em algumas reconfigurações. Talvez estejamos novamente impondo aos surdos um contexto educacional que não oferece as condições necessárias para que eles interajam e aprendam tal como os demais. (GUEDES 2012, p.25)

Contrário ao que disse a coordenadora, os/as Surdos/as confirmaram a hipótese levantada por Guedes (2012). Parece que, na escola especial, o grupo começa a se constituir uma comunidade, pois era lá que a comunicação acontecia

entre os indivíduos surdos, em uma sala de aula composta só de surdos, mesmo sendo uma comunicação gestual. Com o tempo, começaram a aprender sinais, mesmo que de forma fragmentada, e a conhecer a existência de Surdos/as usuários/as da LIBRAS. Mas, ao chegar às escolas do município, separados uns dos outros, privados da comunicação sinalizada, sem as devidas condições de interação pela falta dos seus pares, certamente o aprendizado ficou comprometido.

Quanto à contratação de um intérprete, a coordenadora reivindicou do município a presença desse profissional em sala de aula. Afirmou que no início viu muita divergência e se perguntava de que adiantava colocar um intérprete em sala de aula, se o aluno não sabia LIBRAS. Tal questionamento me parecia fragilizado, tendo em vista os relatos dos sujeitos Surdos, descritos posteriormente, que evidenciavam o contrário.

Para Vieira-Machado (2010, p.50), “as pessoas, ao lidarem com situações em que surdos estão presentes, vão constituindo de alguma forma suas representações sobre o sujeito que se pretende educar”. Quanto aos sujeitos surdos que vieram da escola especial, não foi diferente. O modelo de educação para essas pessoas era configurado de acordo com as representações que se possuía, sem uma maior relação com a realidade. Segundo a coordenadora:

Alguns alunos se sobressaíram. Tivemos dificuldade de intérprete. Aqui em Cajazeiras não temos intérpretes, mas pessoas que sabem a LIBRAS. A gente lutou para que esses profissionais estivessem na sala dando esse suporte, mas o trabalho ainda tem muito que fazer.

Ao afirmar que alguns se sobressaíam, certamente ela se refere àqueles/as que tinham certo domínio da LIBRAS. Os/as outros/as que não se sobressaíam, possivelmente, são os que não conseguiram ter êxito no aprendizado de sinais por terem sido interrompidos pelo fechamento da escola especial, o que não significa dizer que não usavam sinais, mesmo que o fizessem de forma fragmentada. A LIBRAS, nesse período, era uma realidade nova na educação, haja vista que sua existência legal tinha pouco mais de seis anos. Esta havia sido sancionada em 2005 e a escola teve suas portas fechadas em 2011.

Por ter feito adesão à educação inclusiva, os programas de formação continuada do Governo Federal chegaram ao Município de Cajazeiras/PB. Para a coordenadora, hoje está mais difícil porque o Governo Federal extinguiu a Secretaria

de Educação Especial no MEC. Segundo suas informações, essa política inclusiva está no Plano Municipal de Educação, inclusive a implantação da disciplina de LIBRAS no Ensino Fundamental I e II. Porém, afirma faltar recursos para tal fim. Segundo ela, “[...] o governo está cortando tudo. O próprio Plano Nacional, muitas de suas metas ainda não foram cumpridas”.

Ela não sabia dizer o porquê, mas os alunos com deficiência estavam diminuindo nas escolas do município, principalmente os Surdos. Afirmou que em 2017, pelo seu conhecimento, apenas três estavam matriculados e, de acordo com suas informações, estes não estavam entre os que participaram do Setembro/Azul 2015. Em suas declarações, o município vinha buscando trabalhar a inclusão, apesar das dificuldades, desde 2004.

2.2 Os Sujeitos da Pesquisa

Embora os/as participantes no evento tenham sido 20 Surdos/as, os sujeitos mais diretos da pesquisa se restringiram a nove, pois foram estes os que se dispuseram a interagir, expondo suas percepções, nos momentos de discussões, participando efetivamente, tanto do evento como das discussões em grupo.

Os nove Surdos foram identificados pela sua disposição em se comunicar por sinais, apresentando potenciais de se constituírem enquanto comunidade e cultura Surdas. Pelo que propunha a pesquisa, o restante se constituiu em um subgrupo que ainda precisava ser empoderado pela Língua de Sinais, o que poderia ser estimulado pelo grupo mais participativo.

Esse critério fez, portanto, com que os sujeitos da pesquisa só fossem identificados depois da observação dos registros do evento. Para manter seu anonimato, eles/elas foram identificados/as na pesquisa por meio de nomes fictícios: Samuel, Santiago, Sérgio, Severino, Sinval, Sônia, Suzana, Sara e Salete.

Quadro 1: Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Nome fictício do/a participante	Idade do/a participante	Idade em que começou a usar sinais	Idade em que entrou na escola	De que vive	Grau de escolaridade	Estado civil
SAMUEL	26 anos	13 anos	13 anos	Recebe benefício e trabalha	Concluiu o 9º ano	Casado

SANTIAGO	39 anos	13 anos	15 anos	Recebe benefício	Cursando o 9º ano	Solteiro
SÉRGIO	30 anos	16 anos	17 anos	Recebe benefício e trabalha	Concluiu o 9º ano	Casado
SEVERINO	28 anos	10 anos	10 anos	Recebe benefício	Parou no 5º ano	Solteiro
SINVAL	27 anos	18 anos	12 anos	Recebe benefício	Concluiu o Ensino Médio	Solteiro
SÔNIA	24 anos	2 anos	2 anos	Recebe benefício	Concluiu o Ensino Médio	Separada
SUZANA	19 anos	14 anos	11 anos	Não recebe benefício – somente o esposo trabalha	Cursando o 9º ano	Casada
SARA	37 anos	13 anos	13 anos	Recebe benefício	Parou no 6º ano	Solteira
SALETE	18 anos	5 anos	5 anos	Recebe benefício	1º ano do E. Médio	Solteira

Conforme o quadro apresentado, a idade dos/as participantes situava-se entre 18 e 37 anos, sendo três casados, cinco solteiros e uma separada. A idade em que entraram na escola variava de 5 a 15 anos. Quanto ao grau de escolaridade, dois concluíram o Ensino Médio, dois o Ensino Fundamental, dois estavam cursando o Nono Ano, um o primeiro ano do Ensino Médio, um parou de estudar no Quinto Ano e outra no Sexto Ano.

A maioria dos sujeitos começou a usar sinais tardiamente com idades que variavam de 13 a 18 anos, com exceção de Sônia, com 2 anos, em uma Escola de Surdos em Campina Grande/PB, e Salete, com 5 anos, na Escola Especial em Cajazeiras/PB. Ingressar na escola sem o conhecimento da Língua de Sinais não é uma realidade apenas das pessoas Surdas de Cajazeiras/PB. Sobre isso, os ouvintes levam vantagem. Eles chegam à escola com um rico universo linguístico, pelo fato de nascerem num meio em que a língua oral circula de forma espontânea, na interlocução com os adultos. Já as pessoas Surdas, filhas de pais ouvintes, não têm a mesma oportunidade (LODI; LACERDA, 2010).

Quanto às formas de sobrevivência, a maioria das pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB vivia com suas famílias e recebia o benefício do INSS. Das nove pessoas envolvidas na pesquisa, apenas uma não recebia o benefício e duas, além de receberem o referido benefício, trabalhavam para garantir uma renda extra.

2.3 Os Passos Metodológicos

2.3.1 O Momento Preparatório

Uma vez que o evento Setembro Azul era o ponto chave da pesquisa, busquei o apoio da Secretaria Municipal de Educação e de alguns professores simpatizantes da causa. Tive o apoio de que necessitava em vários aspectos: ambiente, participação de professores Surdos/as nas palestras, recursos materiais para a realização do evento, água e cafezinho para os participantes.

O momento relevante da pesquisa – a realização do Setembro Azul/2015 – foi possível, devido a alguns procedimentos preparatórios, que incluíram a: realização de visitas às pessoas Surdas e entrega de convites para participação do Setembro Azul/2015. O convite foi confeccionado em papel ofício com imagens visuais, objetivando analisar a forma como era recebido.

Produzida com desenhos que representavam sinais em LIBRAS, a mensagem do convite ganhou uma comunicação visual. A ideia de montar o texto a partir dos desenhos, com uma aproximação da LIBRAS, visou facilitar a leitura visual pelos/as Surdos/as. Para Chizzotti (2010, p. 170), “o pesquisador se encontra implicado no processo de observação e constrói as evidências observadas na interação com outros pares que constroem o conhecimento”.

Quadro 2: O Convite



Os encontros no Setembro Azul/2015 foram registrados em vídeo e áudio (o áudio foi para facilitar a coleta de dados, através da tradução em Língua Portuguesa, e ter em mãos material empírico necessário para a análise posterior dos dados), após a devida autorização e assinatura dos envolvidos, de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. No evento, o objetivo era ver a voz sinalizada dos participantes nas discussões. Assim sendo, foi possível perceber, com base em Chizzotti que:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2010, p. 79).

Fiz uma visita à antiga escola especial onde os sujeitos estudaram, com o intuito de conhecer o ambiente e conseguir, junto à instituição, fotos que ajudassem os/as Surdos/as a lembrarem de momentos vivenciados lá. A ex-diretora da instituição, hoje um centro espírita, cedeu algumas fotos que foram digitalizadas e, em seguida, impressas para a montagem de um mural que ficou exposto durante o evento.

2.3.2 O Evento Setembro Azul/2015

A exposição de fotos e de uma maquete da primeira escola, confeccionada por um Surdo, as palestras e as discussões no evento, tudo isso estava relacionada ao cotidiano do grupo. Segundo Flick:

A discussão real tem início com um “estímulo para a discussão”, o qual pode constituir de uma tese provocativa, um filme de curta duração, uma palestra sobre um texto ou o desdobramento de um problema concreto para o qual seja necessário encontrar uma solução (FLICK, 2009, p. 185).

Para a discussão em torno do objeto, o evento em si, os convites e a realização das palestras foram estímulo para as discussões. Para que os Surdos/as participassem, o evento serviu de elemento motivador, que desse visibilidade às

questões linguístico-culturais durante os encontros, mesmo sabendo que alguns/mas não eram fluentes em LIBRAS. Mas, como palestrantes no evento, exemplo de que os Surdos/as da cidade de Cajazeiras também são capazes. Aquele momento também era um reencontro com os/as amigos/as Surdos/as de suas infâncias.

As razões para a utilização de discussões reais em grupo de e sobre as pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB e suas representações foram três: a primeira, por considerar que a roda de conversa realizada com o grupo, após as palestras, era uma oportunidade de cada um falar espontaneamente; segundo, a quantidade favorável de Surdo/as que participava com opiniões e sugestões referentes ao tema discutido; e, terceiro, a seleção de nove sujeitos que se expressaram para participar do grupo focal, após o evento.

Para a realização do evento, firmei uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, conforme dito anteriormente, que disponibilizou o ambiente - um mini auditório com 50 cadeiras -, e alguns recursos, como: um notebook e um data show, além de água e cafezinho para os participantes. Cada encontro teve duração de duas horas, sendo uma hora reservada à discussão do grupo.

No primeiro dia de palestra do Setembro Azul/2015, participaram 20 Surdos/as, vários/as professores/as ouvintes e algumas representações institucionais. Foi convidada para proferir a palestra, intitulada “História da Comunidade Surda”, uma jovem (Surda), graduanda em Administração. Sua presença causou admiração nos/as Surdos/as participantes.

Antes de iniciar sua fala (sinalizada), a palestrante interpretou o Hino Nacional Brasileiro, com o auxílio de seu esposo (ouvinte), professor e intérprete de LIBRAS. A referida palestra teve como objetivo mostrar a história do sofrimento e das lutas dos Surdos pelo seu reconhecimento linguístico e cultural. Nesse momento, observei a forma como recebiam a mensagem, a atenção dada e a participação no momento das perguntas sobre os temas expostos no evento.

O convite à Surda teve como intuito mostrar às pessoas Surdas de Cajazeiras/PB que elas também podem se destacar na vida profissional, e, assim como as ouvintes, possuem capacidades cognitivas. Os olhares de admiração estavam estampados na forma como que comentavam uns com os outros, no bate papo individual, antes de iniciar o encontro. As suas expressões faciais, a

intensificação no sinal de “INTELIGENTE” e a apontação para a Surda palestrante, tudo isso era fonte de dados.

Após a palestra, o espaço foi aberto para que os Surdos/as falassem. Nesse momento, observei que a proximidade de uma Surda fluente ocasionou barreiras nos/as participantes, provavelmente, por medo de errar ou de não ser tão fluente na sinalização. A professora foi sinalizando de forma que os/as Surdos/as compreendessem a mensagem, mostrando que, no Brasil, a conquista maior foi a lei Nº. 10.436/2002, sancionada pelo decreto Nº. 5626/2005 que dá encaminhamentos e explicações sobre a Educação de Surdos, a preparação e a formação dos profissionais que atuarão na área.

O/A Surdo/a que se dispunha a falar contava com a atuação da intérprete, que, ao traduzir perguntas e respostas, facilitava a coleta de dados. Ao final das discussões, a palestrante reforçou o que já havia dito sobre a luta dos Surdos, os desafios, os medos e a presença do Oralismo como um sofrimento que marcou profundamente, a exemplo do que foi discutido e implantado no Congresso de Milão de 1880.

Os/as Surdos/as que não tinham domínio da LIBRAS conseguiam entender a mensagem, pois a palestrante sabia da heterogeneidade do grupo. De forma dramatizada e contextualizada, conseguia transmitir o conteúdo da palestra e, em alguns momentos, se utilizava de gestos e mímicas quando percebia que não era entendida. A intérprete, que também conhecia a realidade linguística do grupo, dava sua contribuição na interpretação para que a mensagem também chegasse aos que usavam a LIBRAS de forma fragmentada.

Encerrando sua fala, a referida palestrante apresentou a lei e as conquistas alcançadas pelo povo surdo no Brasil e a importância daquele grupo de Cajazeiras/PB estar unido e lutar pelo crescimento da Cultura Surda nessa cidade.

No segundo dia, foi a vez de os/as Surdos/as contarem suas histórias. No primeiro dia, participaram do evento as vinte pessoas Surdas convidadas, já no segundo dia, apenas 17 participaram e entre os três que faltaram, estava Sinval, que nos dias seguintes se mostrou assíduo.

Uma mãe, que tinha um filho Surdo, casado com uma Surda e que morava na cidade de São Paulo/SP, deu o seu depoimento, mostrando para os presentes que era possível o Surdo ter uma vida “normal”. Para seu filho, foi a LIBRAS que lhe

abriu as portas para o trabalho, para a escola, para ter o direito de dirigir e outras conquistas. Falou das dificuldades que encontrou como mãe, os medos e as vitórias que alcançou bem como a alegria de, naquele momento, vê-lo bem estruturado, pessoal e profissionalmente.

A fala dessa mãe e dos/as professores/as Surdos/as palestrantes foram registradas, pelo fato de seus depoimentos serem um testemunho para os Surdos/as presentes. Chizzotti (2010, p. 17) aponta a importância desse tipo de informação que denomina de “*pessoa-fonte*”, pois, para ele, “o testemunho oral das pessoas presentes em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema”.

Com isso, as pessoas Surdas presentes foram perdendo o receio de falar sobre suas histórias e como foram se conhecendo. Todas fizeram alusão à primeira escola especial que os acolheu, sendo nítida a importância da mesma em suas vidas.

No terceiro dia, participaram somente os/as vinte Surdos/as sem a presença de ouvintes, além da intérprete e o pesquisador. Nesse dia, destinado às discussões, o grupo foi conduzido a uma sala, onde as cadeiras foram colocadas em círculo, de modo a facilitar o diálogo entre eles/elas, com conversas e trocas de experiências. Organizei uma roda de conversa, um bate papo informal sobre aquele momento, troca de experiências visuais e uma oportunidade para que falassem como conheceram a LIBRAS, os/as amigos/as Surdos/as, relações com a família, como é ou era na escola.

A cada um/a era dado um tempo para que expusessem suas ideias sobre o tema proposto. Cada fala sinalizada foi gravada em áudio e vídeo com a ajuda da intérprete, objetivando facilitar a transcrição de dados.

Conforme mencionado antes, os participantes do evento somaram vinte pessoas, mas os que espontaneamente se dispuseram a participar, emitindo suas opiniões, foram somente nove Surdos/as, apesar de os vinte terem participado do evento. Com essa seleção de participantes na pesquisa, conforme critérios já especificados anteriormente, senti a necessidade de um momento específico somente com aquelas pessoas, que seria realizado após o evento, em dia mais específico. Nesse dia, a coleta seria realizada como o segundo encontro do grupo focal, tendo como base as discussões realizadas no terceiro dia do evento.

No quarto dia de discussão, o palestrante foi um professor Surdo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Cajazeiras/PB. Ele falou da importância de o grupo não se sentir inferior a outros grupos Surdos. Deveriam antes se unir, conhecer como outros grupos, a exemplo de municípios da Paraíba como João Pessoa, Campina Grande, Pombal e Patos, vêm conquistando seus espaços. Esclareceu que a surdez não pode paralisar suas inteligências e a suas capacidades de conhecerem o mundo visualmente. O professor ainda falou das dificuldades que encontrou para alcançar seus objetivos e que, para o Surdo, não era fácil. Por isso, a importância de uma associação e participação em audiências públicas para apresentarem reivindicações para o grupo de Surdos/as da cidade.

O último dia de discussão foi uma avaliação do encontro feita pelos/as Surdos/as participantes do evento. Eles/as se dividiram em dois grupos e expuseram o que tinham visto durante a semana. Com base na fala do professor palestrante, o primeiro grupo, através de suas falas sinalizadas, fez uma exposição sobre o que o encontro significou e o que esse grupo precisava saber para estar forte politicamente. O segundo grupo, com base na palestra sobre a História da Comunidade Surda, optou pela forma teatral para falar sobre o conhecimento adquirido.

Ao final do encontro, os/as Surdos/as sugeriram que, no ano seguinte, o evento ganhasse uma proporção maior, tanto em divulgação quanto na extensão de convites a outros Surdos/as de outras cidades, onde existiam Associações de Surdos.

Foi discutida a importância de se criar uma Associação de Surdos, para que as pessoas Surdas de Cajazeiras/PB tivessem um espaço próprio de discussões. A discussão ainda girou em torno de lutas em defesa dos direitos de ser Surdo. A partir disso, surgiram ideias de uma escola bilíngue para Surdos no município de Cajazeiras/PB e a realização de audiências públicas na Câmara Municipal de Vereadores, estabelecendo um constante diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

O evento em si e as palestras serviram como ponto motivador, objetivando ver a voz dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Ficou claro que os participantes reconhecem a luta dos Surdos/as de outras localidades. Em suas colocações, o

grupo externou como estava o grupo de Surdos/as de Cajazeiras/PB no que diz respeito à importância da LIBRAS; às relações de comunicação, principalmente com suas famílias; à inclusão, e o que desejam para o futuro.

2.3.3 O Grupo Focal

A técnica usada para captar as narrativas das pessoas Surdas foi do tipo Grupo Focal. As falas foram trabalhadas na perspectiva do coletivo, ou seja, o grupo de Surdos/as foi o foco.

A formação do Grupo Focal se deu, num primeiro momento, conduzindo os 20 Surdos/as para uma sala, no terceiro dia do Setembro Azul/2015. Tendo em vista a participação efetiva nesse momento, foram selecionados/as nove Surdos/as para um segundo momento. Após o Setembro Azul/2015, três semanas depois, os/as nove Surdos/as retornaram, retomando as discussões realizadas no evento. Suas vozes foram registradas em vídeo e áudio e, posteriormente, transcrita para a língua portuguesa. A partir desse registro, fiz a análise com base nas categorias que emergiram, sempre guiadas pelas questões levantadas no coletivo.

Dessa forma, ficou caracterizado um Grupo Focal, em que todos, sem exceção, participariam. A opção por esse modo de captação, ao invés das entrevistas, se deve ao fato de que:

[...] as opiniões que são apresentadas ao entrevistador em entrevistas e em levantamentos estão desvinculadas das formas cotidianas de comunicação e de relações. As discussões em grupo, por outro lado, correspondem à maneira pela qual as opiniões são produzidas, manifestadas e trocadas na vida cotidiana (FLICK, 2009, p. 182).

Um pouco mais complexo do que a entrevista e a observação, o Grupo Focal pode trazer uma ampla gama de temáticas. Essa técnica permite colher dados com um número “X” de pessoas, que pode ter entre seis, dez ou doze participantes, tendo o pesquisador como moderador do processo.

A partir das leituras realizadas, percebi que um grupo focal não é uma entrevista, não é uma reunião, nem um encontro, mas uma rica técnica de coleta de dados.

Portanto, a formação do Grupo Focal decorreu da necessidade de voltar ao campo em outro momento, após o Setembro Azul/2015. Depois de categorizar suas falas por temas específicos, após relacioná-las com as questões de pesquisa, convidei as nove Pessoas Surdas, selecionadas, de acordo com o critério exposto anteriormente, para o momento do Grupo Focal. O local foi a Secretaria Municipal de Educação, onde o evento fora realizado, em uma sala preparada antecipadamente para tal fim.

A necessidade de voltar seguiu as recomendações de Câmara (2013, p.191), para quem “a obtenção de dados requer um redobrado cuidado do pesquisador quanto às opiniões dos respondentes e da organização. Devem imperar, portanto, a ética e o rigor científico, no caminho a ser trilhado”.

Além da ajuda da intérprete, contei com as imagens que serviram para uma nova observação e interpretação, comparando com a interpretação feita pela intérprete. Meu objetivo era captar o que possivelmente a interpretação simultânea não havia conseguido, visando uma aproximação mais rigorosa da fala dos indivíduos. O retorno dos participantes foi justamente, a partir da categorização das falas, dessa vez com perguntas norteadoras a partir do que expuseram no evento. O objetivo era afunilar as categorias eleitas e preencher algumas lacunas que ainda não estavam claras em suas falas.

Quais as vantagens no uso de um Grupo Focal? O meu papel de pesquisador, como facilitador/moderador da interação do grupo, foi de grande importância para deixar que os dados emergissem.

A opção por utilizar uma técnica mais complexa, que não dependeu só de mim, enquanto pesquisador, mas da presença de colaboradores como observadores/relatores, teve suas vantagens e desvantagens. Esses colaboradores se encarregaram de algumas atividades como: filmagem, fotos e interpretação LIBRAS/Língua Portuguesa dos depoimentos dos/as participantes da pesquisa. **Aqui**

No início do Grupo Focal, realizado com as pessoas selecionadas no evento, apresentei os objetivos aos sujeitos da pesquisa e explicitiei que gostaria de filmar e se teria a permissão deles/as para isso. Mesmo tendo em mãos o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) assinado anteriormente no evento, resolvi atualizar essa autorização.

Ao transcrever as falas dos/as nove Surdos/as que se dispuseram a falar no quarto dia de encontro, separamos o que era comum em suas falas por categorias como: a importância da LIBRAS e como a conheceram, dificuldades de comunicação com a família, a inclusão escolar na percepção dos sujeitos, a importância do intérprete, a construção da Identidade Surda e o que desejam no futuro. Essa categorização foi possível a partir da leitura e releitura das falas dos/as nove Surdos/as envolvidos/as.

Na condição de pesquisador e moderador, no grupo focal após o evento, lancei mão de uma prancheta com um roteiro para sistematizar a coleta de dados. Fui seguindo rigorosamente o referido roteiro com perguntas disparadoras que nortearam a minha conversa com o grupo de Surdos/as em aproximadamente 60 minutos de interação. Cada Surdo/a tinha dois minutos para falar e, após esse tempo, a vez era passada para outra pessoa. *Como era antes de conhecer a LIBRAS?; Como era/é a comunicação com os amigos Surdos e ouvintes? E na família?; O que é inclusão?; O que almejam no futuro?* Tais perguntas serviram de estímulo para a emergência das falas, ocorridas no Setembro azul/2015, pois, como o próprio nome já diz, o Grupo Focal tem um foco, que é o tema sob investigação. As perguntas sobre como conheceram a LIBRAS, o que ela significava para eles, como conheceram os amigos/as Surdos/as, como era/é nas escolas onde estudam/ram, de que viviam como meio de sobrevivência e como era a relação social e familiar, foram colocadas no grupo para que pudessem entabular a conversa.

A princípio, ficaram um pouco quietos, mas, aos poucos, começaram a falar usando sinais, mesmo que de forma tímida. Ao perceber o esgotamento da pergunta, ia passando para a questão seguinte, mas com o objetivo de fazer com que todos/as participassem falando o que pensavam.

2.4 A pesquisa-Intervenção

Além da obtenção dos dados, a pesquisa pode gerar um movimento no grupo que era transformador por si só, como uma ferramenta que reconstrói as opiniões individuais. No Setembro Azul/2015, foi visível como a temática girava em torno dos seguintes aspectos: i) importância da Língua de Sinais; ii) a forma como a

conheceram; iii) a importância do contato com seus pares; iv) a comunicação com a família; v) inclusão escolar e a necessidade de uma sala de aula constituída só de pessoas Surdas; vi) representações pessoais e da sociedade ouvinte; vii) o reconhecimento de grupos Surdos politicamente organizados que se empoderaram pelo uso da Língua de Sinais e suas buscas existenciais.

A partir dos aspectos supracitados, foi possível perceber a abrangência da pesquisa qualitativa. Para Chizzotti (2010), a pesquisa qualitativa apresenta correntes diferenciadas dos padrões quantitativos experimentais. Tais padrões defendem um modelo unificado para todas as ciências, baseado no modelo das ciências da natureza. Por outro lado, a pesquisa qualitativa comunga da lógica que defende o estudo dos fenômenos humanos e sociais, buscando os significados dos fatos no contexto em que estes ocorrem.

Desse modo, o meu envolvimento, desde a visita e a entrega dos convites, fez-me, enquanto pesquisador, parte integrante do processo investigativo. A observação da forma como receberam o convite também deu significado aos fenômenos. Assim sendo, estou envolvido, implicado em todos os momentos da pesquisa, desde o planejamento do evento à entrega de convites, a ida à casa dos Surdos/as ao lado de uma Surda e uma intérprete. Dessa forma, a pesquisa fica caracterizada, também, como uma pesquisa intervenção.

Essa experiência dimensionou de forma exata a necessidade de eu me manter de forma ativa na pesquisa. Era preciso o meu envolvimento, como parte do processo. A pesquisa foi realizada no contexto onde os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB vivem e transitam, ou seja, na espacialidade onde problemas e questões de pesquisa relevantes às suas vidas surgiram. De acordo com Castro:

[...] todo dispositivo de pesquisa transforma o que se deseja pesquisar, ou seja, nenhuma pesquisa deixa de ser também uma intervenção. Incorporar a intervenção do pesquisador no que é pesquisado, esse se constitui o grande desafio do paradigma da pesquisa-intervenção (CASTRO, 2008, p.29).

Para entender uma determinada realidade, é preciso conhecê-la e, ao fazê-lo, ela é transformada. Dessa forma, o pesquisador atua sobre a realidade e faz parte dela como uma estratégia de obter o conhecimento necessário sobre a mesma. O objetivo da preparação do encontro foi viabilizar momentos de discussão

em torno daquilo que as Comunidades Surdas do Brasil vinham discutindo, mas que Cajazeiras/PB ainda estava distante e sem nenhuma iniciativa, por parte do grupo de Surdos/as, sobre como vivem na cidade de Cajazeiras, interior da Paraíba. Assim sendo, minha intervenção como pesquisador foi de mostrar que é possível transformar essa realidade pouco visibilizada, a partir da percepção do/a próprio Surdo/a.

A pesquisa-intervenção foi sendo dimensionada pela própria natureza da pesquisa. Desde a articulação na construção do problema e da questão de pesquisa, a clara intenção do pesquisador de se inserir de forma proativa na pesquisa, entrelaçando o que estava sendo investigado e o modo de investigar, se colocava como aspecto marcante de intervenção. Essa forma de intervir redundou em momentos analiticamente distintos, porém inseparáveis do ato da pesquisa.

Esses momentos envolvem da visita à entrega de convites, do evento ao grupo focal, da conversa com a ex-diretora à professora desses sujeitos. Mesmo que estes se configurassem como um horizonte ainda disperso, o uso desse método me apontava caminhos cheios de possibilidades, transformando-me e transformando o que eu desejava pesquisar.

2.5 A Organização e Análise dos Dados

Após a coleta de dados, desde as visitas até a realização do Grupo Focal, iniciei a transcrição dos dados. Essa foi uma atividade muito minuciosa e trabalhosa, pois, mesmo com o auxílio da intérprete, foi necessário rever várias vezes os vídeos e ler as transcrições. Como forma de explorar mais os dados coletados, fiz a minha tradução, comparando com a interpretação feita pela intérprete, na tentativa de perceber algo que a interpretação simultânea não captou. Houve uma preocupação em registrar tudo, desde a simples conversa, antes de iniciar os encontros, até os comentários que os Surdos/as faziam uns com os outros no decorrer das palestras realizadas.

A partir desses dados, criei uma pasta, no meu computador, para a fala de cada um/a dos/as participantes da pesquisa, bem como pastas referentes às visitas e entrega de convites, fala dos palestrantes Surdos, conversas individuais entre os Surdos/as, conversa com a ex-diretora da escola especial, relato da intérprete quando era professora dessas pessoas na escola especial, relato de como os/as

Surdos/as chegaram nas escolas do município e exposição de fotos e maquete da escola onde estudaram. Em seguida, fiz a seleção para a análise dos dados coletados.

Os discursos dos sujeitos foram organizados, com o objetivo de desenvolver reflexões sobre a questão de pesquisa. Como utilizamos a coleta de dados com foco no grupo, organizei seus depoimentos a partir das categorias temáticas que iam aparecendo em suas falas.

Para a análise das informações, colhidas por meio da técnica de Grupo Focal, optei pelo método de análise de conteúdo, por esta se apresentar consubstanciada em um documento, como diz Chizzotti (2010, p. 98): “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Na análise dos dados, busquei investigar se esse grupo se constituía numa comunidade e se existia um Movimento Surdo na cidade de Cajazeiras/PB, analisando categorias já eleitas a partir das falas dos próprios sujeitos/as, os quais revelaram a percepção que tinham sobre: processos de inclusão, forma de comunicação dos participantes, o status dado à Língua de Sinais e como as categorias teóricas, cultura, identidade e diferença, à luz dos Estudos Culturais, foi e é vivenciada pelos sujeitos.

3 SETEMBRO AZUL: EM BUSCA DOS DIREITOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS

A comunidade Surda surge como uma segurança para as pessoas Surdas. É nela que eles encontram apoio para partilharem suas experiências, sua cultura, e defenderem os mesmos interesses. A cada dia, a comunidade surda vem lutando por seu espaço, reivindicando o espaço de cidadania que lhes cabe. Conforme Lopes (2011, p.75): “[...] comunidade é uma invenção necessária para que a luta continue e a identidade surda se expresse politicamente com mais vigor”. O reconhecimento de um grupo enquanto comunidade o ajudará a conquistar espaços no âmbito político, podendo expressar com mais vigor suas reivindicações.

É desse modo que o grupo de pessoas Surdas tem se constituído. Isso fica patente na mobilização realizada no Dia Nacional do Surdo, em 26 de setembro de 2009, na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo/SP, em favor das escolas especiais. O local foi escolhido pelo grande fluxo de pessoas que passa por aquele espaço diariamente e por ter sido palco de outras mobilizações de repercussão nacional. A calçada do parque Trianon, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), foi totalmente ocupada por jovens que expuseram cartazes e faixas no chão.

Nas semanas que antecederam o evento, convocações circularam pela internet para essa mobilização com o anúncio: “Surdo na luta por uma inclusão mais justa”. As reivindicações apontavam para a visibilidade da Língua de Sinais na educação das pessoas Surdas. Essa iniciativa está de acordo com o que pensa Lopes (2011, p.72), ao afirmar que “Na atualidade, a luta surda está sendo construída e reconhecida pelo direito de os indivíduos surdos construírem uma comunidade”.

No Brasil, o Movimento Social Surdo vem crescendo com a atuação das Associações de Surdos e o reconhecimento da Língua de Sinais como meio legal de expressão e comunicação, conforme a Lei Federal Nº. 10.436 de abril de 2002, que corrobora o que afirmam diversos documentos legais, entre eles: a Constituição de 1988, que configura a inclusão escolar através da educação especial; e a Declaração de Salamanca de 1994, que defende que todas as escolas devem estar preparadas para incluir alunos com qualquer tipo de deficiência.

Essas exigências, segundo a legislação, acontecem a partir do processo de legitimação no contexto da universalização e democratização da educação. Dizem respeito a mudanças estruturais nas escolas como, por exemplo, a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência. Para a Comunidade Surda, que não aceita em hipótese alguma ser tratada como composta por pessoas deficientes e, muito menos, pessoas com necessidades especiais, um ambiente onde a Língua de Sinais seja visibilizada como primeira língua tem caráter de urgência. Ainda segundo Lopes (2011), a Comunidade Surda, por meio de suas associações, foi a que mais lutou para que a LIBRAS fosse divulgada e para que os professores pudessem estar mais bem preparados para receber pessoas Surdas em seus espaços.

Nessa mobilização, ocorrida em 26 de setembro de 2009, a escola especial é afirmada como a única que daria garantia de uma plena inclusão social para as pessoas Surdas, diante da ameaça de essas escolas serem fechadas, tendo em vista uma interpretação linear e simplista da legislação da política da educação especial. Para a Comunidade Surda Brasileira, a presença de professores Surdos e ouvintes fluentes em LIBRAS garantiriam uma educação de qualidade, sem falar na oportunidade de os/as alunos/as Surdos/as receberem o conhecimento através da LIBRAS como primeira língua e estarem juntos de seus pares. Assim sendo, somente as escolas especiais poderiam proporcionar esses momentos.

Como veremos nas falas dos sujeitos da pesquisa, os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB também desejam lutar pelos mesmos ideais expressos desde 2009, e 2011, pela Comunidade Surda Brasileira: por espaços onde os pares Surdos pudessem trocar experiências e aprendessem juntos. Em 2009, a luta estava voltada para o não fechamento das escolas especiais e, em 2011, para implantação de Escolas Bilíngues e que estas fossem garantidas no PNE. Para os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, o direito de estarem com seus pares lhes foi negado, quando a Escola Especial de Cajazeiras foi fechada devido às exigências da política imposta pela “inclusão” nas redes municipal e estadual.

Em 2009, a legislação gerou controvérsias e mobilizou a Associação de Surdos de São Paulo/SP (ASSP), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), bem como alunos e professores de escolas especiais para Surdos. Dessa forma, o objetivo principal dessa mobilização nacional consistia em

uma crítica à legislação, defendendo o direito de os Surdos estudarem em escolas especiais.

As escolas especiais, naquele momento, eram vistas pelas pessoas Surdas como espaços fundamentais para o aprendizado da LIBRAS e ponto de encontro para a Comunidade Surda. Assim como aconteceu com os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB, que tiveram seus encontros em uma escola que tinha uma sala de aula constituída só por pessoas Surdas, conforme vimos nas informações fornecidas pela ex-diretora e pela primeira professora que lhes ensinou através de sinais.

Já setembro de 2011 vai ficar na história da Comunidade Surda Brasileira, pois os/as Surdos/as, através de suas associações, organizaram uma Mobilização Nacional em defesa de uma educação bilíngue. Brasília, a Capital Federal, foi surpreendida por uma movimentação nunca vista antes.

A mobilização se dava, em primeira instância, em repúdio ao texto simplista sobre o conceito de inclusão, expresso no Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, na sua Meta 4. Os/as Surdos/as reivindicavam que ficassem expressas no documento as suas particularidades educacionais e que fossem possibilitadas a criação e manutenção de escolas especiais para surdos, seguindo o modelo bilíngue.

Embora o Movimento Setembro Azul tenha dado visibilidade às pessoas Surdas e à LIBRAS, através do Movimento Surdo espalhado por todos os estados brasileiros, os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB ainda não estavam organizados enquanto comunidade, fato este que dificultava a constituição de uma identidade Surda local. Por isso, embora seja ouvinte, professor e pesquisador da área, decidi organizar ações de pesquisa-intervenção, com ênfase num evento que proporcionasse um encontro entre as pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB para uma discussão em torno da condição Surda e da LIBRAS. Pretendia ser agente de troca de conhecimentos sobre as lutas do Povo Surdo e as conquistas até então alcançadas por estas pessoas que ainda estão à margem da sociedade.

A ideia era implantar a sementinha de comunidade, como um local imaterial de união entre as pessoas Surdas, como afirma Lopes:

No caso dos surdos, não há um lugar específico da comunidade, não há uma geografia que possibilite aos surdos nascer e continuar vivendo em um mesmo espaço. Mas existem elos subjetivos capazes

de marcar e fortalecer identidades e de fazer com que os indivíduos se reconheçam (LOPES, 2011, p.75).

Para a autora, os/as Surdos/as não nascem em um lugar específico, mas em qualquer lugar do mundo pode nascer uma pessoa Surda, e, dependendo da sua inserção social, como propulsora de identidade, poderão vivenciar o espírito de comunidade. A referida autora afirma que a “invenção” de Comunidade Surda vem de certo preceito de que indivíduos diferentes, mas com algo em comum, no caso, a própria condição surda, tendem a se reunir seguindo alguns preceitos homogêneos, criando identidade própria. Lopes (2011) enfatiza que estar em comunidade é uma marca de determinadas identidades. Segundo ela, “luta-se pela diferença surda, fala-se dela, mas se trata de uma diferença que pode ser “comunalizada”, e não de uma diferença que rompe com a unidade do mesmo cultural e do outro [...]” (LOPES, 2011, p.73)

Voltando para Cajazeiras/PB, poderiam perguntar: mas por que o Primeiro Setembro Azul, se essa discussão em torno do respeito à Cultura Surda e à LIBRAS, com a defesa das escolas bilíngues, foi empreendida nacionalmente muito antes? Apesar de o Movimento Surdo ou Movimento Setembro Azul ter se consolidado em 2011, os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB viviam, e ainda vivem, à margem e sentem a necessidade de serem visibilizados, tendo a escola como espaço principal para que isso aconteça, conforme veremos em seus relatos.

Como morador da cidade e estudioso do assunto, tomei esse desafio para mim, preocupado que vivia com a dispersão desse grupo, que, na sua maioria, não usava a Língua de Sinais. Senti a necessidade de reunir e agregar estas pessoas em torno dessa discussão - ter uma escola bilíngue para Surdos que proporcionasse a aquisição dos conhecimentos em LIBRAS e o desenvolvimento pleno das pessoas Surdas - que iniciou no Brasil em 2011, mas que não chegou ao conhecimento desses sujeitos da cidade de Cajazeiras/PB.

Diante disso, dei início à pesquisa, com algumas questões em mente: Como estão se construindo as pessoas Surdas de Cajazeiras/PB, enquanto grupo com cultura e identidade própria? Podemos afirmar que esse grupo já se constituiu numa comunidade? Sabemos que uma comunidade é constituída de um grupo de seres humanos que partilham elementos culturais em comum, como o idioma, os costumes, o espaço geográfico, a concepção de mundo e os valores. Dentro de uma

comunidade, é hábito criar-se uma identidade comum mediante a diferenciação de outros/as grupos ou comunidades. Bauman (2003) afirma que, em uma comunidade:

Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo [...]. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes (BAUMAN, 2003, p.08 - 09).

Bauman percebe que é no seio da comunidade que são criadas oportunidades de partilhar experiências, tornando o “estar juntos” melhor e mais agradável. O fato de não se estar junto dos pares, impossibilita as pessoas de partilharem aquilo que é comum a elas, deixando uma lacuna a ser preenchida, tornando o indivíduo menos confiante para viver seguro. Para ele, a comunidade é este espaço de discussão amigável, em que se partilham elementos comuns como a língua, os costumes e os interesses do grupo. Em comunidade, os indivíduos agregam-se em torno do mesmo desejo de melhorar a vida em grupo.

Por isso, é importante os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB formarem uma Comunidade Surda local. Essa organização pode empoderar o grupo para, imbuindo-se da política surda e da legislação vigente, lutar por seus direitos linguísticos e culturais.

Strobel (2013) afirma que o conceito de Comunidade Surda tem sido usado como sinônimo de grupos de Surdos que participam nas associações, escolas e outras localizações. Para esta autora:

[...] a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos; há também sujeitos ouvintes — membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros — que participam e compartilham interesses comuns em uma determinada localização (STROBEL, 2013, p.38).

Familiares, ouvintes e simpatizantes da causa Surda, enquanto cultura, também podem ser considerados integrantes da Comunidade Surda. Assim, mesmo sendo ouvinte, senti-me encorajado pelas ideias dessa autora Surda a reunir os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB e investigar como eles/as estão com relação à aceitação da cultura e da identidade Surda, se têm conhecimento ou não do

Movimento Surdo do Brasil, já que se encontravam ainda muito dispersos sem um local específico de encontro e de partilhas visuais através da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Portanto, em uma Comunidade Surda, ouvintes e surdos convivem e partilham ideias sem, necessariamente, serem “culturalmente surdos”.

Em suas falas, os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB demonstram certa passividade diante da educação que lhes foi oferecida no curso de suas histórias. Possivelmente, esta educação foi e é traçada por ouvintes, sem nenhuma preocupação com as alteridades dos indivíduos, levando em consideração apenas a representação de pessoa Surda deficiente que precisa da presença do intérprete em sala de aula, mesmo que este não use sinais. É como se o intérprete tivesse a obrigação de recuperar aquele/a Surdo/a que não conseguiu, ou não consegue, moldar-se ao currículo imposto.

Na primeira escola dos sujeitos da pesquisa, fica evidente o acolhimento dessas pessoas no formato caritativo, em que a utilização de qualquer forma de comunicação para ajudar em um possível aprendizado, parece ser o objetivo. Com vistas à integração dessas pessoas “deficientes”, a oralização, o uso de sinais e outras formas de ensino-aprendizagem parecem fazer parte do cotidiano, dando prioridade à escrita e à pronúncia de algumas palavras. Isso está claro nos relatos expostos pela ex-diretora e ex-professora da escola especial.

Por ter sido, junto com sua irmã, a primeira educadora dessas pessoas, a atual intérprete relatou detalhes de como era organizado o ensino na escola especial em que os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB estavam inseridos. Segundo informações de pessoas que lá trabalharam, a escola acolhia pessoas com deficiência e as separava em salas de acordo com sua deficiência. Dessa forma, havia uma sala só para as pessoas Surdas.

Há de se entender que a visão que estes profissionais tinham da Surdez era uma visão com base nas representações produzidas sobre deficiências, e os/as Surdos/as, naquele momento, eram uma especificidade que precisava estar separada das demais. Concordo com Lopes, quando diz:

Qualquer escolha será sempre feita a partir de interpretações e representações que construímos, partindo de um conjunto de justificativas que escolhemos para sustentar nossas formas de entender aquilo que somos e aquilo que o outro é. Toda escolha que fazemos e as justificativas que lhe damos são culturais, mas nem

toda interpretação feita sobre a surdez está sustentada em uma teorização de base antropológica (LOPES, 2011, p.08).

Na época em que começaram a estudar, possivelmente existia uma ideia fechada sobre as pessoas Surdas. Elas eram vistas como deficientes que precisavam de uma educação que as integrasse na sociedade. A pedagogia utilizada em sua educação era realizada de acordo com as interpretações e representações que faziam, justificando suas escolhas, desde a separação do grupo em uma sala específica à metodologia de ensino-aprendizagem. A separação ora analisada não era para preservar a diferença das pessoas Surdas, mas para implementar uma perspectiva clínica e terapêutica.

O produto dessa visão foi a falta de uma língua que desse base as suas construções comunicativas, como ficou visível no evento. Os/as Surdos/as usavam uma mistura de gestos com sinais, que só era compreensível pela intérprete, devido ao tempo de experiência e convivência dela com estes/as Surdos/as na escola especial. Os que verbalizavam o pensamento de forma mais eficaz com o uso de sinais pareciam ser os mais politizados, intimidando os outros, que não se dispuseram a se expor. Tudo leva a crer que o medo de errar pode ter influenciado a não exposição de alguns.

Em um momento informal, conversei com alguns/mas sobre o porquê de não terem participado com suas opiniões. A hipótese foi confirmada: a vergonha e o medo de errar, por não saberem muitos sinais. Talvez com estes, de forma individual em uma posterior pesquisa, a entrevista individual funcione, já que não seriam expostas ao grupo e seus nomes seriam mantidos no anonimato e substituídos por nomes fictícios. Possivelmente, sem a presença de outros/as Surdos/as mais fluentes, seus pensamentos seriam externados de forma mais espontânea.

É diferente tratar de política Surda com sujeitos Surdos fluentes linguisticamente e conscientes de seu papel social e com indivíduos que não tiveram oportunidade de desenvolver adequadamente uma linguagem. O resultado, certamente, proporcionaria material empírico diferenciado para análise, pois o sentimento de pertencer ao grupo ou não talvez fosse evidenciado em outras formas de expressão dessas pessoas. Embora isso não tenha sido possível no momento da pesquisa, entendo que poderia ter redundado num rico confronto de ideias.

Mesmo porque são questões que parecem estar presentes no grupo. Eles e elas, independente da fluência, são amigos, convivem, aprendem juntos, embora alguns/mas silenciam em reuniões, para discutir questões coletivas com uso de sinais. Acredito que um espaço de partilha de conhecimentos e experiências visuais possa fazer a diferença, pois estando com seus pares, aprendem a Língua de Sinais.

Conforme pesquisas já existentes, essa consciência surge quando indivíduos aceitam a língua e, conseqüentemente, a cultura do grupo do qual passam a fazer parte. Em interação com seus pares, indivíduos aprendem e se desenvolvem juntos. Lopes aponta que:

Resistir significa viver intensamente a relação com o outro surdo que vive e sente a surdez de outras formas ou de formas semelhantes e que compartilha das mesmas lutas. A negociação de significados para o ser surdo e para a surdez é uma negociação que se dá, portanto, no interior das relações de poder e de resistência (LOPES, 2011, p.11).

Nesse sentido, a relação com os pares Surdos, partilhando experiências visuais, vivendo e sentindo a condição surda, compartilhando das mesmas lutas e interesses, pode imprimir a dimensão real de grupo, como um constante e dinâmico movimento entre semelhanças e diferenças. Tendo essa possibilidade de participação, partilharão e aprenderão a Língua de Sinais e assim construirão juntos a Cultura e a Identidade Surda local. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma negociação de significados para o ser Surdo/a e para a Surdez, que possivelmente ocorrerá dentro das relações de poder e de resistência intra e inter grupais.

Portanto, reputo como urgente a organização do grupo de Surdos de Cajazeiras/PB, um espaço de vivência que permita e faça com que estas pessoas partilhem suas experiências, aprendam juntas a LIBRAS e construam suas identidades de forma individual e coletiva. Coletiva quando caminharem rumo aos mesmos interesses, lutando por seus direitos linguísticos e culturais; individual, porque cada um/a é construtor de sua própria história, possuidor de múltiplas identidades, como aponta Hall (2015).

Em se tratando da educação do/a Surdo/a na cidade de Cajazeiras/PB nos dias atuais, não percebo muitas mudanças, apenas uma “inclusão” mascarada, que tem como objetivo confirmar o discurso legal, de existência de alunos/as Surdos/as em sala de aula. Conversando com professores, diretores e coordenadores pedagógicos, percebi, em seus discursos, uma total ignorância e falta de interesse sobre o assunto. A forma como representam as pessoas Surdas e os pré-julgamentos que fazem sobre o seu rendimento escolar, baseados em suas convicções, são preocupantes. A ideia de que fazem leitura labial ou sabem português porque os/as viram escrevendo de forma mecanizada, ou ainda, que não são alfabetizados porque escrevem “errado”, são indícios de total falta de conhecimentos na área.

Não pretendo, nesta pesquisa, responder a todas essas inquietações, mas abrir possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas posteriores, que poderão ajudar a entender alguns fenômenos: como alguns/mas Surdos/as terminaram o Ensino Médio; como é feito o atendimento aos que estão na escola; se seguem os mesmos métodos utilizados com os que conseguiram concluir; qual o status dado à Língua de Sinais...

4 SETEMBRO AZUL/2015 EM CAJAZEIRAS: “VENDO VOZES³...”

4.1 A entrega de convites do Setembro Azul/2015

A primeira fase da coleta de dados teve início com a realização de visitas para a entrega de convites. Conforme exposto anteriormente, foram convidados para o evento 20 Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB. Dentre eles, nove sujeitos participaram das discussões no grupo focal no decorrer do encontro, conforme os critérios de seleção já mencionados.

Quatro visitas foram destacadas, pelo modo como os Surdos receberam o convite, embora os sujeitos alvo dessas visitas não tenham participado das discussões empreendidas no encontro e nem durante a realização do Grupo Focal: Salviano, Sandro, Sidenando, Samara e Silvana. Essas cinco pessoas não foram sujeitos da pesquisa no Grupo Focal, mas me ajudaram a perceber que havia a necessidade da realização de um evento para que os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras se sentissem empoderados e visibilizados.

Como pesquisador, desejava que todos participassem, mas, entendendo que uma pesquisa está em constante processo de construção, cada passo foi sendo definido em seu próprio tempo e espaço. Assim, pelo fato de, no momento de entrega dos convites, não antever quem, de fato, iria participar do Grupo Focal, resolvi registrar esse momento inicial, com o devido consentimento dos sujeitos envolvidos.

Ousei relacionar esta atividade de coleta de dados ao que propõem os Estudos Culturais: analisar as subjetividades e as identidades individuais e coletivas. Esse campo epistemológico foi muito adequado à pesquisa, por possibilitar uma narrativa própria, a partir do indivíduo, de sua alteridade e diferença. Por permitir também que os sujeitos fiquem livres para fazerem suas escolhas, o que me permitiu abandonar um discurso unificado sobre cultura, o que deu suporte para entender a construção das identidades.

Para manter o anonimato dos envolvidos, usando o mesmo critério do Grupo Focal, os sujeitos que foram destacados no momento inicial (entrega de convites) foram identificados por meio de nomes fictícios: Salviano, Sandro, Sidenando,

³ Sacks, Oliver W., 1933 – **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos; tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Silvana e Samara. Já Sara foi uma Surda que me acompanhou nas visitas, participando tanto desse momento quanto do Grupo Focal.

A primeira visita realizada foi à residência de Salviano. Encontrei-o na calçada que, de imediato, convidou a intérprete, Sara (Surda) e eu, para entrarmos em sua residência. Sara entregou o convite confeccionado em papel ofício totalmente visual, com figuras e imagens que diziam onde seria realizado o encontro, a forma de chegar ao local e o horário de início e término. Salviano fez a leitura visual e, de repente, começou a sinalizar enquanto folheava. Quando tinha dúvida, Sara explicava, por meio de sinais, o que ele não havia entendido.

Olhem para mim, estou emocionado! [sinalizou Salviano, mostrando os braços arrepiados, acompanhado do sinal de “emoção” em LIBRAS].

Ele olhava para nós e chorava, dizendo estar emocionado. Sinalizava e gesticulava, dizendo que ninguém nunca havia se preocupado em reunir as pessoas Surdas da cidade para discutir sobre elas e que nunca havia recebido um convite endereçado a ele, em seu nome.

Percebi que o tocou o fato de o convite ser sinalizado, porque, mesmo conhecendo pouco da LIBRAS, isso fazia com que ele não precisasse de alguém para explicar do que tratava o seu conteúdo. Embora fosse endereçado a ele e a sua família, naquele momento, era ele quem compreendia seu conteúdo, sem precisar da ajuda da família.

Notei em seu olhar, nas expressões faciais e na forma como folheava o convite, uma emoção que traduzia suas definições de si mesmo e as condições em que vivia enquanto pessoa Surda. Ao sinalizar e gesticular que nunca ninguém havia dado atenção a ele e, muito menos, o convidara para participar de algo tão importante, foi que percebi a força dos Estudos Culturais, como referencial teórico ideal para embasar minha pesquisa.

Salviano perguntou sobre o local, o dia e o lugar em que seria realizado o evento, como uma forma de confirmar o que estava entendendo. Quando ele não entendia algo do que eu dizia, eu pedia ajuda à Surda e à intérprete, para atuarem como mediadoras.

Notei também que Sara sentia-se entusiasmada quando recebia a responsabilidade de entregar o convite e explicá-lo. Em todas as visitas, ela estava presente bem como na organização do ambiente para a realização do evento.

De acordo com Sá (2006, p.50), “o projeto dos estudos culturais é o de abstrair, descrever e reconstituir, em estudos concretos, as formas pelas quais os seres humanos vivem e se sustentam subjetivamente”. Dessa forma, percebi a importância que tem o interesse pela dimensão subjetiva presente nas relações sociais.

Assim, entendo que os indivíduos, em suas alteridades, interagem e (re)constroem identidades. No caso específico desta pesquisa, o simples ato de visitar os/as Surdos/as, convidando-os para uma discussão sobre quem são e como estão na cidade de Cajazeiras/PB, permitiu a emergência de dados sobre como as pessoas Surdas se sentiam, tendo em vista sua condição.

O local marcado para o encontro foi a Secretaria Municipal de Educação, que ficava próxima à AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) em Cajazeiras/PB. No convite, o desenho do sinal “LUGAR”, acompanhado da foto do prédio que sediava a Secretaria, apontava a localização exata. O fato de a residência de Sara ficar próxima à Secretaria facilitou para ela apresentar o convite para os/as amigos/as Surdos/as convidados/as. Em desenhos ilustrativos, os dias da semana SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA e SEXTA, apontavam o horário, turno e local de realização do evento.

Quadro 3: parte interna do convite



Sara fazia questão de deixar claro esse ponto, para que os/as Surdos/as não confundissem o local. Falava sinalizando, em uma mistura de gestos e LIBRAS, sem nenhuma inibição ou constrangimento:

Ei, entendeu? Segunda, terça, quarta, quinta e sexta o encontro de Surdos será lá na secretaria, às 7 horas da noite. No sábado, será na piscina a festa para os Surdos. Entendeu?

No convite, tinha a foto de uma piscina, onde eles iriam se confraternizar.

Quadro 4: segunda parte interna do convite



Na visita a Sandro, tive uma surpresa. Ele havia confeccionado em isopor uma maquete da Escola Especial “Francisco de Assis” (escola onde os Surdos/as de Cajazeiras/PB se conheceram). Ao ver a maquete, Sara se emocionou e junto com a intérprete começaram a lembrar da época em que estudavam na referida escola. A maquete foi exposta no evento, e, junto a ela, fotos da época em que estudavam.

Quadro 5: A maquete da escola



Sara, olhando para a maquete, sinalizou:

Olha só a sala que os surdos estudavam [apontando para a maquete]. Ali era o refeitório, quartos e lugar de brincadeiras. A casa onde a gente ficava [...] Estou admirada e emocionada [sinalizou o sinal de emoção]. Como ele conseguiu? Faz muito tempo e ainda lembro de Dona “Inês” [nome fictício da fundadora da escola].

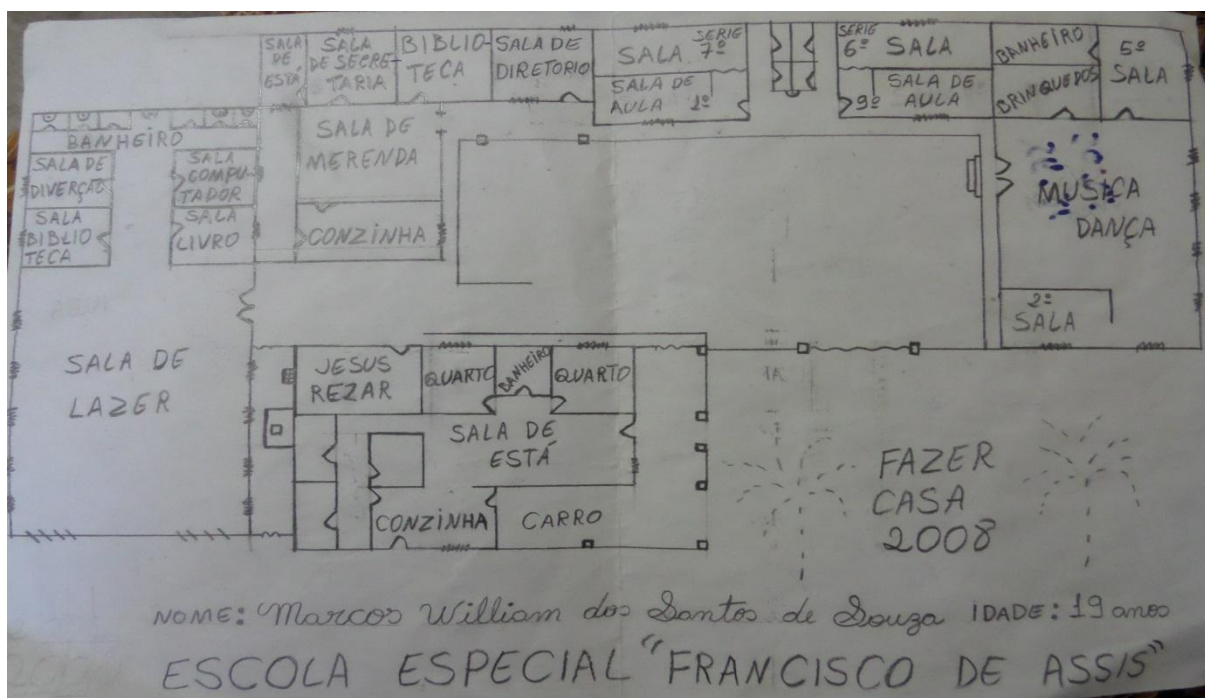
Essa emoção de Sara revela uma referência identitária. Ela lembra com detalhes da escola a partir da maquete, pois tudo é visual e era nessa escola que se encontravam, revelando uma diferença identitária. Foi no encontro com seus pares que Sara conheceu os/as outros/as Surdos/as. A emoção, ao ver a maquete, expõe o equívoco do fechamento da escola, porque ela se constituía em *lócus* de aproximação da Comunidade Surda. Foi ali que começou o processo de identificação.

A saída dessa escola para irem para a rede regular de ensino, conforme visto anteriormente, fez com que estes sujeitos se afastassem de um ambiente que, possivelmente, lhes proporcionava melhor participação e aceitação da Língua de Sinais.

Sara apontava os detalhes, emocionava-se junto com a intérprete, que foi sua primeira professora nessa escola. A riqueza de detalhes da maquete construída por Sandro era tão grande que, olhando para ela, Sara recordava dos detalhes de alguns fatos ocorridos no período em que frequentava a escola. Sandro mostrou, em

seguida, um desenho da planta da escola, que ele mesmo havia desenhado e que serviu de suporte para a construção.

Quadro 6: A planta da maquete



Na residência de Sérgio, uma das nove pessoas selecionadas na pesquisa, e Silvana (casada com Sérgio), presenciei a mesma surpresa. A receptividade e a alegria com o convite me chamaram a atenção. Ao pegar no papel, folhearam lentamente. Sérgio voltou ao início e começou a sinalizar, fazendo sua leitura. Junto à intérprete, mostramos todos os dias em que ia acontecer o encontro, de segunda à sexta, e o que iríamos discutir sobre as pessoas Surdas de Cajazeiras/PB no decorrer da semana. Ele olhou o convite, foi fazendo a leitura e sinalizando etapa por etapa, expressando alegria no rosto, ao entender a mensagem. O que não conseguia entender Sara explicava com detalhes impressionantes, e, ainda para contextualizar, dramatizava uma situação.

Na visita a Sidenando, percebi que, quando o convite foi entregue, ele não sabia de que se tratava. Nessa visita, foi também sua namorada, Samara, que também era Surda, e estava ciente do encontro. Ela o ajudou na leitura visual, explicando por gestos e sinais o conteúdo do referido convite. Fiquei observando o diálogo entre eles e constatei que havia ali uma mistura de gestos espontâneos e LIBRAS. Samara dizia:

Olha aqui, piscina, sábado, dia 26. O grupo de surdos juntos. Vamos todos para essa piscina [apontando para a foto no papel]. Segunda, terça, quarta, quinta e sexta, o encontro será noite, hora 7. Sábado será manhã, festa para surdos.

Após a explicação de Samara, percebi o espanto no rosto do Sidenando, dizendo que havia entendido tudo, que era importante os Surdos se reunirem. Em seguida, voltou em silêncio a folhear o convite e a sinalizar parte por parte, para assimilar o que Samara havia dito e sinalizou:

Entendi, entendi!

De todas as visitas, estas me chamaram a atenção pela forma claramente emotiva como essas pessoas Surdas receberam os convites. Apesar desses sujeitos destacados na entrega de convites se isentarem, por livre escolha, de participarem nas discussões do Grupo Focal, o sentimento de reconhecimento parece ter sido marcante.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, muitas desconstruções de representações do/a outro/a são possibilitadas. Com relação às pessoas Surdas, sua representação como parte de uma minoria linguística, pertencente a uma cultura própria, é evidente. E, em se tratando dos Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, uma cultura minoritária em processo de construção.

Em meio a esse campo teórico, concordando com os mesmos argumentos que Sá (2006) defende em sua pesquisa, reafirmo uma reconstrução da experiência da Surdez como traço cultural. Em concordância com esta autora, vejo na LIBRAS, um elemento significativo para a reconstrução de poderes e saberes a partir de sua aquisição pelo grupo de Surdos/as envolvidos/as na pesquisa e participantes do Setembro Azul/2015, como um elemento significativo para a reconstrução de poderes e saberes.

Para a autora mencionada, trabalhos recentes têm contribuído para os chamados Estudos Surdos:

Tal processo tem surgido nos movimentos surdos organizados e no meio da intelectualidade influenciada pela perspectiva teórica dos estudos culturais, ou seja: os estudos surdos inscrevem-se como uma das ramificações dos estudos culturais, das práticas discursivas,

das diferenças e das lutas por poderes e saberes (SÁ, 2006, p. 65-66).

Nesse sentido, o Setembro Azul/2015 passa a ser um elemento motivador para que as pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB reconheçam o movimento Surdo como espaço de discussões sobre a política e a Diferença Surda. Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca romper com certas lógicas cristalizadas e concepções consagradas (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

4.2 As pessoas Surdas e a LIBRAS: O antes e o depois

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida no Brasil pela Lei n. 10.436/2002 e pelo Decreto-lei n. 5.626/2005. É considerada a língua natural das Pessoas Surdas que se aceitam enquanto pertencentes a uma cultura própria. Esta língua não deriva da língua oral oficial do Brasil, a Língua Portuguesa, mas do meio em que vivem os/as Surdos/as brasileiros/as, transmitida de geração a geração. Conforme aponta Quadros (1997), as línguas de sinais são línguas que são aprendidas de forma espontânea, informal, na interação dentro da Comunidade Surda.

Segundo relatos das pessoas Surdas pesquisadas, ao entrarem na escola, elas tinham uma comunicação muito precária, baseada apenas em gestos. Suas mãos não tinham habilidade para usar a língua de sinais, uma vez que elas não tinham nenhum tipo de exercício, por não terem conhecimento da existência de uma comunicação por sinais.

Depois de um tempo na escola, expressaram o desejo de aprender a LIBRAS e começaram a usar sinais. Samuel, um dos Surdos envolvidos na pesquisa, deixa claro que o ensino por sinais era fragmentado. Havia aprendido apenas o alfabeto, possivelmente o manual, com o objetivo de aprender palavras da Língua Portuguesa. Para ele, estudar era difícil porque não sabia escrever, fazendo referência ao português escrito.

Se for pensada a partir do cenário da sociedade em geral, em que ser ouvinte é a norma, essa condição (ser ouvinte) é vantajosa em comparação ao ser Surdo, haja vista que as pessoas ouvintes nascem em famílias ouvintes e vão à

escola falando fluentemente a língua do país. Já os Surdos chegam à escola sem nenhuma fluência linguística, quando muito usando uma comunicação advinda de gestos espontâneos, oriundas de suas experiências visuais, conforme Lacerda e Lodi (2010, p. 14) observam:

Desde cedo, a criança ouvinte tem a oportunidade de conviver com a língua utilizada pela sua família. O interlocutor adulto colabora para que a linguagem da criança flua, oportunizando atitudes discursivas que favorecem o desenvolvimento e a apropriação de aspectos socioculturais e linguísticos importantes. As crianças surdas, em geral, não têm possibilidades para esse/a desenvolvimento/apropriação, já que na maioria das vezes não têm acesso à língua utilizada por seus pais (ouvintes).

Os sujeitos envolvidos/as nesta pesquisa não estão distantes da realidade em que se encontra a maioria dos/as Surdos/as brasileiros/as. Sem a oportunidade de convivência com seus pares, chegam à escola sem o uso de sinais. Além disso, todos/as os/as envolvidos/as na pesquisa são filhos/as de pais ouvintes, com exceção de Suzana, filha de pai ouvinte e mãe surda que não usa de sinais. Essa realidade confirma o que as autoras citadas investigaram.

A comunicação gestual, mesmo que rudimentar, usada na primeira escola frequentada pelos/as Surdos/as de Cajazeiras/PB, marcou a vida dessas pessoas, pois possibilitou uma interação mínima entre eles. Antes, eles não entendiam nada de LIBRAS, tinham as mãos “duras”, conforme indicado em suas falas. O interessante foi constatar que foi unânime a história de que os primeiros passos para a aprendizagem da língua de sinais foram dados com a ajuda de pessoas ouvintes. A partir dessas pessoas, conheceram outros/as Surdos/as, suas mãos ficaram “soltas” e foram aprendendo a usar sinais. Para Strobel (2013, p.53):

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Embora haja uma ideia comum nas comunidades Surdas mais politizadas, quanto aos malefícios trazidos pelas pessoas ouvintes ao processo de desenvolvimento dos Surdos, estes dados deixam à mostra também o outro lado da

questão: Algumas pessoas ouvintes contribuíram para a aquisição inicial da língua de sinais. Isso mostra a limitação das generalizações. E, ainda, o Setembro Azul/2015 também foi iniciativa de uma pessoa ouvinte, como forma de motivar o grupo a sair do *status* de grupo inferior, sem visibilidade.

Mesmo sabendo que os/as Surdos/as deveriam ser protagonistas do seu processo de cidadania, decidi tomar a iniciativa com relação a esse grupo específico na cidade de Cajazeiras/PB. Senti que era necessário dar esse impulso inicial, já que não tinha surgido nenhuma preocupação (por familiares, pessoas simpatizantes e instituições) com a educação desses indivíduos e menos ainda por eles mesmos. Como mostro adiante, essa preocupação havia iniciado na escola especial, onde os indivíduos começavam, naquele momento, a se constituir, mas o fechamento dessa instituição fez com que eles se dispersassem.

Pela própria filosofia presente nas escolas especiais, a instituição pela qual os sujeitos passaram também adotava uma política voltada para a integração das pessoas Surdas, com seu caráter humanizador e piedoso. Durante esse período, os discursos progressistas possivelmente reproduziam os discursos do poder, já que alguns professores eram disponibilizados pela Rede Municipal de Ensino, conforme relatou a ex-diretora.

Como mencionado anteriormente, antes da realização do evento, fui até o local onde funcionava a instituição, para obter as fotos dos/as Surdos/as no período em que estudavam, as quais seriam selecionadas para exposição em um mural durante o evento. Também foram fornecidas informações sobre a fundação da escola, como atendiam as pessoas com deficiência. Notei, naquele momento, uma resistência por parte da pessoa responsável em fornecer fotos e documentos, resistência que foi quebrada quando insisti, propondo escanear, pelo menos, as fotos.

As demais informações tiveram como base uma conversa oral com a pessoa responsável e uma conversa com uma das professoras, no momento da pesquisa intérprete e responsável por iniciar o trabalho com sinais em sala de aula. Ela permitiu que a conversa fosse gravada para facilitar o meu entendimento sobre o contexto em que viviam os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB. Dessa forma, as informações sobre essa instituição não têm base documental, foram apenas

fornecidas oralmente por pessoas que fizeram parte da escola no período em que lá estavam os sujeitos Surdos. Para Dorziat, Araújo e Soares (2011, p. 23):

[...] o objetivo maior do ensino especial sempre foi a integração dos ditos deficientes na sociedade, tendo como primeiro passo a sua entrada na escola regular. De forma mais específica, representava o sucesso das práticas terapêuticas e normalizadoras presentes na educação especial, como propiciadoras da ascensão dos deficientes a patamares que permitiam sua convivência com as pessoas tidas como normais.

As escolas especiais surgem com o objetivo de integrar a pessoa com deficiência ao meio social e a escola seria o espaço ideal para tal fim. Esse espaço deixa de ser um espaço educacional, que valoriza o ser em sua alteridade, dando lugar a práticas clínicas e terapêuticas na tentativa de normalizar os que não estão conforme os padrões de normalidade impostos. Com isso, a educação especial tem o papel de buscar o seu sucesso, elevando-os/as a patamares que lhes permitam conviver com os “normais”.

Considerando que a língua identifica um povo, podendo ser veículo de empoderamento em várias direções, uma vez adquirida, a Língua de Sinais dá oportunidade de os Surdos/as unirem-se em torno de uma mesma causa, fazendo suas leituras de mundo pelo mesmo canal de emissão e recepção. O ajuntamento de Surdos pode assim representar um espaço de reconstrução dos sujeitos, de poderes e saberes, com base nas alteridades coletivas e pessoais. Por isso, é preciso valorizar suas experiências visuais, fazendo com que elas sejam partilhadas no cotidiano dos/as Surdos/as de forma significativa, para que eles/elas venham a ter acesso ao conhecimento universal.

Na escola especial em que estavam esses/as Surdos/as, conforme suas falas, a professora iniciou a escolarização dos sujeitos utilizando o alfabeto manual, como metodologia para o ensino da Língua Portuguesa. Isso fica evidente, na fala de Samuel, quando relata que aprendeu o alfabeto, mas não desenvolveu sinais. Já Severino, ao ser convidado para estudar nessa escola, foi com o intuito de aprender a ler e escrever. Em sua fala, ele diz que uma pessoa responsável pela escola foi a sua residência e o convidou para tal fim. De acordo com Lima (2015, p.50):

A Língua Brasileira de Sinais não deve servir como instrumento “facilitador” na comunicação ou no ensino da Língua Portuguesa [...]

precisa ser a língua de instrução, de interação, de pensamento e de aprendizagem. Por isso, não é só o “estar preparado instrumentalmente” para receber estudantes surdos em nossas escolas e turmas [...].

Isso mostra que somente a LIBRAS como instrumento de mediação para o acesso ao conhecimento no espaço escolar não é garantia de que os/as Surdos/as terão acesso ao mesmo. Essa língua não deve ser vista como meio de imposição dos valores da língua e cultura oral, mas precisa ir além das representações de poder e saber da cultura majoritária.

A angústia por fazer os/as alunos/as Surdos/as aprenderem os conteúdos escolares, sobretudo a língua portuguesa, ficou patente na prática da professora. A situação dos/as Surdos/as não era menos angustiante. Samuel disse qual era sua concepção de aprendizagem, quando chegou à escola:

LIBRAS não sabia nada [...]. Escrever não sabia, estudar era difícil, escrever no quadro, é difícil. Lá, não sabia escrever.

Samuel nasceu Surdo e, até os 13 anos, comunicava-se por gestos caseiros de familiares. Ele afirma que, ao chegar na escola, não sabia nada de sinais e externa o seu desejo de aprender a escrita da língua portuguesa. Diz que estudar era difícil, quando se tratava de realizar alguma atividade escrita no quadro ou até mesmo no caderno. Para ele, saber ler e escrever era sinônimo de aprender. Portanto, a questão não é só receber estudantes Surdos/as nas escolas e lhes oferecer a Língua de Sinais, mas pensar como incluir essa língua no cotidiano dessas pessoas. Para Samuel, a língua escrita tinha um *status* importantíssimo, independente de ser Surdo.

[...] quando eu estava na escola [...] eu sabia só gesto, gesto, gesto [...] Eu fui desenvolvendo, desenvolvendo e aprendi o alfabeto. O alfabeto, eu sei (Samuel).

De todos/as os/as Surdos/as envolvidos/as na pesquisa, apenas Sônia ingressou na escola em idade adequada. Segundo disse, teve a oportunidade de aprender LIBRAS na cidade de Campina Grande/PB, por isso, chegou em Cajazeiras/PB usando alguns sinais, conforme sua fala:

[...] estudei na cidade de Campina Grande [...] até a idade de sete anos [...] vim morar em Cajazeiras. Fui para a escola [...] já sabendo um pouco de sinais. Lá em Campina Grande era melhor, tinha LIBRAS.

Sônia nasceu surda e, aos quatro anos, foi para uma escola de Surdos onde começou a aprender a língua de sinais. Essa instituição era a Escola de Audiocomunicação (EDAC), localizada na cidade de Campina Grande/PB, que tem o Estado como entidade mantenedora. Conhecida por trabalhar com a educação de Surdos, tendo a LIBRAS como língua materna e a língua portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua, esta instituição se caracteriza por ser uma escola bilíngue, oferecendo aos educandos Surdos Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Por se tratar de uma Escola de Educação Básica, orienta o seu currículo pelo disposto na LDBEN, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) para o Ensino Fundamental e Médio, além das orientações curriculares emanadas da Secretaria Estadual de Educação. Obtive essas informações nos estágios supervisionados, quando fazia graduação em Letras/Libras pela UFPB e a EDAC foi a escola onde estagiei como aluno graduando. Esse registro foi feito com base em documentos e informações cedidas pela instituição.

No período de realização do estágio, a escola oferecia Ensino Infantil, Fundamental e Médio, atendendo a alunos Surdos de 26 municípios. Criada em 1983, por um grupo de professores da UFCG, a EDAC funciona como campo de estágio, extensão e pesquisa do curso de Pedagogia da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Hoje, a Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima, que fica localizada no bairro do Catolé, atende a 200 alunos surdos, matriculados na educação infantil do 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio.

Foi nesse ambiente bilíngue que Sônia conheceu pessoas Surdas até a idade de sete anos. Quando a sua família mudou-se para a cidade de Cajazeiras/PB, Sônia ingressou na Escola Especial com o conhecimento de alguns sinais. Sentiu dificuldades, por, na escola destino, em Cajazeiras/PB, o uso de sinais não ser frequente. Por isso, afirma que em Campina Grande/PB era melhor, porque lá tinha LIBRAS.

Sônia mostra a sua preferência pela LIBRAS e a dificuldade que teve quando se afastou dela. Quando veio para Cajazeiras/PB e ingressou na escola especial, a presença dessa língua era quase zero, conforme sua fala. Ela mesma afirma que o problema também estava nela, por saber poucos sinais, revelando assim, o desejo de fazer com que aquelas pessoas aprendessem a se comunicar, como era em Campina Grande.

Vim para Cajazeiras e a LIBRAS era muito pouco [...] problema é que eu sabia pouco. [...]. Antes eu achava melhor [...].

Sônia teve que interromper o contato com os Surdos/as da cidade de Campina Grande/PB, que, evidentemente, só ocorria no espaço escolar. Para Thoma (2012, p.171):

[...] muitos surdos, quando conhecem outros surdos, sentem necessidade de estar em comunidade, e a escola é um espaço importante para isso, sendo o primeiro lugar de encontro da maioria dos surdos, pois esses são, na grande maioria das vezes, os únicos integrantes surdos de famílias ouvintes.

Foi o que aconteceu com os/as Surdos/as nessa escola especial. Ao conhecerem os/as outros/as Surdos/as, o sentimento de comunidade passa a emergir naquele espaço, pois foi lá o lugar de primeiro encontro do grupo, e foi, nessa escola, onde começaram a interagir, embora a comunicação acontecesse por meio de gestos espontâneos, haja vista que eram integrantes de famílias ouvintes.

Isso mostra a importância de um ambiente onde os Surdos possam se relacionar e aprender uns com os outros, aceitando as suas diferenças. Isso não acontece nas instituições de ensino regulares, que não aceitam a diferença Surda e não fazem adaptações pedagógicas ao currículo com práticas voltadas para as diferenças, entre elas, as diferenças dos/as alunos/as Surdos/as. Como veremos mais adiante em suas falas, melhor que fosse uma sala só de Surdos, ou seja, a necessidade de uma pedagogia bilíngue, e, indo mais além, quem sabe uma Escola Bilíngue para Surdos.

Quando Sônia afirma que “lá em Campina Grande era melhor, tinha LIBRAS”, mostra sua preferência pelo uso de sinais, que favoreciam o seu modo de apreensão do mundo, confirmando o que Thoma (2012) esclarece. Ao estar com outros/as Surdos/as, percebeu que a escola de Campina Grande/PB foi o seu primeiro lugar de encontro com seus pares. Em Cajazeiras/PB, afirma ter aprendido pouco na Escola Especial, “*sabia muito pouco LIBRAS*”. Essa situação encontra respaldo na afirmação de Strobel (2013, p.31):

Muitas vezes o processo de transmissão cultural de surdos ocorre com muitos sujeitos surdos somente na idade mais avançada, já adultos, porque a maioria deles tem família de ouvintes, ou porque, pela imposição ouvintista, nem frequenta as escolas de surdos e ficam sem contato por muito tempo com a comunidade surda.

Suzana também nasceu Surda e iniciou o contato com a Língua de Sinais aos 14 anos de idade, corroborando a investigação de Strobel (2013). Sua família é constituída de sete pessoas, cinco Surdas e dois ouvintes, sendo a única do grupo que tem familiares Surdos, mas que não usavam sinais. Filha de mãe Surda, tem um irmão Surdo e dois tios Surdos, sendo o pai ouvinte. Para ela, ter nascido Surda não foi problema, revelando que a surdez não foi empecilho. Mas, para sua família, mesmo sendo filha de mãe Surda e com familiares Surdos, a surdez era um problema, certamente por se acreditar que ser “normal” é ter nascido ouvinte, e, ser Surdo não é ser “normal”, pois a surdez é uma deficiência, uma doença a ser curada.

Eu nasci surda, minha mãe é Surda sabe pouco LIBRAS é só gesto e tenho um irmão surdo que sabe um pouco de LIBRAS, mas meu pai é ouvinte. Para mim, nascer surda não foi problema, não é doença. Minha família pensava que era. Nasceram em minha família cinco surdos e dois ouvintes. Eu tenho um tio que também é surdo e mora distante de Pombal (Suzana).

A surdez não se constituía uma doença para Suzana, enquanto que, para sua família, essa questão era evidente. Possivelmente, seus familiares não tinham o conhecimento da LIBRAS e da condição Surda, enquanto cultura. Apesar disso, Suzana parecia acreditar na sua capacidade e inteligência para desenvolver-se, em

meio às representações negativas que a sociedade tem a respeito das pessoas Surdas. Sua concepção de surdez confirma o que Lima conceitua:

A surdez é uma marca, uma materialidade inscrita no corpo e, por esta condição, ela é fortemente representada pela “perda” ou a “falta” da audição e, a partir dessa conceituação, os variados campos de estudos foram desenvolvendo formas de se trabalhar e lidar com essa “patologia” (“anormalidade”) e com os sujeitos que “sofrem” dela (LIMA, 2015, p.41-42).

As pessoas Surdas sofreram e ainda sofrem com o estigma da surdez vista como “anormalidade”, marcada pela perda auditiva. Mas, para Suzana, essa questão parece não lhe causar incômodo, talvez porque, nesse período, já conhecia a língua de sinais. Isso fica evidenciado em sua fala. Mesmo pertencendo a uma família de pessoas Surdas que não usa a língua de sinais, culturalmente esta é marcada por uma visão estereotipada da surdez enquanto “patologia”, mas esse estereótipo não a afeta.

A ideia de “normalizar” a pessoa Surda também chega às escolas quando estas priorizam um currículo feito por ouvintes e para ouvintes. Na escola onde Suzana estudou, não havia ensino de LIBRAS e nem um atendimento voltado para a forma visual de o Surdo aprender, como afirma: *“[...] estudava lá, na escola [...] lá só era gesto. [...] Antes eu não conhecia nada de LIBRAS”*. Quando afirma que não conhecia nada de LIBRAS e na escola era só gesto (gesto espontâneo), revela quão é importante, para ela, o uso e o aprendizado da LIBRAS. Fala dessa forma porque já vem de uma experiência nada agradável, desprovida de comunicação. *“Meus pais moravam no sítio e eu não sabia nada [...]”*.

Suzana não teve sua infância com as demais pessoas do grupo, na escola especial onde a grande maioria se conheceu, justamente por vir de uma outra realidade educacional, diferente daquela vivenciada por Samuel, seu esposo. Seu relato mostra que o contato com apenas uma pessoa Surda não é suficiente. É preciso a interação na comunidade Surda, como afirma Lourenço:

Experiências compartilhadas dentro da comunidade Surda permitem aos Surdos se sentirem capazes e sujeitos culturais. Surdos que crescem em contato com outros Surdos, são criados para viver em uma realidade surda e quando adultos, participando dos movimentos Surdos, constroem sua identidade política (LOURENÇO, 2012, p.32).

Fica claro que não só a presença da pessoa Surda (mãe) foi decisiva para Suzana se constituir Surda. Era preciso compartilhar suas experiências dentro da Comunidade Surda, se sentir capaz e sujeito cultural, discutindo suas peculiaridades por meio da Língua de Sinais. A simples presença de um ou mais surdos não é suficiente, como não foi para Suzana, que, em sua infância, teve contato com vários Surdos: sua mãe, seu irmão e seus tios, que não usavam sinais, mas partilhavam experiências pelo uso de gestos, e, também, com os familiares ouvintes. Mas a comunicação se dava apenas na família, que não tinha o conhecimento da Cultura Surda.

Para a autora anteriormente citada, quando as pessoas Surdas crescem em contato com Surdos adultos usuários da LIBRAS, estas, quando adultos, têm mais chances de viver uma realidade Surda e construir suas identidades, participando dos Movimentos Surdos. Por isso, para os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, que nasceram em famílias ouvintes e/ou conviveram com uma cultura puramente ouvintista, é importante a participação na comunidade Surda, como forma de construir uma consciência política. Isso reforça a necessidade da organização do Setembro Azul/2015.

Para Suzana, de acordo com seu relato, o uso da LIBRAS proporcionou outras experiências e contatos: conheceu pessoas Surdas, certamente as que usavam a Língua de Sinais, mas também conheceu pessoas ouvintes. Assim, seu ciclo de amizades não se restringiu apenas às pessoas Surdas, mas também incluiu ouvintes. Certamente, por ter perdido o contato com os Surdos/as da cidade de Pombal/PB e ter ingressado em uma igreja evangélica, o contato com os ouvintes passou a ser frequente, sem falar que os familiares de Samuel (seu marido) são todos ouvintes. De acordo com a fala de Suzana: *“As coisas foram se encaminhando em minha vida e hoje eu conheço amigos surdos, mas também tenho muitos amigos ouvintes”*.

Samuel, esposo de Suzana, a conheceu na cidade de Pombal/PB em uma igreja evangélica e casou-se com ela (o casal me deu essa informação em uma visita informal a sua residência). Na cidade, havia uma *Associação de Surdos*⁴,

⁴ Associação de Surdos de Pombal/PB – A partir de informações cedidas pelos Surdos/as de Cajazeiras e da própria Suzana, os/as Surdos/as da cidade de Pombal não se reúnem mais, apesar de ainda existir o registro legal dessa entidade.

talvez por isso Suzana mostrasse um bom domínio da Língua de Sinais no seu cotidiano, decorrente do contato natural que teve com seus pares. Por não ser a única pessoa Surda na família e por conhecer outros/as Surdos/as politizados, reconhece a importância da LIBRAS e o direito que as pessoas Surdas têm de serem instruídas através dela. Quando diz [...]“*Suzana me ensina [...]. Quero que me ensinem e esse é o meu desejo [...] conheci outros surdos e fui perdendo o medo de usar sinais. Foram me ensinando um pouco de Libras, de palavras do português [...]*”, Samuel põe em prática o que Strobel (2013) denomina de “ferramenta de transformação” e de percepção na maneira de o Surdo vê o mundo ao definir a cultura no campo dos Estudos Culturais.

Ao expressar o desejo de aprender a LIBRAS, Samuel se vê de forma diferente, não mais com a sensação de isolamento, “mas de vida social, constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar” (PERLIN, 2004, p.75). Essa nova marca cultural, aos poucos, o transporta para uma sensação de cultura grupal quando perde o medo de sinalizar, ao conhecer e interagir com seus pares. Assim, o processo de construção de sua identidade Surda começa a se modelar, pois, ao aceitar que a esposa e os amigos lhe ensinem a LIBRAS, também está aceitando a Cultura Surda.

Salete, assim como Suzana, também nasceu Surda e começou a conhecer sinais com idade aproximada de cinco anos, conforme seu relato. Em concordância com Suzana, ela disse que também houve um progresso em relação a si mesma no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, mas faltava a LIBRAS. Nos depoimentos de Suzana e Salete, a Língua de Sinais aparece como uma necessidade, como meio principal para o desenvolvimento dessas pessoas, de acordo com suas concepções. Salete afirma que: “*Na escola [...] onde eu estudava, era só gesto. Fui desenvolvendo, mas não sabia palavras*”.

Parece-me que a expressão “não sabia palavras” pode não estar relacionada apenas à língua portuguesa, apesar de a língua oral ser a língua utilizada no espaço escolar, mas a signos com sentido, que podem ser também sinalizados. Possivelmente, o desenvolvimento de Salete se deve a outras habilidades que não se comparavam ao universo linguístico, representado por alguns apenas como o da língua oral escrita. Na escola onde estudava, “era só gesto” e, como se tratava de uma escola especial, certamente se trabalhava antes

do uso de sinais, a língua portuguesa como língua de instrução, deixando a comunicação gestual fazer parte do cotidiano do grupo ao qual pertencia.

O pensamento *ouvintista*⁵, que não via possibilidades na condição Surda, mas uma característica limitante, parecia prevalecer nessa escola. Assim sendo, era comum enxergar os/as Surdos/as como incapazes, com possibilidades limitadas para alcançar metas de caráter individual. Isso parece ter acontecido também com Sérgio, que, em momentos de possíveis avanços escolares, procurava se identificar com os ouvintes: “[...] Fiquei muito orgulhoso quando disseram pra minha família que eu estava aprendendo! Eu acreditava que estava sabendo tanto quanto um ouvinte na escola F.A”.

Sérgio acreditava que estava “sabendo tanto quanto um ouvinte”. Tudo leva a crer que um pequeno progresso escolar, que redundou em elogios, fez com que ele deixasse fluir as verdades construídas que aproximam o mundo ouvinte do conhecimento e da inteligência. Em outros momentos, fora do Grupo Focal, Sérgio afirmou gostar muito de matemática e a intérprete confirmou que ele era muito bom e até ensinava cálculos para os ouvintes. Isso ocorreu quando estava no Ensino Fundamental em uma escola do estado.

Sérgio, Severino e Sinval parecem ter se conhecido nessa escola especial, assim como os demais Surdos/as, com exceção de Suzana e Santiago, ambos de realidades e cidades diferentes. Suzana, é da cidade de Pombal, interior da Paraíba, e Santiago da cidade de Ipaumirim, interior do Ceará, mas já havia morado em Brasília e conhecido outros Estados. O conhecimento de outras realidades até justifica a evidência de ser o Surdo mais politizado do grupo.

Ao se referir à escola, em termos de aprendizagem, Sérgio, Severino e Sinval afirmam ter chegado na instituição sem LIBRAS, até mesmo ignorando sua existência. Dessa forma, quando diz que “na escola todos começaram a usar sinais”, Sérgio mostra que a comunicação, no decorrer do tempo, passou a acontecer também por sinais, dando indícios de que foi, naquele ambiente, que suas identidades Surdas começavam a ser construídas. Severino também confirma que o uso de sinais começou a dividir espaço com a comunicação gestual, quando diz que só usava gesto, LIBRAS usava muito pouco. Vejamos:

⁵ Segundo Skliar, “é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (2013, p. 15).

[...] na escola todos começaram a usar sinais [...] Eu não sabia nada, não sabia [...] nem sinais (Sérgio).

Quando eu estudava na escola [...] só usava gesto, LIBRAS era muito pouco (Severino).

[...] não entendia nada de LIBRAS, não sabia nada, minhas mãos eram duras [...]” (Sinval).

Sinval nasceu na cidade de Recife/PE, e, ainda criança, foi morar em Cajazeiras/PB com os avós paternos. Ingressou na escola aos 12 anos de idade e aprendeu LIBRAS somente aos 18 anos. No início, antes de ter contato com pessoas Surdas, não conhecia sinais e não possuía nenhuma habilidade com as mãos. Para ele, “*se a criança cresce com as mãos duras, com a LIBRAS, ela consegue melhorar. Mas, precisa praticar*” [...].

Com essa afirmação, ele se coloca no lugar de quem passou pelo sofrimento de não poder se comunicar por sinais quando criança, pois, no meio familiar e na escola, não havia o ensino e a prática da LIBRAS. Acredita que se não houver essa prática, que deverá acontecer na família e junto com seus pares, as mãos ficam “duras” e não conseguirão um bom desenvolvimento. Por isso, precisa praticar.

Quando diz que “*é o meu desejo ensinar LIBRAS para os ouvintes, pois quero que saibam que somos iguais*”, Sinval parece sentir como as pessoas Surdas são representadas pelos ouvintes. Ele deseja que a LIBRAS seja essa ponte de ligação para a quebra de preconceitos e a porta para a aceitação da Surdez enquanto cultura e identidade. Isso reforça o que Dorziat (2009, p.31) analisa em sua pesquisa, a partir de depoimentos de pessoas Surdas, quando afirma que “vários estereótipos assimilados pelos Surdos têm contribuído para reforçar os valores ouvintes e sufocar a expressão da Cultura Surda”. Ao desejar que os ouvintes percebam que Surdos e ouvintes são iguais, demonstra que a aceitação da língua através de seu aprendizado, levará à aceitação da condição Surda enquanto diferença cultural.

Os dados mostraram que, depois de certo tempo de convivência, os/as Surdos/as inseridos na escola especial, começaram a usar sinais, tanto os ensinados pela professora, hoje intérprete, como os partilhados entre eles. Sônia veio de Campina Grande/PB e conhecia alguns sinais. Assim, a professora pesquisava, aprendia e levava para sala de aula. Talvez isso justifique a fala de

Severino, afirmando ter desenvolvido e melhorado sua aprendizagem, pois o uso de sinais passa a ser constante, através da prática da professora.

Mas eu fui desenvolvendo, desenvolvendo e melhorei muito bem. Mas LIBRAS era só um pouco. Quando “I” foi embora, “J” (irmã de “I” e hoje intérprete) ficou no lugar dela. Ai comecei a aprender sinais. (Severino)

A temática da identidade é muito presente nos textos que tratam de currículo, sob a influência dos Estudos Culturais. Moreira, ao tratar dessa temática, afirma que:

A identidade é vista como parte fundamental da dinâmica pela qual os indivíduos e os grupos compreendem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos. Compartilhar uma identidade é, então, participar, com outros, de determinadas esferas da vida social – nacional, religiosa, linguística, étnica, racial, de gênero, regional, local (MOREIRA, 2011, p.126).

A Língua de Sinais é, sem dúvida, um instrumento de poder e força para a construção da identidade das pessoas Surdas. O que tem acontecido é que, por estarem inseridos em uma sociedade organizada sob padrões ouvintistas e as instituições de ensino oferecerem um currículo voltado apenas para os alunos ouvintes, os/as Surdos/as são obrigados a se adequarem, deixando de imergir na sua língua e sua cultura. Isso faz com que, muitas vezes, só conheçam outros Surdos/as e tenham contato com a Língua de Sinais em idades avançadas.

Dessa forma, em se tratando de Surdos/as, é fundamental que suas experiências visuais sejam compartilhadas de forma significativa, proporcionando acesso ao conhecimento. Além de aprender a língua de sinais, muitas pessoas Surdas, como ocorre com os/as Surdo/as da cidade de Cajazeiras/PB, expressam o desejo de aprender a ler e escrever palavras e frases da Língua Portuguesa. Conforme análise de suas falas no evento e observando suas conversas individuais antes e depois das discussões, aprender a ler e escrever deve fazer parte de suas vidas, em suas concepções. Severino relata:

“IZ” (dona da escola) foi até minha casa e bateu na porta. Perguntou como eu estava e me chamou para aprender a escrever, mas eu não sabia nada, era bobo. Quando cheguei lá, eu tinha muita vergonha, até pra comer.

Na fala de Severino, a pessoa que o visitou fez o convite para que fosse aprender a ler e escrever. A alusão feita ao não uso de palavras da Língua Portuguesa no cotidiano talvez seja por imaginar que, além da LIBRAS, é preciso aprender palavras e frases do português escrito para tornar-se aproximado, parecido com o outro/ouvinte. Essa aproximação começa pelo aprendizado de palavras e frases da língua portuguesa. Essa sensação de grupo inferior, também é observada por Dorziat (2009), ao analisar falas de Surdos, percebendo que, para os sujeitos de sua pesquisa, o normal é ser ouvinte, e isso passa a ser o parâmetro, o “lado negativo de ser Surdo”.

A forma como representam a si mesmos, parece deixar a LIBRAS e a Língua Portuguesa em lugares diferenciados, quando fazem afirmações como:

[...] escrever não sabia, [...] escrever no quadro, é difícil [...] não sabia escrever [...] (Samuel)

[...] todo mundo falando e escrevendo e eu sem entender nada. [...]. Fui desenvolvendo, mas não sabia palavras”. (Salete)

Quando eu cheguei na escola, via todo mundo falando e escrevendo e eu sem entender nada”. (Sara)

Para esses Surdos/as, o espaço escolar, a partir de suas concepções, parece ser o lugar dos ouvintes, lugar este que a pessoa Surda também compartilha, mas a barreira da comunicação as impede de interagir com a maioria das pessoas: os ouvintes. É como se esses sujeitos se sentissem “intrusos” em um território que não lhes pertence. Para Skliar:

A educação especial para surdos parece não ser o marco adequado para uma discussão significativa sobre a educação de surdos. Mas, ela é o espaço habitual onde se produzem e se reproduzem táticas e estratégias de naturalização dos surdos em ouvintes, e o local onde a surdez é disfarçada (SKLIAR, 2013, p.11).

Concordo com esse autor, sobre o espaço escolar, onde esses/as Surdos/as viveram e vivem, foi e ainda é, espaço de reprodução da cultura majoritária, moldando as pessoas Surdas e reforçando as representações que elas têm de si mesmas e dos ouvintes.

A escola onde estas pessoas Surdas conheceram seus pares na cidade Cajazeiras/PB, e, conseqüentemente, através dela a comunicação por sinais, era considerada uma escola especial, conforme já mencionado. Ao fechar suas portas, os alunos foram para as redes municipal e estadual de ensino. Diferente de antigamente, no momento da pesquisa, conheciam amigos Surdos de João Pessoa/PB e de outras localidades, partilhavam experiências visuais e estabeleciam uma comunicação pela Língua de Sinais, apesar de alguns/mas ainda usarem uma mistura de gestos com Língua de Sinais, conforme indicado em suas falas.

A escola de surdos possui características diferentes das demais escolas. Esse tipo de escola necessita de uma estrutura própria, uma estrutura com métodos de ensino voltado especialmente para os alunos que a frequentam. Porém, dentre os parâmetros escolares, possui os mesmos padrões das outras escolas, que são: disciplinar, socializar, normalizar e garantir a ordem na escola.

Para Lopes (2011, p.83), “a escola de surdos possui práticas distintas da escola especial ou da escola de ouvintes”. Segundo ela:

A crença na incapacidade surda, em muitas escolas de surdos, ainda está definindo os contornos da educação e da comunidade que está submetida à escola. Marcados pelo *especial*, ainda presente na escola de surdos, os sujeitos vão sendo constituídos tomando para si narrativas que os fazem acreditar no ouvinte e depender dele. LOPES, 2011, p. 80).

Por isso, é importante os Surdos serem visibilizados, para que saibam que eles são capazes de aprender, desde que a forma de aprendizagem atenda às necessidades deles, a partir do uso da Língua de Sinais. Assim sendo, a escola não pode definir a comunidade surda, ainda marcada pelo especial, mas adaptar-se ao jeito diferente de aprender do Surdo. Por sua vez, a comunidade surda deve ser construída através de algo diferente, criando um elo com suas diferentes identidades. Dai a importância do contato desses sujeitos com outros Surdos politizados, em um processo contínuo de conscientização, pois é importante que

tenham, além da escola, outros espaços de vivência surda, aprimorando, assim, sua cidadania, independente do outro ouvinte.

Nesse sentido, vale ressaltar que os Surdos/as envolvidos na pesquisa tinham conhecimento da luta dos grupos de Surdos/as das várias localidades do Brasil. Na fala de Sinval, percebe-se nele um sujeito que se construiu ou está em processo de construção de uma Identidade Surda:

Hoje está muito bom! Diferente de antes! João Pessoa, a gente chega e percebe isso [...] quando vejo um grupo de pessoas sinalizando, usando sinais e batendo papo, fico emocionado [...] a comunicação é em LIBRAS, fico feliz. (Sinval)

Essa afirmação “*Hoje está bom! Diferente de antes*”, dá a ideia de que a LIBRAS é um importante “artefato cultural” para a construção da identidade, pois quando ela não fazia parte da vida de Sinval, a comunicação parecia inexistente. Quando vê pessoas sinalizando, sente emoção e fica feliz, concordando com o que Strobel (2013) argumenta, ao falar do artefato cultural linguístico, quando explica que a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade do Povo Surdo. Esta se constitui, segundo esta autora, uma particularidade, uma forma de comunicação que possibilita a aquisição de conhecimento universal.

Foi impactante perceber que, mesmo estando com seus pares e longe dos ouvintes, alguns/umas Surdos/as não quiseram falar, sinalizando que tinham vergonha ou que não sabiam “nada”, talvez fazendo referência à falta da LIBRAS em seu cotidiano. O sentimento de inferioridade, pelo fato de não saberem LIBRAS ou estarem numa série mais atrasada, era evidente. Mas houve também o silêncio de alguns/mas que usavam sinais. Nas palavras de Sá (2006, p.117), nenhum grupo humano:

[...] está imune a desejos de dominação e poder [...], se não houver cuidado quanto a essa questão, acaba-se reproduzindo exclusões semelhantes àquelas que estão sendo confrontadas. É possível notar que muitos surdos, privados do acesso inicial à língua de sinais por suas histórias de fracassos na educação oral, são outra vez estigmatizados quando ingressam na comunidade surda, usando a língua de sinais “como uma pessoa que ouve”.

A pouca habilidade com a Língua de Sinais pode comprometer os/as Surdos/as, impedi-los de participar do grupo e de construir sua Identidade Surda. Percebe-se que o grupo chega à escola privado do acesso inicial à Língua de Sinais, com histórias fortemente marcadas pela convivência com a língua oral e, conseqüentemente, pelo uso de gestos, mímicas e outras formas de comunicação. No entanto, a superação de processos de exclusão e menos valia leva tempo até nos usuários da língua de sinais, como mostrou a situação.

Dos nove Surdos/as envolvidos/as na pesquisa, quatro expuseram como estavam em relação à LIBRAS e qual a importância dessa língua em suas vidas a partir de suas concepções. Percebi que a importância dada ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais fez com que dois desses/as sujeitos/as não cruzassem os braços e ficassem parados no tempo. É visível a busca por uma Identidade Surda quando almejam um futuro promissor, buscando fazer cursos e conhecer outros Surdos/as que se destacaram e lutam para quebrar as barreiras da comunicação e do preconceito.

Em sua sinalização, Sinval expressa o desejo que tem de difundir a LIBRAS e ensiná-la aos ouvintes. Para ele, hoje está melhor que antes. Fica feliz ao ver pessoas se comunicando e, se for em LIBRAS, se emociona. O *status* dado à LIBRAS, por este sujeito, mostra sua identificação com a Cultura e Identidade Surda. O desejo de Sinval concorre com o de Sacks:

Os surdos, sempre e em toda parte, foram vistos como “deficientes” ou inferiores? Terão sempre sido alvo, deverão sempre ser alvo de discriminação e isolamento? É possível imaginar sua situação de outro modo? Que bom seria se houvesse um mundo onde ser surdo não importasse e no qual todos os surdos pudessem desfrutar uma total satisfação e integração! Um mundo no qual eles nem mesmo fossem vistos como “deficientes” (SACKS, 2010, p.38).

Dessa forma, se as pessoas ouvintes entendessem a condição bicultural das pessoas que se constroem Surdas, valorizariam a Língua de Sinais e enxergariam o potencial existente em suas diferenças, indo além da aparente deficiência. Dessas reflexões, poderemos pensar nos Surdos como cidadãos de direitos e tendo em sua singularidade a diferença e a identidade que lhes é peculiar e externada, principalmente por meio da língua, no caso específico do Brasil, a LIBRAS.

A partir dos esforços empreendidos, Sinval e Sônia conseguiram terminar o Ensino Médio, possivelmente seguindo um modelo de inclusão baseado apenas na presença de um profissional intérprete, como se este profissional fosse a única possibilidade de incluir a pessoa Surda. Provavelmente, por não terem um atendimento adequado e por estarem em idades avançadas, vão para a Educação de Jovens e Adultos no turno da noite e, nessa escola, terminam o Ensino Médio.

[...] entrei no Colégio Comercial [Escola do Estado], lá estudei o primeiro ano [...] eu deixei, desisti de estudar. Mudei para a Escola M.M. [Estado], voltei a estudar à noite. Consegui concluir o Ensino Médio [EJA] (Sinval).

Já terminei, conclui o Ensino Médio. Fui para João Pessoa estudar lá na FUNAD, fazer um curso de instrutor de LIBRAS. Lá aprendi muito, cresci muito. Conclui, recebi o certificado e guardei, tive sorte. [...] Fui conhecendo amigos de João Pessoa e Campina Grande. [...] (Sônia).

Sinval e Sônia parecem ter passado pelas mesmas escolas, conforme relatam. Ao concluir o Ensino Médio, aceitam o convite de ir fazer um curso de instrutor na cidade de João Pessoa/PB. O convite, para Sinval, veio por meio de amigos no *whatsapp* e, sem hesitar, o aceita. Em sua fala, diz estar tranquilo, pois está com um documento que o certifica, que diz que ele está habilitado para alcançar um de seus objetivos: divulgar a LIBRAS.

Quando revela em seu relato: *[...] recebi mensagens no whatsapp, um convite para fazer um curso para instrutor na FUNAD. [...] aceitei o convite e fui. [...] Estudei, estudei, estudei. [...] Consegui concluir e recebi o certificado de instrutor. Agora estou tranquilo*, Sinval aponta os caminhos que tomou para atingir seus objetivos, cortar o cordão umbilical entre ele e sua família, romper com os estereótipos que o tornavam incapaz de viajar sozinho e fazer um curso de instrutor.

Sônia também segue o exemplo de Sinval e começa a viajar junto com ele a João Pessoa/PB. Mas, diferente de Sinval, tinha o aval de sua mãe, conforme havia me dito em conversas individuais. Nessas viagens, conhece pessoas Surdas e faz o curso de instrutor na FUNAD, ao lado de Sinval. Ela revela o que a LIBRAS representa para ela e qual a importância do seu aprendizado, reconhecendo que os/as Surdos/as precisam estar juntos para se construírem enquanto comunidade.

Muita coisa mudou nas vidas desses sujeitos, quando passaram a ter contato frequente uns com os outros e perderam o medo de sinalizar. Nesse novo contexto,

o português escrito parece continuar tendo *status* de importância na comunicação entre eles, pois o uso frequente do celular é visível quando alguns estão ausentes. Suzana afirma ter amigos Surdos/as e ouvintes e, possivelmente, estes ouvintes não sabem a LIBRAS e se comunicam através de mensagens.

Vejo nos Estudos Culturais um forte referencial para entender as relações de poderes existentes nesse grupo, dentro e fora dele. O empoderamento a partir do uso da LIBRAS, possivelmente, levará os sujeitos Surdos a enfrentarem os desafios presentes em uma comunidade maior, como a de ouvintes. O primeiro passo para isso é dar visibilidade à comunidade Surda, de modo a mostrar o potencial cultural, para além da cultura central, mas a partir da própria “cultura periférica”, constituída pelo grupo de Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB.

4.3 Os/As Surdos/as, os/as ouvintes e a comunicação

A língua pertence a todos os membros de uma comunidade, mesmo que ela se manifeste de forma oral ou visual, como as Línguas de Sinais. Já a linguagem é a capacidade que os seres humanos têm para produzir, desenvolver e compreender a língua falada ou sinalizada e outras manifestações da cultura em que o indivíduo está inserido. (QUADROS e KARNOPP, 2004; SACKS, 2010; MOURA, 2014)

Toda comunicação se desenvolve em um processo de interação no qual se compartilham mensagens, ideias, emoções e sentimentos, podendo influenciar ou não outras pessoas. Na visão clínica e terapêutica, esta não ocorre de forma clara entre Surdos/as, uma vez que, para essa visão, essas pessoas são apenas deficientes auditivos. Para Skliar (2015, p.10), no entanto, a surdez atualmente configura-se:

[...] como um território de representações que não pode ser facilmente delimitado ou distribuído em “modelos conceituais opostos”, tais como clínicos ou sócio-antropológicos. Trata-se, melhor dizendo, de um território irregular por onde transitam discursos e práticas assimétricos quanto às relações de poder/saber que os determinam.

De acordo com o autor, não há semelhança, concordância nos discursos e práticas produzidas pelos defensores de ambas as visões sobre o Ser Surdo. Tanto

uma quanto a outra visão reproduzem os discursos de poderes e saberes e podem, no meu entendimento, correr o risco de reproduzir discursos padrões que não respeitem a identidade e a alteridade dos indivíduos.

Skliar (2013) mostra que as representações sobre as identidades vão mudando no decorrer dos tempos, principalmente dentro dos grupos sociais e nos próprios sujeitos. Diante do exposto, é preciso ver a surdez numa ótica da pluralidade, pois as Identidades Surdas não se “constroem no vazio”, precisam de locais específicos, onde juntos, os/as Surdos/as partilhem suas experiências visuais, através da Língua de Sinais.

A condição Surda faz parte de uma cultura e não da falta de um dos sentidos, numa visão de “corpo danificado”. Para os Surdos, um grupo, quando se une em torno de um objetivo comum, poderá conquistar o que almeja, como por exemplo: exercer sua própria linguagem; ser reconhecido e se auto declarar como tal; desejar que os que estão aprisionados por suas famílias e pelo estigma da surdez possam ter a oportunidade de estar em escolas onde a Língua de Sinais seja visibilizada; desejar ainda a presença do profissional intérprete em todos os locais que frequentam para facilitar a comunicação com os ouvintes. Essas são algumas de muitas aspirações dos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, de acordo com suas falas.

Em se tratando da construção da identidade dos/as Surdos/as de Cajazeiras/PB, em seus depoimentos, eles evidenciam aspectos que enfatizavam como se dá a comunicação com os ouvintes, por mensagens de *whatsapp*, e com os/as Surdos/as, pelo uso de sinais. Nesta última, dão ênfase à importância de o Surdo estar junto com o Surdo, vivenciando o sentimento de pertença a um grupo cultural específico.

Por conhecer pessoas Surdas politizadas, ser usuária da LIBRAS e conhecer de perto a realidade da maioria dos/as Surdos/as de Cajazeiras/PB, Sônia expõe de forma clara como se encontra o grupo. Quando diz, *“é difícil aqui em Cajazeiras, não é fácil a comunicação [...] Cajazeiras tá aprendendo ainda, os surdos sabem pouco [...]. Precisam aprender LIBRAS”*, Sônia faz um chamamento aos Surdos/as, pois a comunicação pela LIBRAS ainda não é uma realidade, a sociedade ainda está aprendendo, os/as Surdos/as, em sua maioria, não fazem uso de sinais e precisam

aprender com urgência. Esse sentimento de pertença à Cultura Surda encontra embasamento em Lopes (2011), ao afirmar que:

O caráter comunitário implicado no olhar surdo posiciona os sujeitos nas tramas da experiência que os fazem desenvolver sentimentos de pertencimento a um grupo surdo e de não pertencimento a outros grupos que não têm a surdez como uma condição determinante do ser surdo (LOPES, 2011, p.52).

Esse sentimento de pertencer a um grupo que se aceita enquanto cultura e identidade e desejar que ele se desenvolva, a partir do uso de uma língua genuinamente constituída, já revela uma tendência ao fortalecimento identitário. Assim, o caráter implicado no olhar Surdo de Sônia a posiciona nas tramas da experiência, fazendo-a desenvolver esse sentimento de pertencer a um grupo que precisa ser ajudado. A principal ajuda é convocar a todos e todas para partilharem desse sentimento, pela aceitação da LIBRAS, pois, sem o seu uso, possivelmente surgirão outros grupos de Surdos que não verão nessa condição uma possibilidade real de ser e existir no mundo.

Como parte do panorama comunicativo dos sujeitos da pesquisa, eles fizeram referência a: limitação na comunicação por mensagens, por não saberem o português escrito; falta de conhecimento por parte de alguns/mas Surdos/as da Língua de Sinais e o desejo de aprenderem tanto a LIBRAS como o português escrito. Isso está explicitado no relato de Samuel e Sinval:

Quando o grupo se comunica por mensagem, com palavras, é muito difícil. É confuso porque sei poucas palavras, escrever é difícil, é muito confuso. Escrever mensagem não sei nada [...] Sei só um pouco (Samuel).

É porque, para os ouvintes, que escrevem palavras e trocam mensagens pelo celular, é fácil. Para mim, é difícil, a comunicação é confusa (Sinval).

Os/as Surdos/as parecem sentir que precisam aprender, sobretudo em uma cidade do interior em que se acredita que é preciso ser alfabetizado/a na Língua Portuguesa e onde não há uma escola bilíngue para Surdos. A maioria não domina a LIBRAS, mas está tentando encontrar alternativas de convivência, usando outros recursos comunicativos.

Para Samuel, a comunicação por mensagens entre Surdos e ouvintes é difícil porque ele tem um conhecimento mínimo de palavras escritas no português. Diferente dele, Sinval parece fazer uso frequente, no cotidiano, de palavras no português via mensagens de texto, porém sente dificuldade quando diz que a comunicação é confusa. Ao afirmar que *“Aqui em Cajazeiras, no nosso meio, alguns ouvintes se encontram comigo, mas não sabem LIBRAS”*, Sinval vai ao encontro do que Góes (2012) investiga quando fala de pessoas bilíngues em geral:

[...] em muitos casos, a pessoa utiliza-se das duas línguas sem atender a um critério de eficiência em todas as esferas de interlocução. Tipicamente a pessoa não domina de modo igual as duas línguas, por utilizá-las em contextos diferentes, para atender a necessidades diferentes (GÓES, 2012, p.15).

De acordo com esta autora, a condição bilíngue não diz respeito apenas às pessoas que possuem grandes capacidades de uso das duas línguas. Mesmo de forma fragmentada, por necessidade de comunicação, os/as Surdos/as envolvidos na pesquisa fazem uso do português escrito e conseguem estabelecer, de certa forma, uma comunicação com os ouvintes. Em sua investigação, Góes (2012) tem como base alguns autores que problematizam a definição de condição bilíngue, comparando Surdos e ouvintes nesse processo. Para os/as Surdos/as, o acesso às tecnologias passa a ser uma necessidade, pois é através do uso de palavras da Língua Portuguesa que podem compartilhar do mundo ouvinte, através de mensagens de texto.

Quando o grupo se comunica por mensagens, ou seja, usando o português escrito, conforme o relato de Samuel e Sinval, a comunicação fica confusa, já que sabem poucas palavras escritas. Na concepção de Sinval, para os ouvintes é fácil porque dominam a Língua Portuguesa. Dessa forma, a troca de mensagens pelo celular, o uso do *facebook* e outras tecnologias facilitam a comunicação entre as pessoas ouvintes, porque fazem parte do universo cultural delas.

Quando diz: [...] *trocar mensagens pelo celular [...] Entre surdos é fácil! Os amigos surdos que conheço também acham difícil com os ouvintes. Whatsapp, facebook, entre surdo é bom, já com o ouvinte não é legal*; Sinval evidencia a sua preferência pela LIBRAS na comunicação e afirma que os amigos que conhece têm o mesmo sentimento que ele. Assim sendo, ele conhece e convive com Surdos/as

politizados/as que se comunicam pela Língua de Sinais, e as redes sociais parecem ser o principal meio de comunicação. Estas redes trazem ferramentas que permitem uma comunicação visual, e, mesmo distantes fisicamente, podem se ver, possibilitando uma comunicação visual. Por isso, preferem o contato virtual com outros/as Surdos/as.

Mesmo sabendo palavras e frases de forma fragmentada e Sinval conseguindo estabelecer uma comunicação com os ouvintes, é preciso considerar o que diz Botelho (2013, p.23-24), quando afirma que: “em relação aos surdos, a necessidade de contato com os ouvintes (xenogrupo) não é evidente, uma vez que parece ser mais confortável estar entre os que compartilham e são fluentes na mesma língua, a Língua de Sinais”.

Quando aceitam a Língua de Sinais como a melhor forma de comunicação, pela clareza e precisão, as pessoas Surdas se sentem mais confortáveis e seguras nas suas trocas, sobretudo quando elas são compartilhadas com outras pessoas Surdas/as fluentes em língua de sinais e nas experiências visuais. Ao contrário, a sensação de desconforto diante da escrita do português, como uma representação da língua oral, é notória.

Ao afirmar que *“pelo celular, consigo entender o que dizem, mas com palavras trocando mensagens [...] João Pessoa, lá tem muitos ouvintes [...]. Quero que a LIBRAS se desenvolva, que as pessoas surdas aprendam LIBRAS e palavras [...]”*, Sinval revela que o seu ciclo de amizade não se restringe somente às pessoas Surdas, mas também inclui as ouvintes, e, assim como ele, os/as outros/as Surdos/as precisam aprender tanto a LIBRAS como a escrita da Língua Portuguesa. Porém, é através da Língua de Sinais, com base em sua concepção, que o indivíduo começa a se sentir pertencente a um grupo. Honora (2014, p.84) percebe que:

Quanto mais a pessoa com surdez tiver uma Identidade Surda, mais próxima estará da Cultura Surda. E este é um dos motivos para explicar a predileção dos Surdos por se relacionarem com outras pessoas Surdas, fortalecendo, assim, sua identidade e, em consequência, sua cultura.

Para as pessoas Surdas, enfrentar a vida do lado de fora da comunidade, conviver com o preconceito, com a falta de oportunidade e de reconhecimento têm sido uma grande batalha. Entretanto, esses enfrentamentos cotidianos serviram para

que continuassem lutando em busca dos seus direitos. Pouco a pouco, os Surdos estão conquistando espaços cada vez mais significativos na sociedade e mudando a opinião de muitas pessoas que achavam que eles eram seres incapazes de pensar, de agir e de viver em um mundo sonoro, constituído de uma maioria ouvinte.

Como é o caso de Santiago. Ele nasceu Surdo e, quando começou a usar sinais, tinha 13 anos de idade. Aos 15 anos, ingressou na escola e, aos 39 anos, está cursando o 9º ano em uma escola da Rede Estadual de Ensino no Município de Cajazeiras/PB. Mora no distrito de Felizardo Vieira, cidade de Ipaumirim/CE e estuda em Cajazeiras/PB, no turno da noite. Possui o benefício do INNS e mora com o pai. Santiago havia me dito, em conversa particular, que já morou em grandes centros, a exemplo de Fortaleza/CE, Brasília/DF e São Luiz/MA, além de já ter viajado e feito amizades com pessoas Surdas em outras localidades, a partir do uso do *facebook*. *“Vim para Cajazeiras e procurei encontrar surdos que usam LIBRAS [...] conheci amigos que falam minha língua, fiquei emocionado”*.

Disse que ficou emocionado ao chegar em Cajazeiras/PB, pois ali encontrou algumas pessoas que falam sua língua, a exemplo de Sinval, que o acolheu. A emoção revela em Santiago um Surdo politizado, com conhecimento sobre a LIBRAS e, conseqüentemente, com uma identidade Surda constituída. Percebi que a presença desse sujeito seria importante para o grupo, pela experiência que trazia do ser Surdo, haja vista que o contato de Surdos não usuários de LIBRAS com Surdos usuários é fundamental para o aprendizado da língua, mesmo em idade avançada.

Quando revela que *“os Surdos que conheço usam muito gesto e desejo muito que conheçam a lei, aprendam Libras para que a comunicação fique clara [...]”*, Santiago nos leva a pensar na identidade e diferença como entidades inseparáveis, pois, concordando com Moreira (2011):

[...] é apenas por meio da relação com o outro que nossa identidade se produz. Ao compartilhá-la com outros, estabelecemos também o que nos é próprio, o que nos distingue dos demais. A marca da diferença, portanto, está presente no processo de construção identitária: a identidade elabora-se em oposição ao que não se é, constrói-se por meio da diferença, não fora dela (MOREIRA, 2011, p.128).

Os discursos do poder hegemônico sempre representaram, e ainda representam, as diferenças como o “não ser”, que se opõe ao “ser”. Recebendo, culturalmente, influência dos padrões e modelos existentes, as identidades, muitas vezes, se constroem num movimento de aproximação e oposição a tais modelos. Quando a marca da diferença se distingue, ela (a diferença) termina sobressaindo e levando essa característica da diferença a um processo de aproximação e compartilhamento com outros que a apresentam. Assim sendo, as identidades se constroem também por meio da diferença e não fora dela. Santiago parece vivenciar, entender e conhecer os direitos de ser Surdo, quando deseja que todos os/as Surdos/as conheçam a lei e aprendam a LIBRAS, pois é através dela que chegarão ao conhecimento.

A necessidade da LIBRAS, o desejo que todos aprendam e a preferência pela comunicação com seus pares marcam a construção das identidades presentes nas falas de Santiago, Sônia e Salete. Assim, ficam evidenciadas que as identidades não são as mesmas, os/as Surdos/as não são todos iguais. Na relação com os ouvintes, Sônia parece manter a centralidade da comunicação pela LIBRAS. Conforme veremos nos depoimentos a seguir, conviver e comunicar-se com os ouvintes parece não condizer com o modo de comunicação ideal para estes/as Surdos/as:

Vejo Surdos na rua [...] já são velhos e se comunicam por gestos [...] não me sinto bem [...] Quando o Surdo não entende nada, não tem comunicação, enfrenta o preconceito (Santiago).

Quando o ouvinte é intérprete, ele sabe LIBRAS. Quando o ouvinte não sabe, não entende, é difícil. Ouvinte é só gesto, gesto, não sabe LIBRAS [...]. Os surdos combinam, são iguais. Eu gosto e acho normal. [...] eles são iguais a mim [...]. (Sônia)

O grupo de ouvintes não sabe, é confuso, a gente não entende. Eu não sei palavras, eles sabem gesto e é muito difícil. O ouvinte na escola escreve em um papel e me mostra. Eu vejo e não sei nada (Salete).

Assim sendo, as falas dos sujeitos mostram a preferência por seus pares, revelando um processo de construção de identidades, quando expressam que desejam que a Língua de Sinais “se desenvolva, que as pessoas surdas aprendam LIBRAS”. Quando a troca de mensagens ocorre entre Surdos/as, para Sinval é normal, porque, possivelmente, os que não sabem escrever palavras e frases usam

uma ferramenta denominada *Imo*, aplicativo baixado da internet no celular. Este aplicativo, porém, não se resume apenas a uma mensagem de texto. Ele permite que pessoas conversem através de chamadas de vídeo pelo *whatsapp*. Por isso, os/as Surdos/as podem conversar livremente em LIBRAS com seus pares por meio da sinalização. Isso fica evidenciado na fala de Sônia: *“A gente precisa se comunicar por mensagem com os ouvintes, não há troca de experiência, [...]. Surdos por mensagem combinam, é igual [...]”*, se referindo ao uso da ferramenta.

Santiago mora em uma cidade do Estado de Ceará, próxima a Cajazeiras/PB. Veio estudar em Cajazeiras/PB, por saber da existência de pessoas Surdas em uma escola estadual da cidade. Procurou saber se os Surdos/as usavam LIBRAS e se emocionou quando encontrou um Surdo que se comunicava, por sinais. No entanto, quando a comunicação é apenas gestual, ele não se sente bem, revelando o desejo que tem de as pessoas Surdas lutarem por seus direitos linguísticos e culturais. Esse desejo de empoderamento é revelado quando afirma: *“[...] desejo muito que conheçam a lei, aprendam Libras [...]”*.

Para Sônia, a comunicação com as pessoas ouvintes acontece de forma eficaz se a pessoa souber a LIBRAS e for intérprete. Mas, quando a pessoa ouvinte não usa sinais, apenas gestos espontâneos, a comunicação não acontece de forma clara. Para ela, o contato com os/as Surdos/as é melhor, porque eles se entendem, são iguais a ela, partilham suas experiências de mundo visualmente e a comunicação acontece normalmente, de forma natural. Ao dizer que *“gostaria que surdo estivesse junto com surdo [...] LIBRAS misturado com gesto é uma confusão que a gente não entende nada”*, Sônia acredita que sem a LIBRAS é impossível o/a Surdo/a se desenvolver. Esse desenvolvimento só será possível se os indivíduos se unirem e se constituírem enquanto cultura e identidade por meio do contato Surdo/Surdo. É o que diz Gesser (2012):

Geralmente se concorda em que a construção e a manutenção de uma identidade cultural é produto da interação dos indivíduos, que, ao compartilharem informações cotidianas, éticas, morais, estéticas, sociais, intelectuais, artísticas, geram significados culturais (GESSER, 2012, p.96).

Salete também concorda que a comunicação com os ouvintes é difícil, porque ela não sabe português e os ouvintes não sabem sinais. Dá o seguinte exemplo de

como acontece na escola: O ouvinte escreve no papel, tentando estabelecer a comunicação entre eles, mas ela não entende porque não sabe o português escrito; tentam ensinar palavras, mas é muito difícil para ela, não corresponde a sua forma visual de apreensão; ela também tenta ensinar sinais, mas os ouvintes não aprendem, são devagar, na concepção dela. *“Digo que vou ensinar alguns sinais, até querem, mas é muito devagar com as mãos. Me ensinam palavras, mas é difícil. Não sei nada de palavras”*. Sua fala revela que, na escola onde estava ou está inserida, não havia ou não há um atendimento adequado e, certamente, a metodologia de ensino era ou é totalmente voltada para o público ouvinte.

4.4 A comunicação com a família

Ao nascer, a criança Surda traz expectativas e ansiedades para seus familiares, sobretudo para os pais e, quando nascem em famílias ouvintes, trazem um forte impacto emocional, sendo visíveis os sentimentos de negação, raiva, culpa, desespero e desamparo. A principal preocupação das famílias é de como será a comunicação, uma vez que a língua oral não será suficiente para tal fim. Isso pode prejudicar os vínculos afetivos entre Surdos e seus familiares e, conseqüentemente, o desenvolvimento psíquico e social do indivíduo Surdo.

A maioria dos Surdos, conforme mencionado antes, nascem em famílias ouvintes e aprendem a se comunicar de forma fragmentada, usando gestos espontâneos advindos de suas experiências visuais. Com as pessoas Surdas da cidade de Cajazeira/PB não é diferente, conforme os relatos de Sinval, Sônia, Suzana e Salete:

Quando a família não sabe LIBRAS é problema [...] Preciso escrever. Eu tento ensinar, mas não entendem, o que aprendem não praticam [...]. Quando vou passear, minha tia fala e não entendo [...] Até para dizer que vou até a casa da Sara é difícil (Sinval).

Dentro de minha família é só gesto, gesto. Eu não entendo nada [...] é muito difícil [...]. Quando estou com a família [...] Com minha mãe [...]. Fala, fala, fala e muitas coisas eu não entendo. Minha tia, meus familiares sabem pouco, só usam gestos (Sônia).

Quando a família sabe pouco LIBRAS, é difícil (Suzana).

Na minha família, a minha mãe não sabe LIBRAS. Fala, fala, fala, não sabe LIBRAS. A minha tia também não sabe, são três pessoas em minha família e não sabem. É difícil, precisam aprender. Todos são ouvintes e só eu surda (Salete).

Como é possível ver em suas falas, estes sujeitos não conseguem estabelecer uma comunicação eficaz no seio de suas famílias, devido à falta da LIBRAS e por estas usarem só gestos. Isso significa dizer que, longe de seu convívio, se sentem mais à vontade com seus pares. A restrição de experiências tolhe os Surdos da oportunidade de desenvolvimento social, fazendo com que eles se limitem nas suas capacidades humanas e no acesso aos conhecimentos.

O que acontece no seio familiar de qualquer pessoa, seja ela Surda ou não, é de suma importância para seu desenvolvimento e sua aprendizagem. As relações que existem na família, o clima social e emocional, o acompanhamento do progresso, são fatores de grande influência em sua evolução. No caso das pessoas Surdas, sujeitos da pesquisa, há um aspecto comum no meio familiar: a forma de comunicação que se usa em casa.

As famílias ouvintes que têm filhos Surdos, em um primeiro momento, têm dificuldade em aceitar a surdez do filho, usando a oralização acompanhada de gestos espontâneos, insistindo para que os filhos aprendam a falar, na tentativa de normalizar o seu *corpo danificado*⁶. Perlin (2013, p.53), ao considerar o campo dos Estudos Culturais em sua investigação, afirma: “ao focalizar a representação da identidade surda em Estudos Culturais, tenho de me afastar do conceito de corpo danificado para chegar a uma representação da alteridade cultural que simplesmente vai indicar a identidade surda”.

Diante dessa situação, os olhares se voltam para as representações sobre os Surdos e a surdez, cultivando a ideia de “corpo danificado”, já pensando em como buscar ajuda para normalizar o/a filho/a. De acordo com Goldfeld (2002), a criança Surda, sem sua língua natural, a Língua de Sinais, terá comprometimentos em seu desenvolvimento. A situação se agrava mais ainda quando não interage em LIBRAS, seja com a sua família, seja na escola.

⁶ Necessidade de normalização, de trabalhar a pessoa Surda no intuito de torná-la outro ouvinte, dentro do padrão de normalidade imposto pela cultura hegemônica.

A comunicação com a família parece ser um dado importante, no sentido de destacar as origens das identidades dos sujeitos, inclusive linguísticas. Por exemplo, Suzana é uma Surda que tem uma história diferente dos demais, pois é a única do grupo que faz parte de uma família que têm outras pessoas Surdas, mas que usam a LIBRAS de forma fragmentada. Nesse sentido, a LIBRAS parece ser uma variável decisiva e é por ela que os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB parecem se constituir. Mas, por que as famílias não buscam a comunicação por sinais? Possivelmente porque a Surdez é tratada no senso comum como uma deficiência, como um elemento de inferioridade.

Na origem, os Surdos não encontram nessas famílias o apoio identitário, permitindo que o lugar de ser Surdo continue periférico. Quando vão à escola, a situação permanece a mesma, pela falta de uma educação bilíngue. Com tudo isso, o que se vai gerar? Certamente, adultos que não se comunicam e têm dificuldade de se constituir enquanto comunidade, pois não têm suporte suficiente para isso.

Parece que os sujeitos, conforme os relatos anteriores, sentem a falta da LIBRAS na família, para a construção de suas identidades Surdas. Percebi, nas falas dos sujeitos, que tanto eles quanto seus familiares se sentem impotentes diante das barreiras da comunicação, tornando-se estranhos dentro de suas próprias casas. É notável o fato de os pais não saberem se comunicar com seus filhos, desconhecem a LIBRAS, levando-os à construção de uma comunicação restrita e fragmentada, somente com o uso de gestos, conforme mostra o relato de Severino:

Gosto de minha família. Às vezes, chamo para ir ao médico, por exemplo, e ninguém quer ou não podem. É problema, minha mãe é problema, não quer, e fico muito triste com a situação.

O sentimento de Severino é de alguém que, além do sofrimento de não poder comunicar-se com o mundo, sofre mais ainda por não ter a família a seu favor para intermediar a comunicação. Apesar de amar a família, tem-na como um problema, justamente pela falta de comunicação, e então, silencia diante da situação, que lhe causa dor e sofrimento. Em sua fala: “Então, fico calado e preciso ter paciência. Sofro muito”, revela o quanto os/as Surdos/as sofrem por não usarem LIBRAS em seu cotidiano, tanto familiar como social, como consequência das representações sobre os Surdos e a surdez existentes na família, escola e sociedade.

Podemos acrescentar ainda o *status* dado à Língua de Sinais por parte dos familiares, vista apenas como uma espécie de linguagem criada por Surdos e ouvintes para facilitar a comunicação. De acordo com Dorziat (2009):

Enquanto não for entendida apropriadamente a noção de que os Surdos não possuem problema de comunicação, mas os problemas são consequência da ausência de contextos ricos em experiências visuais, mediatizadas pela LS, assim como acontece com os sujeitos que podem participar do mundo ouvinte, estaremos ratificando a antiga visão de deficiente, mesmo afirmando que eles são normais (DORZIAT, 2009, p.84).

O lugar propício para essas discussões é, sem dúvida, a escola e a família. Como vimos antes, os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB chegaram à escola especial usando gestos, pois, em suas famílias, essa era a forma de comunicação. Hoje, os que usam LIBRAS, começaram seu aprendizado quando já estavam na escola. Dorziat (2009) lembra que mesmo que se afirme e se aceite os Surdos e a surdez numa perspectiva sócio-antropológica, sem entender que estas pessoas não têm problemas para se comunicar, estaremos ratificando a ideia clínica e terapêutica que estigmatizou por um longo período histórico os indivíduos Surdos.

Sinval ilustra essa dificuldade, colocando que não há comunicação por sinais em casa e, até para ir à casa de um amigo/a Surdo/a, não tem como dizer para a família, porque ela não entende. Em sua fala revela: *“na família [...] é difícil porque eles falam [...] Eu não gosto, me sinto mal. Acho melhor fora de casa com amigos surdos, bater papo e se comunicar em LIBRAS”*.

As falas mostram o quanto foram limitadas as oportunidades de comunicação dos/as Surdos/as no seio familiar. Essas características, comuns em todas as falas, revelam a carência comunicacional existente na família, pelo fato de ela não saber LIBRAS e, o pior, por não compreenderem o quanto isso poderia mudar toda a história de vida de seus filhos.

A barreira da comunicação, principalmente na família, tem dificultado a vida das pessoas Surdas. Suzana, mesmo sendo filha de mãe Surda, tem a Língua de Sinais fragilizada, pois sua mãe sabe pouco sinais, comunicando-se mais por gestos, enquanto seu pai é ouvinte e não estabelece o mínimo de comunicação por sinais, como acontece com sua mãe.

Na minha família, a minha mãe sabe um pouco LIBRAS. Ela também é surda. Já o meu pai não sabe, é só gesto, ele é ouvinte. A comunicação é muito pouca [...]. Quando a família sabe pouco LIBRAS, é difícil (Suzana).

Na concepção dos sujeitos, é importante que os familiares aprendam a Libras, porque é uma forma de conhecerem e se interessarem pela vida dos Surdos, transmitir-lhes conceitos e conhecimentos de forma eficaz. Muitos estudiosos acreditam que o ouvinte só aceita a pessoa Surda de fato, quando a Língua de Sinais também é aceita. Strobel (2013, p.61) afirma que, “na maioria dos casos, com famílias ouvintes, o problema encontrado para esses sujeitos surdos é a carência de diálogo, de entendimento e a falta de noção do que é a cultura surda”.

Salette chega a dar preferência à comunicação com os amigos do que com a própria família, pois, em sua concepção, *“Junto com os amigos Surdos é melhor, junto dos amigos surdos tem Libras”*. Quando se refere a sua mãe, afirma que ela *“ainda sabe só um pouquinho. Antes não sabia era nada”*. Já Sinval relata que tenta ensinar, mas, como não praticam, o que aprendem, esquecem com facilidade. *“Eu tento ensinar, mas não entendem, o que aprendem não praticam”*.

Assim, com base nessa realidade, esses sujeitos chegam às escolas sem comunicação, porque não foram expostos a nenhuma língua. Além do mais, por nascerem em famílias ouvintes, sofrem o estigma da surdez enquanto deficiência, incapacidade e invalidez. De acordo com Pereira (2012):

Diferente das crianças surdas, filhas de pais surdos, que adquirem a língua de sinais no convívio familiar, as filhas de pais ouvintes comumente chegam à idade escolar sem o conhecimento de uma língua. A língua majoritária na modalidade oral, comumente usada em famílias ouvintes, lhes é inacessível. No entanto, mesmo não partilhando a mesma língua que os pais, essas crianças desenvolvem linguagem gestual (PEREIRA, 2012, p.81).

Diferente de uma família ouvinte, quando uma família de Surdos descobre que seu filho será Surdo sente alegria, pois já existe todo um entendimento do que é “ser Surdo” (STROBEL, 2013). Os filhos Surdos de pais Surdos podem usufruir desde o princípio de uma comunicação fluente com seus familiares e crescer com senso de confiança e de identidade pessoal e cultural. Apesar de se saber que o ser Surdo/a não significa ter nascido em algum lugar determinado ou integrar uma

família específica, o aspecto relativo ao compartilhamento linguístico faz diferença para o seu desenvolvimento. Essa visão está relacionada ao entendimento de que as pessoas Surdas são possuidoras de uma língua de modalidade gestual-visual, cuja expressão e recepção se diferencia de todas as demais, ou seja, as de modalidade oral-auditiva.

Como já referenciado, os/as Surdos/as são pessoas que têm se firmado como parte de um grupo culturalmente engajado e que tem uma Língua própria. O desenvolvimento de suas capacidades cognitivas está estritamente relacionado à aceitação e desenvolvimento da Língua de Sinais, conforme apontam os teóricos: Dorziat (2009), Quadros (1997), Sá (2006), Sacks (2010), Skliar (2013), Strobel (2013), dentre outros. Por isso, é importante e urgente implementar espaços de discussão da Cultura Surda, como foi feito no Setembro Azul/2015, momento em que os Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB se sentiram motivados pelas discussões e expressaram, de forma natural, alguns por sinais outros por gestos, o seu ser Surdo/a.

O encontro despertou nas pessoas Surdas participantes a necessidade de empoderamento, por meio da LIBRAS e das discussões sobre temas e dificuldades comuns no dia a dia da família, da escola e da sociedade. Este espaço, por tanto tempo encoberto pelas representações ouvintes, ganha novas significações na percepção dos sujeitos envolvidos, quando reconhecem a importância da comunicação pela Língua de Sinais. A fala dos Surdos palestrantes foi uma motivação importante para a construção da Identidade Surda local.

A partir da matriz teórica dos Estudos Culturais, foi possível entender as inquietações dos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, em seus processos de construção de identidades. Nessa perspectiva, o significado de cultura possibilita uma nova concepção da condição Surda.

4.5 A inclusão na percepção dos/as Surdos/as

Inspirada na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e na Declaração de Salamanca, a Educação Inclusiva no Brasil defende o acesso de todos à escola, mediante a criação de mecanismos e práticas educativas que respeitem as necessidades educacionais especiais dos indivíduos diferentes. Com

base nesse discurso, é no espaço da escola regular que o conhecimento deve acontecer, e que este deve ser oferecido a todas as pessoas, sem distinção: brancos, negros, indígenas, Surdos, pessoas com necessidades educacionais especiais, homossexuais, enfim todos os excluídos da sociedade.

A Declaração de Salamanca (Salamanca/ES - 1994) é um documento das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em Educação Especial. A referida declaração assegura que a escola deve ser para todos, não importa a diferença. Assim sendo, de acordo com esse modelo discursivo, não é o educando que tem que se adaptar à escola, mas a escola é que deve adaptar-se às suas necessidades. De acordo com os estudos de Lacerda e Lodi:

[...] trabalhos [que] tiveram como base os estudos sobre línguas de sinais [...] defendem que estas línguas devem ser incorporadas às práticas educacionais, determinando o surgimento de propostas preocupadas com o desenvolvimento integral da pessoa surda, atenta às suas particularidades linguísticas e, portanto, ao acesso à cultura do grupo na qual está inserida (LODI; LACERDA, 2010, p.12).

Não é isso que vem ocorrendo no contexto educacional brasileiro, sob os auspícios da Educação Especial. As políticas de representações dominantes tentam a todo custo normalizar os que não são “normais”, fazendo pressões sobre a linguagem, as identidades e, principalmente, sobre o corpo dos indivíduos. Essas práticas podem ser traduzidas como práticas colonialistas que acontecem em meio às relações de poderes e saberes dominantes, que reduzem as diferenças ao “não-ser”, colocando-o em oposição ao “ser”. Assim sendo, a LIBRAS não é incorporada às práticas educacionais, que não estão preocupadas com o desenvolvimento integral da pessoa Surda.

Por um longo período histórico, a pessoa Surda era representada como inferior, incapaz de realizar atividades, casar-se e herdar bens. O estigma da surdez como “corpo danificado” reduzia esses indivíduos a não-humanos, chegando até a considerá-los como seres sem uma alma imortal, como foi o caso das representações dos Surdos na idade média. Eram representados, dessa forma, no período medieval, por serem incapazes de proferir os sacramentos, e, portanto, não podiam confessar-se e receber os outros sacramentos.

Hoje, o modelo de inclusão imposto parece reproduzir, com outra roupagem, o modelo de normalização da pessoa Surda, dando a LIBRAS o status de

subordinação à língua oral-auditiva. Isso é visibilizado nas falas dos sujeitos da pesquisa, por meio de seu desejo de estar com seus pares e a opção por uma escola constituída só por pessoas Surdas. Samuel, por exemplo, relata a angústia por estar inserido em um contexto exclusivamente oral, quando afirma: *“Eu perguntava o que estava escrito no quadro, tentavam me explicar, mas eu não entendia, os ouvintes não sabiam sinais”*. Daí a necessidade urgente do uso dos sinais em seu contexto educacional.

Para Suzana, a escola onde estudava era inclusiva, porque havia Surdos e ouvintes estudando juntos com a presença de um intérprete. Em seu relato, conta que se sentia triste dentro da sala de aula, pois olhavam para ela como se fosse inferior aos ouvintes que ali estavam. Na sala de aula, só via, mas não ouvia a fala do professor escrevendo no quadro palavras e frases, mas sem nenhum significado para ela, a única surda da sala. Sua rotina escolar era resumida a isso. Quando terminava a aula, colocava a mochila nas costas e, no outro dia, era o mesmo ritual.

Na percepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa, o conceito de inclusão começa a ser definido a partir do espaço escolar, pois é nele, segundo os sujeitos, que a inclusão deve acontecer, conforme exposto nos relatos que seguem:

O meu desejo é que nas escolas tenha inclusão de verdade, para a gente desenvolver a inteligência. Antes, quando eu fazia o Nono Ano, só tinha ouvinte e eu não sabia nada, me sentia mal. Os ouvintes falavam, falavam, e eu ficava parado, olhando sem entender nada (Samuel).

LIBRAS é bom, quero aprender! É importante. [...] Ouvinte, inclusão não tem, intérprete não tem. Nós ficamos feito bobos, vendo pessoas só mexendo a boca, é muito difícil estudar (Severino).

[...] para mim, é difícil e confuso ouvintes e surdos juntos em uma sala de aula. Grupo de ouvintes misturado com grupo de surdos é muito confuso [...] aprende muito pouco (Sônia).

Ser incluído de verdade, na percepção de Samuel, é estar em um ambiente onde a oralidade não atrapalhe o desenvolvimento intelectual dos/as alunos/as Surdos/as. Sua experiência até o Nono Ano em uma escola, onde todos usavam a língua oral, parece ter sido traumática e decisiva para sua preferência pelo uso de sinais no espaço escolar. Isso se deve ao fato de que foi na escola especial que teve

o primeiro contato com outros/as Surdos/as, e começou a usar uma comunicação sinalizada.

De acordo com seu relato, embora tivesse atingido o Nono Ano, não aprendeu quase nada, possivelmente porque a escola onde estava inserido oferecia um currículo voltado para o público ouvinte. Ficava silenciado, pois a comunicação e o ensino eram totalmente orais, sem considerar as formas de apreensão e compreensão das pessoas Surdas. A investigação de Quadros traduz bem o sentimento de Samuel:

Os surdos estão se afirmando como grupo social com base nas relações de diferença. Como diferentes daqueles que se consideram iguais, ou seja, os ouvintes, os surdos buscam estratégias de resistência e de autoafirmação. São eles que sabem sobre a língua de sinais, são eles que sabem ensinar os surdos, são eles que são visuoespaciais (QUADROS, 2012, p.32).

Estar junto de seus pares e partilhar experiências pela língua de sinais no ambiente escolar é, sem dúvida, o melhor caminho para o desenvolvimento cognitivo das pessoas Surdas. Consentâneo ao que afirma Quadros, o grupo de Surdos/as de Cajazeiras/PB está se firmando em suas identidades, se considerando diferentes dos ouvintes, buscando sua autoafirmação. Apropriam-se da LIBRAS, como um instrumento de poder e força nas relações entre os pares Surdos.

Hoje, já é possível afirmar que o modelo de inclusão imposto aos/as Surdos/as não contempla seu modo visual de aprender, tendo em vista que é construído com base na língua oral-auditiva e na cultura ouvinte. Assim sendo, é emergente um modelo de educação que trabalhe com os/as alunos/as Surdos/as, a partir de uma visão bilíngue de educação, que respeite o indivíduo em sua alteridade e diferença, reconhecendo a LIBRAS como primeira língua.

De acordo com pesquisas existentes na área de educação de Surdos (DORZIAT, 2009; LOPES, 2011; SKLIAR, 2013), não é o que vem ocorrendo nas escolas que adotam o modelo inclusivo. Por este motivo, o/a aluno/a Surdo/a, muitas vezes, silencia, finge que aprende ou se evade da escola, por esta não lhe oferecer uma educação que respeite sua identidade e diferença. Nos relatos de Severino e Samuel, estar em uma sala de ouvintes, para eles, não foi o ideal, pois a comunicação acontecia somente de forma oral, levando-os a desistirem de estudar.

Diante de tudo isso, Severino mostra sua preferência por salas de aula constituídas só de pessoas Surdas, pois a inclusão do Surdo acontece de forma eficaz somente com Surdos.

Junto com ouvinte, não é bom, não gosto. Ficam só mexendo a boca, eu sozinho olhando de um lado para outro, fico com vergonha. Abandonei, deixei de estudar por isso. Bom seria só com surdos [...] Eu penso o seguinte: inclusão é diferente de escola que tem ouvinte (Severino).

Eu ficava desesperado, precisava de um intérprete, LIBRAS sabia pouco, mas eu queria um intérprete. Ninguém me ajudava. Como pode, já no Nono Ano, não sabia nada? Os anos passaram e eu abandonei a escola, parei no Nono Ano (Samuel).

[...] se não tem intérprete é difícil. Os professores chegam, ficam mexendo a boca [...] quando a intérprete falta, quando tem prova fica difícil. Com o intérprete é melhor [...] Quando não tem intérprete, não tem inclusão (Sônia).

Mesmo afirmando saber pouco a LIBRAS, Samuel desejava a presença do intérprete, pois não havia ninguém que pudesse ajudá-lo em sala de aula. Se pergunta sobre como é possível estar no nono ano sentindo que não sabe nada, que nada aprendeu. Esse sentimento também pode ser percebido em sua expressão facial (percebi isso ao rever o vídeo de sua fala sinalizada): os lábios tremiam, os olhos lacrimejavam e as mãos também tremiam quando falou que abandonou a escola.

Embora a LIBRAS seja ressaltada, a inclusão do/a aluno/a Surdo/a na escola vai mais além do que apenas garantir a entrada da LIBRAS e a presença de um profissional intérprete em sala de aula, pois o/a sujeito Surdo/a não se resume à língua. É preciso repensar o currículo, é preciso repensar a educação com base em uma pedagogia Surda. Nesse sentido, Lima (2015, p.101) atesta que “a entrada da Língua de Sinais na escola não caracteriza tornar esse espaço tempo inclusivo, [...] por se tratar de um contato prévio com a língua sem os sujeitos que a praticam”.

Deve-se levar em consideração a prática da LIBRAS, a interação dentro e fora do contexto educacional. Por isso, em 2011, as Comunidades Surdas se organizaram e foram às ruas pedir respeito à Cultura Surda e maior espaço para a educação bilíngue, na tentativa de transformar as Escolas Especiais em Escolas Bilíngues. Só assim, no âmbito do movimento Surdo, a cultura e as identidades

Surdas seriam visibilizadas e as pessoas Surdas teriam seus direitos linguísticos e culturais respeitados.

A falta de um ambiente propício para a construção da identidade, a aquisição da língua de sinais e, conseqüentemente, do conhecimento universal, fizeram com que os/as Surdos/as de Cajazeiras tivessem uma educação fragmentada. Na percepção de Sinval, a inclusão é confusa porque falta a LIBRAS, possivelmente se referindo ao profissional intérprete. Para ele, seria melhor que a sala fosse formada só de pessoas Surdas. *E conclui: “Ai sim será bom porque ele vai comunicar em LIBRAS”*. Quando opina sobre a inclusão dizendo que *“Hoje a inclusão é confusa, ruim porque em sala de aula é só oralidade e o surdo fica ali parado, silencioso só olhando, isso é muito ruim. É melhor uma sala só com surdo”*, Sinval revela o que Skliar afirma ao falar do processo transitório da identidade:

A transição da identidade ocorre no encontro com o semelhante, em que se organizam novos ambientes discursivos. É o encontro surdo/surdo [...]. Os contatos que os surdos estabelecem entre si proporcionam uma troca de diferentes representações da identidade surda (SKLIAR, 2013, p.11-12).

Para os/as Surdos/as envolvidos/as na pesquisa, o conceito de inclusão é definido no espaço escolar, pois é, nesse ambiente, segundo estes/as Surdos/as, que conseguirão desenvolver as suas capacidades cognitivas. Mas é necessário ainda o encontro com seus semelhantes, para que aquele ambiente oral-auditivo possa vir a ser também viso-espacial, proporcionando ao aluno Surdo um espaço discursivo, onde a LIBRAS possa ser utilizada. No entanto, é preciso ter uma consciência “oposicional” ao modelo inclusivo, senão o sujeito Surdo agirá sempre de forma passiva, pensando que a disponibilidade de um intérprete é a solução, vivendo em um único lugar possível, desenvolvendo mecanismos de sobrevivência (SKLIAR, 2013).

O conceito de inclusão, na percepção dos sujeitos, está relacionado ao intérprete em sala de aula ou a uma sala constituída só de pessoas Surdas, conforme constatado. Quando não há a presença desse profissional, ou quando há e ele precisa faltar, o rendimento na aula parece ficar comprometido. Reclamam ainda da escassez de profissionais, que precisam atender a várias escolas, praticamente ao mesmo tempo, necessitando dividir horários entre elas:

Aqui em Cajazeiras só temos um intérprete dentro da sala de aula, que precisa sair de uma escola para outra para atender aos surdos. [...]. Desejo que os surdos tenham uma inclusão melhor que antes, com intérprete em sala de aula, para não ficar igual ao passado [...]. Mas só oralidade [...] fica confuso (Sinval).

Santiago, um dos mais experientes do grupo, relata o sofrimento da inclusão e mostra que, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, a realidade não era tão distante da realidade dos/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB. Relata que, quando estudava, a inclusão era um sofrimento. Apesar de os Surdos viverem de mãos atadas, foi lá que aprendeu a LIBRAS, certamente pelo contato com outros Surdos que lá estudavam.

A expressão utilizada por ele *“me ensinaram a LIBRAS”* pode estar relacionada com o contato direto com seus pares, dentro ou fora do espaço escolar. Na voz de Santiago está a confirmação de nossos argumentos: *“A inclusão é sofrimento para o Surdo. Lá em Fortaleza, eu ficava olhando e percebendo as coisas. Os Surdos viviam de mãos atadas, mas me ensinaram a LIBRAS”*.

A fala de Santiago revela seus sentimentos em estar inserido em um universo em que precisa adaptar-se, em que se vê obrigado a adaptar-se à cultura ouvinte, mesmo que de forma fragmentada. As experiências orais e auditivas o impedia de conhecer o mundo de forma eficaz, privando-o de usar a sua língua e manifestar a sua cultura.

Quando diz: *“Não podemos parar de estudar, precisamos estudar senão o sofrimento é grande”*, Santiago lembra o que diz Campos (2014, p.49-50) sobre a inclusão. Ela afirma que a inclusão precisa apresentar uma visão completamente cultural e que “[...] a inclusão bilíngue intercultural proporciona aos surdos um espaço próprio de estudo dentro da escola de ouvintes, tendo ali professores bilíngues, alguns elementos da cultura surda”.

Segundo os relatos de Santiago, sua experiência mostrou que o ambiente escolar no qual esteve inserido não proporcionava esses momentos de vivência da Cultura Surda, levando-o a adaptar-se a um currículo ouvinte, talvez porque não proporcionasse as condições mencionadas pela autora, ou seja, professores bilíngues fluentes em LIBRAS e o respeito à diferença Surda com o uso da Língua de Sinais, como língua que possui particularidades linguísticas, e não como língua inferior e subordinada à língua oral.

A preferência por seus pares e pelo uso da LIBRAS no contexto educacional também é reportada por Severino, Sinval e Sônia, da seguinte forma:

É importante uma escola que só tenha Surdos estudando, porque falando não é legal. Se tem intérprete é bom, eu gosto que tenha intérprete. É verdade! Surdo pode aprender junto com ouvintes que só falam, falam, falam? Pode não! Aprender LIBRAS em escola só com Surdos é melhor (Severino).

Se tiver uma sala só com um surdo, o restante é ouvinte e não tem LIBRAS, alunos ali em filas, isso é ruim. [...] Por isso, é melhor uma sala só com surdos, assim a LIBRAS se desenvolve mais. Surdo junto com ouvinte não pode, não gosto (Sinval).

A sala de aula só tem ouvintes, mas para mim era melhor que separasse o grupo de surdos para que ficassem juntos, aí seria mais fácil estudar. Aqui em Cajazeiras é muito misturado, confuso, surdos junto com ouvintes. Não é bom, não se entende nada (Sônia).

O fato de os ouvintes não saberem sinais e o professor só escrever no quadro fazia com que os indivíduos sentissem dificuldades de adaptar-se à sala aula, pois esta forma não favorecia a maneira própria de o Surdo aprender. Assim sendo, essa situação os angustiava e os deixava mal, conforme relatou Samuel.

É preciso entender o que significa estar incluído, tendo em vista os discursos que são apresentados em documentos legais sobre a inclusão escolar e os teóricos da área, como Dorziat (2009, p.69):

Incluir é, necessariamente, proporcionar o enriquecimento humano, por meio da aproximação de culturas e de diferentes expressões do pensamento. Uma inclusão que considera aceitável atropelar e limitar potenciais e dificultar o acesso ao conhecimento e à cidadania é paradoxal com os próprios princípios educacionais.

Nos espaços escolares é comum e visível o descaso às pessoas diferentes. Subliminar às falas dos Surdo/as, é possível inferir o turbilhão de sentimentos e percepções por que passaram os Surdos nas escolas. Embora a inclusão parta da ideia de oportunidade para todos, as falas dos Surdos deixam claro que o acesso ao conhecimento lhes foi negado, principalmente quando o profissional intérprete não era disponibilizado. Além do mais, a negação da Língua de Sinais e da cultura Surda mostra a ausência de preocupação com esses alunos.

De acordo com sua fala, Severino demonstrou o desejo de aprender LIBRAS, provavelmente porque, no seu entendimento, sem ela, a inclusão não podia existir. Para ele, a inclusão devia acontecer em um espaço que só tivesse surdos/as, conforme já mencionado, longe do convívio com ouvintes, pois, Surdo precisa estudar junto com Surdo. Relata a dificuldade que encontram em um ambiente em que pessoas a todo tempo “mexem a boca”, e, não conseguem entender o que se passa ao seu redor. Essas práticas que desrespeitavam o modo de aprender e desprezavam o potencial dos Surdos fizeram, como vimos, com que Severino abandonasse a escola.

O espaço que deveria estar aberto para oportunizar esse momento de discussão e conhecimento, com um currículo pensado também para as pessoas Surdas e fundamentado em suas “vozes”, seria o espaço educacional. Mas não é isso que os discursos hegemônicos têm produzido, pois segundo Canuto e Lucena, (2015. p. 126):

Quando transportamos essa ideia de poder para a atmosfera escolar, é perceptível pelo sistema organizacional da mesma que há uma hierarquia, que coloca o aluno no término da escala de poder, ou seja, o educando/a é por muitas vezes entendido/a e tratado/a como uma massa de modelar, que ainda não possui forma definida, ou desejada [...].

Os poderes e saberes no espaço educacional são definidos hierarquicamente, selecionando os melhores e excluindo os que não se enquadram nos padrões. Estes estão fadados a não obter êxito ficando sempre à margem, sendo usados como massa de modelar, até encontrar uma forma definida que se encaixe minimamente nos padrões impostos. Assim, mascarando a realidade curricular pensada por e para ouvintes, a figura do profissional intérprete entra em cena.

A inclusão de pessoas Surdas, na compreensão de Severino, só ocorria se os sujeitos da inclusão também fossem Surdos, pois, dessa forma, aprendiam melhor. Em seu entendimento, a inclusão podia até ocorrer junto com ouvintes, mas o profissional intérprete precisava participar como garantia de mediação. Se, em uma escola que tem ouvintes e Surdos estudando não tem intérprete, para ele, não havia inclusão. Assim também, devia acontecer com o aprendizado da LIBRAS, Surdos junto com outros Surdos, pois a língua do ouvinte era outra língua.

Sinval também está de acordo com Severino. Para ele, o conceito de inclusão está relacionado ao fato de os Surdos estarem junto de Surdos no processo de ensino aprendizagem. Ele chega a mencionar a importância de professores Surdos em sala de aula: *“Melhor ainda seria se tivesse professores surdos, o surdo quer olhar para o professor e para o intérprete ao mesmo tempo. Por isso, é bom uma sala só com surdos e professores Surdos”*. Constatamos em sua fala, que sua experiência em sala de aula com a presença do intérprete, o levou a pensar na importância do professor Surdo, pois o aluno não teria que desviar o olhar da sinalização. Em sala, com a presença do profissional intérprete, o Surdo tende a olhar tanto para o professor que oraliza, como para o intérprete que sinaliza, podendo assim, perder informações pelo desvio do olhar.

Para os/as outras/as envolvidos/as, numa sala só com pessoas Surdas, a comunicação vai acontecer porque a LIBRAS será a língua que mediará o conhecimento. O sofrimento de não ter o profissional intérprete nas escolas onde estavam, ou estão, também é gritante no entendimento de Sinval, mesmo defendendo a presença do professor Surdo. Assim, a permanência de alguns/umas Surdos/as inseridos nas escolas Municipal e Estadual da cidade de Cajazeiras/PB depende da presença de um intérprete, que precisa dar conta de várias escolas.

Se as instituições comesçassem a pensar sobre seus currículos com base nos depoimentos das pessoas Surdas, seus olhares, suas representações, possivelmente o discurso da inclusão seria repensando, deixando de ser um modelo pronto e acabado para ser preparado para aquela realidade, em concordância com Skliar (2013, p.13):

A necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos, e de não limitar nossas expectativas a uma “melhoria” dos paradigmas dominantes na educação especial, nos conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmos e de como essas narrações são, finalmente, colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas.

A reconstrução de territórios exige também reconstruir significados, que aparecem como resquícios culturais de padronização que representam as pessoas Surdas como um grupo de pessoas deficientes. Nesse sentido, os sujeitos são convidados a assumir uma identidade ouvintista, dentro dos padrões de normalidade

impostos pela cultura hegemônica, costurando o indivíduo à estrutura, com o objetivo de padronizá-los.

Quando Sinval aponta que deseja que a inclusão aconteça, mas com a presença de intérpretes, fica evidente que está se referindo às escolas regulares, já que a escola que deseja, só com Surdos e professores Surdos, não passa de um sonho, de um desejo. Dessa forma, a importância da figura do profissional intérprete, nesse cenário, foi unânime entre os/as Surdo/as. Sem ele, não tem inclusão para Surdos nas escolas. Conforme Sponchiado e Toso (2012, p.56):

A ausência do intérprete junto com os professores regentes tem dificultado processos de ensino que precisam ser desencadeados para que a aprendizagem aconteça sem prejuízos aos alunos surdos e aos alunos ouvintes, bem como para que processos de inclusão sejam mobilizados permanentemente no contexto escolar.

Somente a presença do intérprete em sala de aula e em outros ambientes da escola garante a inclusão da pessoa Surda conforme referendado antes? Falar de inclusão significa ir além desse questionamento. É estar atento a um currículo que envolva todos os alunos, não como uma massa homogênea, mas como possuidores de histórias próprias, percepções particulares, enfim, com peculiaridades que os fazem únicos. E, dentre as muitas peculiaridades existentes, está a das pessoas Surdas.

Lopes (2011, p.78) garante que é no espaço escolar que se iniciam as lutas em comum, pois “A associação escola-comunidade, em muitas localidades brasileiras, funciona como uma forma de os surdos poderem participar, com seus pares, de momentos comuns, bem como de terem aliados em suas lutas políticas”. Este espaço, segundo esta autora, caracteriza-se pela participação homogênea, troca de experiências e compartilhamento de ideias, para que juntos possam ser capazes de fortalecer suas lutas. Essa afirmação contextualiza as falas dos sujeitos, ao preferir escolas constituídas só de pessoas Surdas.

Em seu discurso, conforme analisado anteriormente, Sinval fala da importância de professores Surdos dentro das escolas. A presença desse profissional seria importante porque, em sala de aula, o aluno surdo quer olhar para o professor e para o intérprete, ao mesmo tempo, e, por isso, a presença de alguém que transmita o conhecimento pelo seu canal de emissão e recepção, seria a melhor

opção. Assim sendo, defende que as salas de aulas sejam compostas só de alunos Surdos e professores Surdos.

A Língua Portuguesa também surge como elemento de importância na vida dos sujeitos da pesquisa, pois, aprender palavras e frases, ou seja, o português escrito, é fundamental no cotidiano escolar. É evidente que, a partir de sua concepção, precisam aprender o português e as palavras, fazendo comparação com os sinais, pois, sem a LIBRAS, não se aprende português.

Precisamos também aprender português, as palavras, fazer comparação com os sinais, por exemplo mostrar a frase: “Eu dirigir, o carro bateu na árvore”, para que o surdo perceba a diferença de se escrever em português para a LIBRAS e consiga aprender (Sinval).

Na percepção de Santiago, definir inclusão é o mesmo que ter conhecimento das leis e lutar por seus direitos. Para ele, os Surdos sofrem por não conhecerem seus direitos, por isso, dá ênfase a importância desse conhecimento. Demonstra ser um surdo politizado e com espírito de liderança. Para ele, não há problema que as pessoas Surdas estejam junto com ouvintes e que esse contato ajudaria bastante os/as Surdos/as no desenvolvimento intelectual. Certamente, pensa assim por ter passado pela experiência escolar com ouvintes que usavam LIBRAS e que mantinham uma boa relação com ele. Quanto ao que pensa sobre a inclusão, revela: *“a inclusão é importante para a luta dos Surdos. É normal Surdos e ouvintes [...] juntos na escola, é bom para desenvolvimento intelectual”*.

No que diz respeito à escola, Santiago defende a ideia de os Surdos estudarem junto com os ouvintes também, pois todos somos iguais, segundo a representação que faz de si mesmo e do outro. Para ele, a interação Surdo/ouvinte contribui para o desenvolvimento da pessoa Surda. Com essas lutas, os Surdos poderão conhecer as leis, entrar nas escolas, participar de associações, conseguir o passe livre, assim como ocorreu com ele. Defende ainda que não só as pessoas Surdas devem lutar, mas todas as pessoas com deficiência. Relata com orgulho ter conseguido tirar a carteira de habilitação, coisa que antes os Surdos não podiam fazer.

Com essas lutas, os Surdos poderiam conhecer a lei, entrar nas escolas, participar de associações, conseguir o passe livre. É importante! Todos são

livres, têm direitos, Surdos, cadeirantes, cegos [...] eles têm direito de estudar. Dirigir, ter carteira de habilitação, é lei, o Surdo pode. Antes não existia nada disso, era confuso, o Surdo não podia (Santiago).

Assim como os demais, Sônia também defende o uso do português escrito, por este fazer parte de seu cotidiano. Para ela, a inclusão das pessoas Surdas na escola é muito difícil porque não há intérpretes, deixando claro que o conceito de inclusão para Surdos está atrelado à presença desse profissional. Afirmo com precisão que, se “não tem intérprete, é difícil”. Os “*professores chegam, ficam mexendo a boca*”, só falando. O intérprete, na concepção dela, é o mediador na comunicação com os ouvintes no espaço escolar, principalmente com o professor em sala de aula. Dessa forma, em seu entendimento, “*quando não tem intérprete, não tem inclusão*”.

Quando fala, “*O português, a gente não entende nada, só um pouco das palavras. Mas, para mim, é difícil e confuso ouvintes e surdos juntos em uma sala de aula*”, a representação que Sônia faz sobre Surdos e ouvintes em sala de aula, condiz com o estudo de Hall (2015) sobre cultura e identidade nacional. Para este autor, o símbolo nação, nos leva a uma representação cultural, ao sentimento de pertença a um grupo que habita o mesmo território geográfico, que partilha de uma mesma cultura, de uma mesma língua. Sônia, assim como os demais, parece ser conhecedora de uma minoria linguística nacional que partilha de uma cultura própria.

Em suas falas, fica claro que o processo de identificação desses sujeitos começou de forma local, quando ainda estudavam na escola especial, que teve suas portas fechadas. De forma inesperada, foram obrigados a partilhar suas experiências no meio ouvinte, em escolas regulares, onde a presença de Surdos e o uso de sinais era praticamente zero. Por isso, o desejo pela presença do profissional intérprete e por salas formadas somente por pessoas Surdas, com professores preferencialmente Surdos, parece ser uma reivindicação com caráter de urgência implícito em suas falas. Dessa forma, a urgência e a emergência de uma escola bilíngue para Surdos na cidade de Cajazeiras/PB ecoa nas vozes sinalizadas dos participantes.

Diante do que foi analisado, os Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB parecem ter consciência da exclusão que sofreram e sofrem nas escolas. A necessidade da LIBRAS, do contato Surdo/Surdo, do profissional intérprete e do

desejo de uma escola de Surdos parecem traduzir os sujeitos construídos e os que estão em processo de construção.

Conforme Dorziat (2011), o aperfeiçoamento da escola comum, em favor de todos os alunos, é primordial. Uma proposta bilíngue, por exemplo, em que todas as instituições escolares se adaptem às necessidades da pessoa surda é essencial para que este se sinta, também, motivado pelo ambiente no qual está inserido.

Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais e observar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola regular precisa programar ações que tenham sentido para os alunos, em geral, e que esse sentido possa ser compartilhado também com os/as Surdos/as, pois eles/as se sentem oprimidos/as na sociedade ouvinte por causa de sua surdez (mesmo com a existência das políticas públicas de inclusão), fazendo parte de uma comunidade brasileira, ou como aponta Hall (2015), uma Cultura Nacional.

4.6 O olhar sobre o intérprete

Como a Língua de Sinais é reconhecida enquanto língua e os/as Surdos/as que fazem uso dela em seu cotidiano se constituem enquanto cultura, identidade e diferença, esta deve ser a língua de instrução no espaço escolar. Mas, nos dias atuais, encontramos deficiência de algumas repartições públicas no que diz respeito ao atendimento às pessoas Surdas. A carência de intérpretes nesses locais tem ocasionado interferências na vida social das pessoas Surdas, pela falha na comunicação. Tais falhas são vistas com maior frequência no espaço escolar, interferindo no processo de aprendizagem.

A necessidade de profissionais intérpretes é uma realidade nacional, principalmente nas cidades do interior, onde a LIBRAS parece ser menos difundida. Esse cenário, aos poucos, vem se modificando, pois o número de alunos/as dos cursos de licenciatura, que têm a disciplina de LIBRAS como obrigatória em sua matriz curricular, têm procurado fazer cursos na área. Na cidade de Cajazeiras/PB já há uma Especialização em Língua de Sinais, sem falar de alguns cursos ofertados para a comunidade pelo IF-PB (Institutos Federais da Paraíba), com campus localizado nesta cidade.

Percebemos que, no meio acadêmico, já há uma preocupação em difundir a LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, e, nos Bacharelados, como optativa. Mas as instituições têm se preocupado em difundir e transmitir conhecimentos acerca dos Surdos e da surdez sob um olhar sócio antropológico ou o conhecimento institucional ainda está pautado em uma visão clínica e terapêutica? A disciplina é ofertada devido à importância de seu aprendizado para a vida do futuro profissional ou somente para cumprir o prescrito na lei Nº. 10.436/2002, sancionada pelo Decreto Nº. 56.26/2005?

Às vezes, pergunto-me: por que os/as Surdos/as não são visibilizados se o meio acadêmico já se mobiliza há algum tempo, ofertando e apresentando a LIBRAS como língua? São conscientes disso? A Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, com Campus em Cajazeiras, depois de muito tempo, abriu concurso para professor de LIBRAS, por pressão de alunos e pelas exigências legais. Dois professores/as inscritos foram aprovados/as um Surdo e uma ouvinte.

A formação do intérprete de LIBRAS, do professor de Libras e do instrutor de Libras, está prevista no decreto Nº. 56.26/2005. Esse documento dispõe sobre o uso e a difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação. Assim, a formação do tradutor e intérprete de Libras-língua portuguesa é garantia legal, no que tange à educação das pessoas Surdas.

Assim como em várias localidades, esse profissional passa a ser de fundamental importância para a vida social dos Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB, com base na fala dos sujeitos pesquisados. Os envolvidos na pesquisa propõem que as pessoas Surdas lutem pelo direito de ter esse profissional como via de acessibilidade. Ao reconhecerem a importância desse profissional em outros espaços que não sejam apenas os da escola, os Surdos dão indícios de que estão vivendo um processo de construção identitária, reconhecendo-se enquanto parte de um processo cultural e identitário. Isso é evidenciado na fala de Sinval, quando trata da presença do intérprete: *“Eu quero intérprete [...]. Os Surdos precisam se reunir e lutar. Intérpretes aqui só tem três, muito pouco, precisa aumentar, para isso precisa lutar. A prefeitura precisa pagar e chamar intérpretes”*.

A voz de Sinval é um apelo, para mobilizar os/as Surdos/as em defesa do direito de se ter um intérprete, fazer com que todos, a partir de um movimento de luta, possam exigir do poder público esse direito assegurado. Assim, o

reconhecimento da existência de uma lei, o sentimento de pertença a um grupo em construção de sua identidade local, parece unir esses/as Surdos/as rumo a uma mobilização local. A LIBRAS parece ganhar poder e força quando pensam em organizar-se, pois será através dessa língua que acontecerá a troca de informações com as pessoas que compõem o poder público e a sociedade em geral.

A forma como a pessoa Surda foi e ainda é representada pela sociedade ouvinte acaba sendo refletida na própria pessoa Surda, que vê nos ouvintes um modelo “perfeito”. Alguns acreditam que as pessoas Surdas estão abaixo das não-surdas, e, por esta razão, aceitam como são representados e buscam aproximar-se de uma “normalidade” que não combina com o jeito de ser Surdo/a. Por outro lado, há os que defendem uma política Surda, baseada nas leis que garantem seus direitos.

Sinval cita como exemplo, dois locais públicos em que os/as Surdos/as precisam de atendimento: o INSS e a prova do ENEM. Possivelmente, precisaram desses atendimentos e não foram compreendidos. Externam o desejo de estudar, mas quando lembram que não têm intérpretes, desistem. Mas, para que os/as Surdos/as sejam aceitos no ambiente escolar assim como a sua língua, Dorziat afirma que:

[...] os espaços educacionais para Surdos precisam organizar-se, uma vez que a defesa e valorização da LS está intrinsecamente relacionada à valorização de uma escola de qualidade, que aborde conteúdos escolares de forma engajada às possibilidades visuais, contidas na Cultura Surda (DORZIAT, 2009, p.74).

De acordo com a realidade vivida por este grupo de pessoas, não foi e não é o que vem ocorrendo. Talvez tenha começado a existir somente quando estavam junto de seus pares, na escola especial onde se conheceram. Os espaços educacionais são organizados a partir da valorização da língua oral, mas quando se trata da Língua de Sinais, esta é vista como inferior à língua padrão que é usada pela maioria dos alunos inseridos na rede. Por isso, o aluno Surdo é obrigado a narrar-se como pessoa inferior, que deve ser incluída em sala de aula, inclusão esta que é representada pela presença do profissional intérprete da Língua de Sinais, como sendo a única via de acesso ao conhecimento.

Os/as Surdos/as envolvidos também querem que estes profissionais sejam disponibilizados, além da escola, em outros espaços públicos. Sinval passou por constrangimentos por não receber informações em órgãos públicos, os quais cita em sua fala.

O intérprete é importante nos lugares, na escola, na saúde. Por exemplo: eu surdo, vou ao INSS para conversar e não tem intérprete, não tem comunicação. É importante que o INSS chame um intérprete, aí é melhor”[...] Estou tentando o ENEM. Mas o intérprete? [...] preciso de intérprete para ajudar (Sinval).

Não tem intérprete é ruim, não entendo nada, me sinto muito mal. Preciso que tenha intérprete, eu gostaria muito. Sinto-me desprezada, rejeitada. Precisa chamar o Estado e a Prefeitura para contratar o intérprete. Precisa ir até a secretaria, conversar para que escolham intérpretes. Me sentiria feliz, mas sem intérprete, fico triste (Suzana).

Se tiver intérprete é bom! Me sinto feliz com o intérprete [...] com intérprete é muito bom. Quero estudar à noite junto com outros Surdos, com o intérprete na sala, entendeu? (Sônia).

Nas falas de Sônia e Suzana, a necessidade de estarem com seus pares é evidente, quando o assunto é partilhar experiências visuais. Mas quando se trata de adquirir conhecimento, o medo de não alcançá-lo é traduzido pelos sentimentos de desprezo, rejeição e tristeza. Porém, a felicidade pela aquisição do conhecimento poderá acontecer se na sala de aula, o profissional intérprete, como aquele que pode mediar o conhecimento, venha acompanhado da presença de pessoas Surdas.

Anteriormente, relatam que seria melhor se a sala fosse composta só de pessoas Surdas com professores Surdos. Mas apenas a participação de pessoas de um grupo minoritário no meio majoritário, vivendo sob os padrões deste último acaba deixando as minorias em posições de aceitação passiva, sobrevivendo nos moldes impostos.

Estes/as Surdos/as mais politizados/as já fazem uso da Língua de Sinais, por isso falam da importância do intérprete e parecem conhecer seus direitos linguísticos e culturais. Isso ocorre porque conseguiram romper com a “proteção” de suas famílias e conheceram outros/as Surdos/as através de viagens a outras cidades, e, conseqüentemente, conheceram Associações de Surdos. Evidenciam serem os

mais politizados, porque já usavam a Língua de Sinais, estavam na escola, exigiam intérpretes e sabiam de seus direitos.

A partir do momento que aceitam a LIBRAS, aceitam a cultura. Além do mais, são conscientes de que é preciso que a comunidade Surda se organize em torno de seu direito. Sônia já é consciente das dificuldades que enfrentarão por não serem entendidos com o seu modo próprio de ser e de aprender, quando diz que: *“as Faculdades que eu conheço, é difícil, não tem intérprete [...] sei que é lei e precisamos entender e lutar por isso”*. Ela sabe da existência das leis, mas entende que elas não são suficientes, era preciso lutar, se organizar enquanto comunidade local, dando visibilidade à LIBRAS, instrumento de poder e força para a construção da Identidade Surda local.

Suzana faz uma espécie de chamamento para a luta. Diz que as pessoas Surdas precisam convocar Estado e Prefeitura rumo à contratação de intérpretes. Ela relata que, se isso acontecesse, seria motivo de alegria para os Surdos/as que seriam beneficiados. No entendimento do grupo, não é só na escola que o intérprete deve estar, mas em todos os espaços públicos, como visto em suas falas.

Com base nas falas dos sujeitos, parece que o intérprete se faz necessário como garantia de uma inclusão, mas, mais do que isso, sua presença seria a superação da não aceitação do indivíduo Surdo, a partir de sua língua. Para Suzana, a falta de intérpretes seria a causa de a inclusão escolar não acontecer. Mas, era preciso pensar para além da escola, promovendo mobilizações em defesa desse profissional também nos espaços públicos. O conhecimento dela de que existe uma lei que assegura esse direito, faz com que a mesma convoque a todos para exigir do poder público contratação desses profissionais. *“Faltam intérpretes, [...] existe lei que garante e as Secretarias não estão nem aí para isso. A prefeitura precisa divulgar e contratar intérpretes para trabalhar [...]. A escola onde estudo, tem três alunos Surdos”*, afirma Suzana.

4.7 Direito de ser Surdo/a: o desejo de reconhecimento

De acordo com a lei n. 10.436, datada de abril de 2002, no artigo primeiro, parágrafo único:

Art. 1º é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas Surdas do Brasil.

Esse artigo mostra que a pessoa Surda brasileira é reconhecida enquanto possuidora de uma cultura própria, com direitos linguísticos. Entretanto, na confrontação com as práticas escolares, surgem contradições, porque, ao mesmo tempo em que a lei diz aceitar a diferença cultural Surda, no espaço escolar essas pessoas são representadas como deficientes e sua inclusão é concretizada apenas com a presença do intérprete disponibilizado para atendê-la. No meu entendimento, se aceita, a pessoa com sua língua, estou aceitando essa pessoa enquanto cultura, e se é cultura, não é deficiência. Mas, o que acontece com os que chegam à escola usando apenas gestos espontâneos advindos do contato com os ouvintes? Honora (2014, p.81) afirma que:

Para as pessoas Surdas, a ausência ou diminuição deste sentido representa uma identidade, uma maneira de se relacionar com outras pessoas, ou seja, determinam uma maneira diferente de encarar a vida, e não uma diminuição, uma desvantagem perante as pessoas ouvintes, é apenas uma maneira diferente de viver, nem melhor, nem pior, apenas diferente.

A afirmação da autora parece estar em acordo com as falas dos sujeitos, revelando, no grupo, o desejo de reconhecimento e de respeito à maneira diferente de ser de cada um/a, nas escolas e outros espaços públicos. Por serem mais politizados do que os que não se propuseram a participar da pesquisa, as identidades construídas ou, em processo, são reveladas nas falas dos sujeitos quando, por exemplo, um deles afirma: *“Meu desejo é que nós sejamos no futuro reconhecidos e não vistos como inferiores. Somos iguais aos ouvintes, somos normais”*.

O desejo que outros surdos participem, o chamamento para que haja o apoio das famílias e o desejo que todos/as conheçam e aprendam a Língua de Sinais é evidenciado em seus discursos. Segue as falas:

Aqui em Cajazeiras tem muitos surdos escondidos, entre 15 a 45 anos de idade talvez. Eu desejo que esses surdos que estão escondidos venham a se libertar, participem do grupo de surdos e possam crescer. Eu gostaria muito que isso acontecesse com os surdos. Eu quero e desejo ensinar para eles (Sinval).

O Surdo não pode ficar escondido, precisa lutar. Na minha cidade, Ipaumirim - CE, os Surdos estão escondidos e precisam se libertar (Santiago).

Mais uma vez, surge a necessidade de dar visibilidade aos Surdos de Cajazeiras/PB. As falas evidenciam o desejo de tirar os pares das situações em que se encontram. Sinval e Santiago parecem inquietos com a realidade daqueles Surdos da cidade de Cajazeiras que estão isolados em seus lares e querem mudar esse cenário. Talvez as discussões do Setembro Azul/2015 na cidade de Cajazeiras tenham sido a semente que motivou estes sujeitos a começarem a amadurecer a ideia da criação de uma Associação de Surdos, organizando-se para isso. A iniciativa do Setembro Azul/2015 já está trazendo, de certa forma, uma repercussão positiva para os Surdos de Cajazeiras.

Sinval demonstra conhecer pessoas Surdas que estão invisibilizadas em algumas localidades, conforme visto em sua fala. Deseja que essas pessoas, assim como ele, se libertem e venham a identificar-se enquanto Surdo/a, pois, se isso acontecesse, ele se disporia a ensinar a LIBRAS. Embora questione o porquê de em outras cidades os/as Surdos/as conseguirem, e em Cajazeiras/PB não, de imediato, atribui esse fato à invisibilidade dada a esses sujeitos pelo estigma da surdez enquanto deficiência, invalidez e incapacidade de aprender.

Sinval é consciente de que os Surdos/as não são inferiores aos ouvintes, apesar de, ainda hoje, serem representados dentro dos padrões de normalidade e anormalidade. Expressa o desejo de ver estes indivíduos na escola, pois é nesse ambiente, no seu entendimento, que os Surdos alcançarão um desenvolvimento adequado. Coerente com sua fala, sinalizada em outra seção, há um modelo de escola em que o Surdo/a pode se desenvolver, uma escola onde só estudem Surdos/as: “[...] bom uma sala só com surdos e professores Surdos [...]”. Já no

entendimento de outros Surdo/as envolvidos na pesquisa, estando escondidos, torna-se difícil:

Percebo que em Pombal, Patos, João Pessoa, os surdos conseguem. Para os surdos escondidos, é difícil. Meu desejo é que nós sejamos no futuro reconhecidos e não vistos como inferiores. Somos iguais aos ouvintes, somos normais (Sinval)

Surdo precisa lutar e aqui não tem. Surdo não pode ficar feito bobo. Se não lutar [...] é problema, fica difícil. Precisamos conhecer a Lei (Santiago)

Mais uma vez, os Estudos Culturais nos impulsionam a estimular as pessoas Surdas de Cajazeiras/PB a refletirem sobre as propostas desenvolvidas nesse campo epistemológico, pois estes estudos inscrevem e consideram esse grupo de Surdos/as como uma minoria linguística e cultural, inseridos na rede social. Isso só será possível, se a área da educação for verdadeiramente o espaço de vivência desses sujeitos, por seu poder constitutivo de subjetividades. Sá (2006, p.96) aponta que:

Por esses mesmos estudos, vem-se a entender que toda educação está envolvida em um contexto de luta entre os grupos culturalmente dominantes e os culturalmente dominados. No entanto, grupos culturalmente dominados em geral buscam modificar, por meio de suas ações, posicionamentos e discursos, a lógica pela qual a sociedade produz sentidos e significados sobre si mesma e sobre os grupos que a constituem – daí se pode depreender o valor de se estudar os grupos culturalmente dominados e as propostas educacionais a eles dirigidas.

Ao lado do espaço educacional em si, o grupo deve buscar organizar-se socialmente, através de uma entidade que lhes dê poder e força na luta por seus direitos: a Associação dos Surdos. Assim sendo, conforme aponta a autora, o grupo deve buscar modificar o cenário das representações dos Surdos e da Surdez, a partir de ações que os tornem visíveis enquanto grupo culturalmente dominado. A escola deve proporcionar esse lugar de visibilidade, pois é nele que os indivíduos terão acesso ao conhecimento, desde que lhes seja oferecida uma proposta bilíngue de educação.

Percebe-se, na voz dos sujeitos, que as instituições educacionais não têm respeitado as subjetividades, a língua e a cultura dessas pessoas. Assim, além da apropriação da língua de sinais pelos Surdos, é necessário esse grupo adquirir também uma maior conscientização de pertencimento, desconstruindo uma história ligada a processos de dominação.

O desejo de mudança desse cenário, por meio de ações concretas, leva os indivíduos a fazerem um chamamento a todos/as para a luta, quebrando com a lógica imposta sobre eles. Santiago deixa claro que “[...] *Surdo precisa lutar e aqui não tem* [se referindo à cidade Cajazeiras]. *Se ficar escondido, só usando gestos é difícil. É importante uma Associação de Surdos, é meu desejo, participar e enfrentar a luta*”. Para Dorziat (2009, p. 77):

A preservação e a valorização das peculiaridades da surdez em torno de uma Cultura Surda dependem muito da possibilidade de organização dessas pessoas em ambientes propícios à criação e disseminação do ser Surdo. Um desses ambientes é, indiscutivelmente, as Associações [...]. São nas Associações que os Surdos podem encontrar meios mais apropriados de se colocarem enquanto grupo político, retroalimentando sua perspectiva surda, com suporte de um ambiente discursivo adequado.

Dessa forma, o grupo de Surdos/as de Cajazeiras/PB poderá, na Associação de Surdos, desenvolver um ambiente propício para discussão em torno da Comunidade Surda local, usando a Língua de Sinais como meio de comunicação. Será nesse ambiente que as lutas serão empreendidas e os procedimentos traçados para um constante diálogo com a cultura hegemônica, principalmente no que tange à educação, conforme já vimos em suas falas até o momento. Se ficarem escondidos, só usando gestos, como diz Santiago, encontrarão dificuldades de se construírem como cidadãos.

A frase “*só usando gestos é difícil*” [leia-se gestos espontâneos] revela o poder que tem a Língua de Sinais para a construção da identidade dos sujeitos. Em sua fala, Santiago mostra que os Surdos/as de Cajazeiras/PB precisam conhecer seus direitos, como base para empreenderem um movimento de melhoria para a Comunidade Surda. Dá o exemplo de como acontece em Brasília/DF, onde os Surdos lutam e conseguem conquistas importantes como: vagas nas escolas, salário

mais digno e outras conquistas. Sua fala confirma o que Dorziat (2009) comenta, que é na Associação de Surdos que encontrarão meios mais apropriados de se colocarem enquanto grupo político.

A consciência política Surda de Santiago se deu graças ao contato com pessoas Surdas politizadas de vários estados por onde passou. Mesmo assim, reconhece a dificuldade que encontrou para conseguir, por exemplo, sua carteira de habilitação. Essa conquista, segundo expresso em sua fala, teve a participação de amigos Surdos, certamente membros de Associação de Surdos do lugar onde morava. Em sua fala:

[...] conheci muitos lugares e amigos Surdos. Em São Paulo, Natal, Brasília, Recife, Amazonas, Ceará. Para mim, era muito difícil. Claro que tinha acessibilidade e com muita coragem junto com outros Surdos a gente cobrou. [...]. Tem que ter conhecimento da lei. Foi assim que consegui tirar a minha carteira de habilitação.

O Movimento Surdo acontece a partir da articulação de espaços propícios para seus encontros, a saber: as Associações de Surdos, as cooperativas, os clubes, onde estabelecem o intercâmbio cultural e praticam a Língua de Sinais. Assim, a LIBRAS é um dos principais fatores que motivam o encontro entre pessoas Surdas, através do qual têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, seus sonhos e reafirmação da luta pelo direito de ser Surdo.

Apesar de o Setembro Azul já discutir desde 2011 formas de luta por escolas bilíngues, quando as escolas especiais estavam ameaçadas de fecharem suas portas, o grupo de Surdos da cidade de Cajazeiras/PB se reúne só em 2015, pela primeira vez. O grupo local retoma reivindicações antigas, inclusive o fato de serem reconhecidas através de uma Associação de Surdos local.

4.8 O que desejam no futuro

Como veremos nos relatos a seguir, os/as Surdos/as sujeitos da pesquisa almejam um futuro onde as pessoas Surdas sejam reconhecidas e tenham seus direitos linguísticos e culturais respeitados. Alguns/mas sentem o desejo de ingresso nas escolas e têm a necessidade de uma formação específica para o ensino da

LIBRAS, entrar no curso de Letras/LIBRAS pela prova do ENEM. Segue o relato de Sinval.

[...] estou me preparando para fazer o ENEM. Estou estudando porque sei que é importante e futuramente quero fazer o curso de Letras/Libras. Depois que eu terminar meu curso de instrutor e conseguir entrar no curso de Letras/Libras, aí volto para Cajazeiras para ajudar os outros surdos. Tenho um enorme desejo de ensiná-los (Sinval).

Por ter terminado o Ensino Médio, Sinval está se preparando para fazer a prova do ENEM. O desejo de não ficar apenas no curso de instrutor leva-o a pensar em um curso superior: o curso de Letras/Libras. O conhecimento da existência de um curso superior em Letras/LIBRAS, provavelmente, foi possível no contato com outras pessoas Surdas politizadas, no curso de instrutor ou até mesmo na internet.

Sinval expressa o desejo de ajudar os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB que não tiveram a oportunidade de conhecer pessoas Surdas politizadas. Esse desejo é evidente quando diz que, terminado o curso de Letras/Libras, retornará para ajudar os Surdos/as que estão como que escondidos em suas famílias, invisibilizados por não interagirem com o mundo ouvinte. De acordo com sua fala sinalizada, fica evidenciado tal desejo: *“Quero ser instrutor de surdos no futuro, ajudar para o desenvolvimento dos Surdos da cidade. Tenho um enorme desejo de ensiná-los”*.

Sônia tem o mesmo desejo de Sinval: terminar o curso de instrutor, se submeter à prova do ENEM, fazer o curso de Letras/LIBRAS, ser professora de Surdos e ajudar aqueles/as que não tiveram oportunidade. Suzana também expressa o mesmo desejo de ser professora de Surdos quando terminar o curso de Letras/Libras. Ao dizer, *“Tenho um desejo enorme de concluir o Ensino Médio e futuramente fazer o curso de Letras/Libras e ser instrutora de Libras”*, assim como Sinval e Sônia, nos leva a perceber que a ideia de comunidade, pautada na construção da identidade e aceitação da cultura é muito presente em suas falas. Com base em seus discursos concordamos com Lopes quando afirma:

A própria noção de comunidade tem mobilizado surdos em diferentes países. Esses surdos estão em busca de um lugar de referência, de um lugar onde possam proclamar uma identidade forjada dentro de

um espaço forte, seguro e sustentado por elos de amizade e de cumplicidade (LOPES, 2011, p.71).

O sentimento de pertencer a um grupo que une os indivíduos por laços culturais e afetivos parece ser, segundo a autora citada, uma realidade mundial. A busca por um lugar visível às práticas culturais do grupo, no caso dos Surdos a Língua de Sinais, através da qual os indivíduos não só se comunicam mas se identificam, faz com que os sujeitos se sintam fortes e seguros por elos de amizade e cumplicidade. O sentimento de comunidade, com o olhar voltado para dar oportunidades aos pares, une esse grupo em um mesmo sentimento: o desejo de serem reconhecidos.

Pelos discursos de Sinval, Sônia, Santiago e Suzana, entendemos um pouco a razão de alguns participantes do evento não participarem mais ativamente das discussões. Provavelmente, eles tinham receio de errar ou se sentiam menos preparados que os mais politizados, no que diz respeito ao uso de sinais. Sônia se emociona quando fala que vai contribuir para o desenvolvimento dos demais. Ela diz: *“Futuramente, quero ser instrutora de Surdos, ser professora, ensinar para Surdos [...] Quero ajudar os Surdos, todos vocês. Quero muito! Olhem como estou emocionada”!* Mais uma vez, o sentimento de pertença é evidenciado, assim como foi para todos os envolvidos.

Tomando como exemplo o professor “G”, Santiago mostra para os/as Surdos/as participantes do Setembro Azul/2015 que as pessoas Surdas são capazes, a exemplo do professor palestrante que fez concurso público e conseguiu posição de destaque. *“Vejam o professor “G” [se referindo ao professor Surdo que proferiu palestra], conseguiu! Quero fazer isso também, desejo muito! Ele fez prova e passou em concurso público”* (Santiago).

O objetivo de convidar pessoas Surdas para proferir as palestras foi justamente para que os/as Surdos/as participantes percebessem que também são capazes e que, para conseguir, precisam estar juntos em comunidade. Assim, a cultura dominante com seu jogo de poder olhará não só para um indivíduo, mas para um grupo culturalmente representado e que tem seus direitos linguísticos e culturais assegurados por lei.

4.9 As diferenças identitárias do grupo

A escola especial Francisco de Assis era um lugar onde começava a existir uma comunidade e, conseqüentemente, uma identidade cultural, pelo convívio entre os/as Surdos/as e o aprendizado da LIBRAS, mesmo que de forma fragmentada. No entanto, a chama dessa construção identitária, interrompida pelo fechamento da escola, pode ser reacendida após o Setembro/Azul 2015.

Na fala de Sônia, há uma referência à cidade de Campina Grande/PB. Para ela, nesta cidade era melhor porque tinha LIBRAS, se referindo à presença de Surdos na escola onde estudava. Em Cajazeiras/PB, esse processo foi difícil, porque só havia gestos.

Já Suzana era uma Surda de 19 anos que nasceu no seio de uma família constituída de Surdos e ouvintes, com uma mãe Surda sem domínio da LIBRAS e um pai ouvinte que estabelecia a comunicação apenas por gestos.

Observei claramente que Suzana e Sônia se destacavam, porque tinham uma história que começava mais cedo. O caso de Samuel foi diferente. Ele foi até o nono ano, sem saber nada. Começou a aprender LIBRAS, de uma forma mais concreta, por causa da esposa que sabia mais um pouco que ele. Nesse sentido, Samuel parece ter se sentido empoderado, ao casar com Suzana. Ele diz que está aprendendo alguns sinais, porque a esposa ensina.

Vendo por outra ótica, Sônia se põe no lugar de quem sabe e diz dos outros que não sabem. Para ela, ser Surdo é igual, mas é desigual do ponto de vista da comunicação. Ela se considera superior aos demais, por dominar a LIBRAS mais que os/as outros/as. A percepção de Sônia ilustra as diferenças existentes no interior da Comunidade Surda ou grupo de Surdos/as. A supremacia de uns sobre outros fez com que 11 Surdos/as silenciassem durante o evento, possivelmente porque não dominavam a LIBRAS e esta era o alvo no Setembro Azul/2015.

O evento foi em LIBRAS, e quem não a dominava não recebia as informações por completo, revelando a urgência do empoderamento dos indivíduos, a partir da Língua de Sinais para se constituírem comunidade e cultura local. A minoria dominava a LIBRAS e a maioria ainda estava aprendendo. Essa diferença criou desníveis que tendiam a afetar a constituição da Comunidade Surda. Assim sendo, a

aprendizagem de LIBRAS é fundamental para tornar a comunidade Surda mais coesa, minimizando as divisões no interior do próprio grupo.

Diante do exposto, o acesso tardio a essa língua dificulta a constituição do Movimento Surdo. Além do mais, cria subgrupos discriminados no interior de um grupo que já é discriminado. Se o grupo aprende a LIBRAS, troca suas experiências visuais através dela e reconhece os seus direitos linguísticos – culturais, tendo mais chance de lutar por eles. Por isso, é importante a organização de uma Associação de Surdos, como espaço de discussões sobre as demandas das pessoas Surdas, principalmente a urgência da discussão em torno de uma escola bilíngue na cidade de Cajazeiras/PB.

De acordo com o exposto, o sentimento de inferioridade e de invisibilidade fica evidenciado no momento em que os/as 11 Surdos/as se sentiram avaliados, por isso não se dispuseram a falar. Tendo em vista essa realidade, o Setembro Azul/2015 pode ter sido um momento ímpar de reflexão sobre a necessidade de organização do grupo, mostrando que é através da união, por meio da LIBRAS, que eles podem ser bem sucedidos em um mundo de maioria ouvinte.

A partir das falas de Samuel, Sinval, Suzana e Sônia, as diferenças ficaram mais evidentes. Suzana diz: “[...] hoje tenho amigos Surdos, mas também tenho amigos ouvintes [...]”, mostrando que ela não estava fechada à comunidade de ouvintes. Sônia é mais específica, ao preferir amigos/as Surdos/as e viajando para aprender a LIBRAS: “[...] eu quis aprender LIBRAS, viajar, viajar, viajar [...]”. Já Samuel, que chegou à escola especial só usando gestos, começou a aprender sinais e se encontrava aprendendo mais porque a esposa Suzana lhe ensinava. Para Sinval, seu desejo é difundir a LIBRAS, fica feliz quando se depara com pessoas sinalizando, mostrando sua preferência pelos pares.

Chamou-me a atenção o fato de que a maioria tem o benefício do INSS. Nesse sentido, são tratados como pessoas com deficiência e isso também é um traço identitário. Tal benefício proíbe que estes indivíduos tenham outras fontes de renda e, por outro lado, trabalhar de forma voluntária e ter um benefício é uma contradição dentro do próprio movimento. Sérgio e Samuel, de acordo com os dados, recebiam o benefício, mas trabalhavam para garantir uma renda extra, porém sem a carteira de trabalho assinada, como forma de garantir o referido benefício.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os/as Surdos/as da cidade de Cajazeiras/PB se caracterizam como um grupo de pessoas em construção de uma Identidade Surda local. O desejo de estarem junto de seus pares, de fundarem uma Associação, o chamamento aos que vivem isolados para virem aprender a LIBRAS e participar desse grupo têm caráter de urgência e emergência. No que diz respeito ao direito à educação, faz parte de suas posteriores reivindicações: uma escola constituída de pessoas Surdas, ou seja, uma escola bilíngue, professores Surdos e a disponibilidade de intérpretes nos espaços públicos.

As investigações de Lopes (2011) são contundentes sobre a importância da formação de uma Comunidade Surda para a construção da identidade do grupo. O indivíduo Surdo quer viver em comunidade com outros Surdos, onde possa partilhar de seus conhecimentos e transmitir suas ações. Embora tenha que enfrentar muitos problemas, a formação da comunidade em si já é um dos meios de produzir espaço para o debate das questões referentes às pessoas Surdas, encaminhá-las e consolidar suas bases.

A luta dos/as Surdos/as em torno da formação das Comunidades está sendo construída e reconhecida. O motivo que leva à formação dessa comunidade se dá por dois pontos. O primeiro é o interesse em buscar apagar as diferenças entre os indivíduos e reconhecer a identidade. O segundo ponto, buscar a exaltação das diferenças de cada indivíduo de forma particular em nome do ser e do sentir-se Surdo.

A comunidade Surda foi criada para que as pessoas Surdas fossem reconhecidas na sociedade, como cidadãs. A ideia não é promover uma separação das demais pessoas, mas fortalecer a comunidade Surda para o enfrentamento dos ataques externos e o convívio numa posição mais horizontalizada com as pessoas em geral. Para os Surdos, estar em uma comunidade significa vencer os estigmas do preconceito e das representações sobre sua condição Surda, tendo consciência das situações de exclusão criadas pela sociedade, que acontecem, principalmente, porque o Surdo é visto como um ser incapaz de opinar e tomar decisões.

O Setembro Azul/2015, ocorrido na cidade de Cajazeiras/PB, é uma possibilidade de o grupo de Surdos/as se organizar, agregando tanto os/as que estão isolados como os/as que já se reconhecem enquanto cultura e identidade. O movimento em Cajazeiras/PB tornou-se uma realidade em 2015, embora tenha tido sua origem no movimento reivindicatório em prol de escolas bilíngues que ocorreu em nível nacional, em 2011. Onde estavam as pessoas Surdas de Cajazeiras/PB nesse ano? Tinham o conhecimento desse movimento e do porquê da mobilização em todas as cidades e estados brasileiros que tinham Associações de Surdos?

Se for comparado o antes e o depois do fechamento da escola, é possível ver que os/as Surdos/as ficaram dispersos. Antes, não houve nenhum movimento que os motivasse; depois, o processo de inclusão nas escolas comuns dificultou seu reconhecimento. Foi o advento do Setembro Azul, apesar de iniciado e organizado por um ouvinte em defesa de uma Comunidade Surda local, como já mencionado, que possibilitou agregar os/as Surdos/as que estavam dispersos na cidade de Cajazeiras/PB.

Mesmo que o movimento nacional em favor das Escolas Bilíngues para Surdos já possuísse uma discussão acumulada, ela é ainda incipiente na localidade, sendo uma das temáticas mais recorrentes no Setembro Azul/2015, a partir das falas dos sujeitos envolvidos.

Essas falas revelaram o desafio que representa o desejo e a necessidade de estarem em um ambiente bilíngue, devido a interações que não acontecem na escola regular, como foi o caso de quando chegaram às escolas do município após o fechamento da escola especial. Nesse período, 2009, 2010 e 2011, as Comunidades Surdas de todo Brasil se mobilizavam em defesa do não fechamento das escolas especiais e, posteriormente, reivindicavam escolas bilíngues. Graças ao Movimento Surdo organizado, o PNE aprovou a opção por escolas e classes bilíngues.

O Setembro Azul é um movimento contínuo, que teve início naquele período, mas aprofunda e amplia seu leque de reivindicações das Comunidades Surdas. Quanto a Cajazeiras/PB, é preciso entender o momento inicial de descoberta como único, mas que já começa a despertar em torno de temáticas que fazem parte da realidade local. Mesmo estando assegurado o direito às Escolas Bilíngues no Plano Nacional de Educação - PNE, é preciso ações para que elas sejam implementadas.

Por ter sido iniciativa de um ouvinte, muitos questionamentos poderiam surgir, como: por que não foram os/as Surdos/as que tiveram a ideia? Por que não esperar que os próprios Surdos se organizassem? Qual o objetivo de organizar um evento como esse se quem deveria demonstrar interesse era o grupo de Surdos/as?

Sabia que essa possibilidade era a ideal: ter os Surdos à frente do movimento. No entanto, reconhecia também as limitações sociais impostas a muitos Surdos, decorrentes de ideias pré-determinadas de ser humano. Por isso, com base na pesquisa qualitativa, apoiado nas contribuições de Flick (2009), senti que era o momento de contribuir para que as pessoas Surdas assumissem sua voz. Para tanto, uni a intervenção à pesquisa, adotando a observação e o grupo focal como sendo os melhores meios de captar informações com menor risco de influência do pesquisador.

No campo teórico, lastrei minhas ideias no campo dos Estudos Culturais, colocando o grupo de Surdos/as de Cajazeiras/PB sob o olhar dos Estudos Surdos, distanciando-os da representação de pessoas deficientes e aproximando-os da de pessoas em processo de construção de suas identidades. Quando se trata de Estudos Culturais em Educação, o currículo torna-se tema central das discussões em torno da identidade, alteridade e diferença (MOREIRA, 2011). Dessa forma, currículo e cultura tornam-se “gêmeos/as siameses/as” no processo de construção das identidades dos indivíduos diferentes.

Para atingir a meta de os Surdos assumirem sua voz, busquei estratégias nas quais os indivíduos envolvidos se sentissem empoderados, desde a entrega dos convites à organização do espaço físico. Senti, *a posteriori*, que a confecção do convite podia ter ficado a cargo de Surdos e não do pesquisador. Essa iniciativa decorreu de minha percepção, naquele momento, de que a maioria dos sujeitos que participariam do evento viviam em suas famílias e desconheciam as questões discutidas no evento, alguns por vergonha de sinalizar, outros por medo de errar ou mesmo por não usar sinais como os demais.

Essa realidade também foi decisiva para o afinilamento quanto à seleção dos sujeitos - nove pessoas -, embora vinte tenham participado do evento. Esse critério revelou a heterogeneidade do grupo, tendo em seu meio Surdos/as usuários e não usuários da LIBRAS. Nas falas dos participantes, o desejo de dar oportunidades para aquele/as que não tiveram as mesmas oportunidades foi evidente.

Os dados revelaram a necessidade de dar visibilidade aos Surdos de Cajazeiras/PB. As falas de alguns evidenciaram a urgência de tirar muitos pares das situações em que se encontravam, como nos depoimentos de Sônia e Sinval. Ela e ele colocaram suas inquietações no que diz respeito às pessoas Surdas da cidade de Cajazeiras/PB que estavam isoladas, desejando mudar esse cenário. Um lugar de encontro e de partilha das experiências visuais dos Surdos, como a Associação de Surdos, era necessário. Pude perceber que a iniciativa do Setembro Azul/2015 já estava trazendo uma repercussão positiva para os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB. Nesse momento ímpar, possivelmente a Comunidade Surda de Cajazeiras começa a ser uma realidade.

Pelas pesquisas realizadas, principalmente nos sites da FENEIS, sobre o Movimento Surdo, não foi encontrado com frequência o termo “Setembro Azul”, mas registros de comemorações e/ou reivindicações e lutas em torno das demandas dos Surdos. Como visto antes, o Setembro Azul ocorreu em 2011, como um movimento em defesa de Escolas Bilíngues para Surdos, tendo como resultado sua aprovação no PNE. No momento atual, as reivindicações estão voltadas para um ENEM que contemple também as pessoas Surdas, e para a existência de profissionais intérpretes nas eleições.

A expectativa é de que este trabalho contribua para engajar também os/as Surdos/as de Cajazeiras/PB no movimento Surdo nacional, trazendo para a cidade o que já se vem discutindo no Brasil: a escola bilíngue, a importância do intérprete, entre muitos outros aspectos que passavam alheios às pessoas Surdas de Cajazeiras/PB.

Na relação com a família e na relação com o grupo de diferentes, de ouvintes, a comunicação acontecia/acontece de forma fragmentada. Nesse sentido, coletei dados que por si só me forneceram material para uma análise do processo de identificação, do ponto de vista da coleta de dados, das identidades e dos efeitos para esses sujeitos enquanto cidadãos, grupo de iguais, para sua autoestima e autoimagem, como pessoas que têm um lugar nesse mundo que é predominantemente ouvinte.

A partir do evento, a ideia de comunidade começou a surgir. Em 2016, o grupo já passou a se encontrar com mais frequência e a discutir sobre a Associação de Surdos na cidade. Com meu apoio e de três intérpretes, um do IFPB, Campus de

Cajazeiras, uma da rede municipal e outra da rede estadual, Santiago, Sônia, Severino e Sinval tomaram a frente do evento 2016, que também levou o nome de Setembro Azul/2016.

O encontro realizou-se em três dias e a temática girou em torno da Associação dos Surdos de Cajazeiras/PB. No primeiro dia, houve um chamamento para a participação da comunidade ouvinte, professores, sociedade, igrejas e políticos.

Por já ter participado de Movimentos Surdos como Associação e pastorais ligadas à igreja católica, foi convidado o professor Surdo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Cajazeiras/PB, para proferir uma palestra sobre a importância de uma Associação de Surdos para a constituição da Comunidade Surda local.

Do segundo e terceiro dias participaram Surdos que compõem a diretoria da Associação de Surdos da cidade de Pau dos Ferros/RN. Estes foram convidados pelos próprios/as Surdos/as de Cajazeiras através do WhatsApp, se utilizando da ferramenta Imo, disponibilizada como aplicativo. Cada membro contou suas experiências e a importância de o grupo estar unido em defesa da Cultura Surda.

Desse encontro, saiu a diretoria provisória da Associação de Surdos da cidade de Cajazeiras/PB. Segundo orientações da Associação de Pau dos Ferros/RN ao grupo, era necessário se organizar um local de encontro. Esse local permitiria que, em conjunto, os Surdos/as adquirissem conhecimentos sobre as responsabilidades de cada membro e definiriam os intérpretes para atuar no apoio e intermediar a comunicação no meio ouvinte.

Diante do que foi relatado, foi possível constatar que, se não tivesse havido o primeiro momento, em 2015, as pessoas não estariam naquele lugar, nem teriam aprofundado as discussões sobre questões a que, até então, estavam alheias. Ao organizar aquela primeira semana de discussões, a intervenção foi no intuito de dar uma “injeção” de ânimo, em vistas de uma mobilização mais permanente dos próprios Surdos. Assim sendo, esta pesquisa também apresentou características de uma pesquisa intervenção.

A pesquisa buscou cobrir um espectro mais amplo da vida dos Surdos em Cajazeiras/PB, um antes e outro depois do Setembro Azul/2015, o antes na escola

especial, como eram os/as Surdos/as nessa escola, lugar onde se conheceram e começaram a usar sinais.

Mesmo se aproximando de outros trabalhos, a presente pesquisa apresenta um diferencial por sua própria constituição local, visibilizando a existência de um grupo de Surdos/as na cidade de Cajazeira, interior da Paraíba, constituído por um certo número de pessoas que, de algum modo, se conhecem, se comunicam e se referenciam.

Além dessa relevância, há ainda o caráter educativo da pesquisa, que pode contribuir com as pesquisas na área da Educação de Surdos. Diferente de outras pesquisas que fazem da educação um simples pano de fundo, o presente trabalho coloca o fenômeno educacional no centro, seja pela defesa da escola bilíngue, seja pela discussão da identidade, a partir da escola, seja pelos processos educacionais que também se dão fora da escola.

A ideia de comunidade e de movimento começa a existir após o Setembro Azul/2015, quando já se discute sobre a temática. Em 2016, o grupo de Surdos/as já se mobiliza em torno da ideia de uma Associação de Surdos na cidade. Antes, se conheceram na escola especial e, após seu fechamento, foram obrigados a matricular-se na rede regular de ensino, conforme exigências legais. O grupo volta a se encontrar de forma efetiva no Setembro Azul/2015, para discutir o estado em que se encontravam e o que vivenciavam naquele momento.

Em 2016, no segundo evento, tema para a continuidade da pesquisa, já lutam por uma Sede própria para reuniões da Associação, onde discutirão sobre os seus direitos de ser Surdo/a.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade, **Caderno Cedes**, n. 113, jul. 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasília, Brasil. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013, p.179-191
- CAMPOS, Mariane de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e a educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p.37-59.
- CANUTO, Priscila S.; LUCENA, Ricardo F. Figurações e Poder: um passeio à luz da teoria Eliassiana. In: GONÇALVES, Catarina C.; ANDRADE, Fernando César B. de. **Estudos Culturais da Educação: Questões abertas**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. p.125 -139.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Pesquisa-intervenção na infância e juventude. In: BASSET, Vera Lopes (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p.21-30.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2003, n. 23, pp. 36-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>>.
- DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remígio de; SOARES, Filipe Paulino. O direito dos surdos à educação: que educação é essa? In: DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 21 – 60.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução por Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2009.
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola, 2012.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002,
GUEDES, Betina S. Educação de Surdos: percursos históricos. In: LOPES, Maura Corcini (Org.). **Cultura surda & Libras**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012. p. 11-25.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, Ana Claudia B.; LACERDA, Cristina B. F. de (Orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2010. p.11-30.

LIMA, Camila Machado de. **Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. 2 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2011.

LOURENÇO, Kátia Regina Conrad; MEIRELES, Antônio Rauf Alves Di Carli; MENDONÇA, Suelene Regina Donola. Identidade, Cultura e Língua de Sinais: O Mundo do Surdo. In: LOURENÇO, Katia Regina Conrad. **LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais**. Taubaté: UNITAU, 2012. Unidade 02, p. 25-46.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo e estudos culturais: tensões e desafios em torno das identidades. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 123-140.

MOURA, Maria Cecília de. Surdez e linguagem. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos, EdUFSCar, 2014. p. 13-25.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Aquisição da língua(gem), por crianças surdas, filhas de pais ouvintes. In: FERNANDES, Eulália. **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 81-86.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2013. p. 51-72.

PERLIN, Gládis Teresinha. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p.73-80.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos** (Tradução de Laura Teixeira Mota). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, A localização política da educação bilíngue para surdos. In: Skliar, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 7-13.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2013. p.7-30.

SPONCHIADO, Denise; TOSO, Carine. Os intérpretes de Libras: uma investigação. In: LOPES, Maura Corcini & colaboradores. **Cultura Surda e Libras**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012. p.55 – 283.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

THOMA, Adriana da Silva. Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo. In: LOPES, Maura Corcini & colaboradores. **Cultura Surda e Libras**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012. p.154 - 178.

THOMPSON, Kenneth. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 17 – 36.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. Ser bilíngue: estratégias de sobrevivência dos sujeitos surdos na sociedade contemporânea. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. **Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 48-65.